

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

DENISE LIMA GOMES DA SILVA

DAS INQUIETUDES DA LINGUAGEM: SIGNO, SUJEITO, SENTIDOS

JOÃO PESSOA, 2012

DENISE LIMA GOMES DA SILVA

DAS INQUIETUDES DA LINGUAGEM: SIGNO, SUJEITO, SENTIDOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração, Linguagens e Cultura, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof. Dr^a. Mônica Nóbrega

JOÃO PESSOA, 2012

S586d Silva, Denise Lima Gomes da.
Das inquietudes da linguagem: signo, sujeito, sentidos
/ Denise Lima Gomes da Silva.-- João Pessoa, 2012.
111f. : il.
Orientadora: Mônica Nóbrega
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA
1. Linguagem. 2. Linguagem e Cultura. 3. Sentido.
4. Sujeito. 5. Signo. 6. Movimento. 7. Intersubjetividade.

UFPB/BC

CDU: 800.1(043)

DENISE LIMA GOMES DA SILVA

DAS INQUIETUDES DA LINGUAGEM: SIGNO, SUJEITO, SENTIDOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração, Linguagens e Cultura, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovada em 17 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Mônica Nóbrega.
(Orientadora)

Prof. Dr^a. Maria Leonor Maia dos Santos.
(Universidade Federal da Paraíba)

Prof. Dr^a. Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante
(Universidade Federal da Paraíba)

Prof. Dr^a. Isabela Barbosa do Rego Barros
(Universidade Católica de Pernambuco)

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A Társis Lima, a razão de tudo, dedico.
Obrigada filho,
pela compreensão nos inúmeros momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

A Orlando da Silva, pelo apoio incansável e principalmente por ter acreditado sempre na minha capacidade.

A Adail Barbosa, a poetisa da família, pela minha existência, pela dedicação, sempre esteve ali, sem medir esforços, pronta a ajudar.

A Sebastião Firmino por ter me ensinado a respeitar a profissão de professor. Mesmo diante de todas as dificuldades, nunca deixou de acreditar na sala de aula.

A Mônica Nóbrega, pela paciência, pela leitura, pelas soluções, pelos caminhos sugeridos durante a pesquisa. Por confiar em mim e principalmente por me conceder à liberdade de escrita.

A Maria Leonor Maia dos Santos, pela preocupação, pelas conversas, pela amizade. Por sempre oferecer ajuda.

A Miriam Pereira, lembrança sempre presente, pelas aulas de francês, pela acolhida e pelos ensinamentos.

A Gustavo Barbosa e Andréa Brasiliano pelo exemplo, por mostrarem que o caminho era possível.

A Ana Emília e Daniela Toledo por uma vida inteira de momentos compartilhados, por não desistir de nossa amizade.

Aos amigos que a pesquisa me apresentou, Elisângela Ferreira, Edilma Catanduva, Ina Mirely, Isabela Barros, Natanael Duarte, Paula Sobral, pelos momentos de alegria e pelas boas gargalhadas que demos e ainda daremos juntos.

A Rosilene Marafon, que mesmo diante de inúmeras tarefas, me ajudou sempre nos momentos em que precisei.

A Dori, Ben, Gaspar e Zé pela doçura, pela meiguice, pela companhia nos dias de angústia, de tristeza e de desesperança.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Obrigada a todos por fazerem parte da minha história de vida!

RESUMO

O presente trabalho pretendeu discutir a questão da produção de sentidos. Partindo da noção de que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem e cada enunciação é um ato único e irrepetível, a pesquisa teve como objetivo entender de que forma, no processo de produção de sentidos, há uma articulação entre linguagem e sujeito. A relação entre o homem e a linguagem não é uma relação instrumental, mas sim uma relação constitutiva. É pelo exercício da linguagem que o homem se constitui sujeito, capaz de experimentar sua consciência e sua identidade. No primeiro momento, retornamos ao princípio de arbitrariedade do signo, compreendendo-o enquanto fenômeno basilar para a produção de sentidos. No segundo momento, buscando refletir sobre o sujeito a partir da perspectiva enunciativa benvenistiana, tentamos compreender o movimento do sujeito na linguagem. E por fim, no terceiro momento, discutimos sobre o mecanismo que permite a constituição de sentidos, tendo em vista a articulação entre sujeito e linguagem, a partir da noção saussuriana de valor como mola propulsora do sentido, e a leitura em Dufour sobre os índices de (inter)subjetividade em Benveniste. A (inter)subjetividade fundamental da linguagem torna indissociável indivíduo e sociedade. Na noção de (inter)subjetividade existe a ideia de que há um sujeito sendo chamado a todo instante a um posicionamento diante da linguagem, convocado pelo *outro* a produzir sentidos.

Palavras-chave: Linguagem. Sentidos. Sujeito. Signo. Movimento. Intersubjetividade.

ABSTRACT

This study sought to discuss the issue of meanings production. We depart from the notion that each subject is constituted from and by the language and each enunciation is an unique and unrepeatable act. Thus, the goal that guides our research is to understand how, in the process of the production of meaning, there is a link between language and subject. The relationship between man and language is a constitutive one, not an instrumental one. It is exercising language that man constitutes himself as a subject, capable of experiencing his own consciousness and his identity. At a first moment in our approach we returned to the principle of arbitrariness, understanding it as a fundamental phenomenon to the production of meanings. At a second moment we tried to achieve a comprehension of the movement of the subject at language, seeking to reflect upon the subject from the enunciative perspective of Benveniste. And finally at a third moment we pursued the comprehension of the mechanism that allows the production of meaning from the Saussurean notion of linguistic value as a mainspring of meaning, considering the relationship between subject and language, and our readings of Dufour about intersubjectivity in Benveniste. The fundamental intersubjectivity of language turns inseparable individual and society. At intersubjectivity's notion there is the idea that exists a subject being called every moment to a positioning in front of the language, convened by the other to produce meanings.

Keywords: Language. Meanings. Subject Sign. Movement. Intersubjectivity.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO: DO PERCURSO INICIAL AO TEMA..... | 10 |
| 1 Da comunicação, o ruído..... | 11 |
| 2 O sentido no nonsense e a língua..... | 14 |
| 2.1 Freud e o sentido do nonsense..... | 15 |
| 2.2 Lacan: a linguagem..... | 20 |
| 2.3 Saussure e a questão do nonsense..... | 24 |
| | |
| CAPÍTULO I: DO SIGNO À LÍNGUA..... | 29 |
| 1 Um começo?..... | 30 |
| 2 O quebra-cabeça..... | 31 |
| 3 O calcanhar de Aquiles..... | 34 |
| 4 O princípio | 35 |
| 5 As relações..... | 40 |
| 6 Para além do isolado e sistêmico..... | 44 |
| | |
| CAPÍTULO II : DA LÍNGUA AO SUJEITO..... | 55 |
| 1 O terreno da língua..... | 56 |
| 2 Forma e sentido..... | 59 |
| 3 Pessoa e não pessoa..... | 62 |
| 4 Aparelho formal da enunciação..... | 72 |
| | |
| CAPÍTULO III: DO MECANISMO AOS SENTIDOS..... | 76 |
| 1 “Chapéu existe? Sim. Chaméu existe? Não.”..... | 77 |
| 2 Da faculdade da linguagem, a língua posta em ação..... | 79 |
| 3 Do mecanismo aos sentidos..... | 85 |
| | |
| À GUIA DE UMA CONCLUSÃO..... | 101 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 106 |

INTRODUÇÃO: DO PERCURSO INICIAL AO TEMA

Esta tese nasce como resposta a duas questões surgidas em nossa defesa de dissertação de mestrado. De início, vejamos algumas considerações sobre o nosso percurso para podermos entender a colocação do problema a partir do tema com o qual estamos trabalhando.

1 Da comunicação, o ruído

O nosso questionamento às voltas com a questão do sentido surge ainda em nossa graduação em comunicação. Nos estudos em comunicação um elemento em especial nos chamava a atenção: o ruído.

Percebemos que a questão do ruído ocupa um lugar de destaque no processo da comunicação humana, comunicação aqui entendida enquanto prática que acontece pela interação entre sujeitos, a partir do fluxo constante e multidirecional de informação, de troca de mensagens, de emissão e recebimento de informações novas. É justamente neste universo que o ruído transita, desliza, faz-se presente e ganha importância como um fator determinante no entendimento mútuo.

Dentre as múltiplas definições que permeiam o universo da comunicação, partimos do conceito de comunicação enquanto fenômeno social de interação humana, de produção e partilhamento de sentido. Onde a acepção do termo comunicar refere-se ao processo de compartilhar, exprimindo uma relação entre sujeitos.

A comunicação, como define Marcondes Filho (2004, p. 15), é antes de tudo um processo, um acontecimento, uma ação recíproca, uma troca, um aprendizado instantâneo, num mesmo ambiente contextual de um com o outro, uma relação em que o eu e o outro se encontram. Como indica o autor a “comunicação não está na difusão em massa dos jornais, rádios, televisões, revistas, publicidades, aí é apenas difusão”, ou seja, simples transmissão de informação.

A preocupação com a comunicação enquanto partilhar, tornar comum (participar) um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, afeto) não é algo novo. Desde a Grécia, os filósofos discutem sobre esta questão, com Sócrates e os Sofistas, Platão e Aristóteles, nas preocupações com o discurso, a retórica e a dialética.

E foi o próprio Aristóteles, de acordo com Hohlfeldt (2003) que se tornou o primeiro teórico a formular a situação comunicativa por excelência, quando propôs que a situação

retórica é aquela em que três elementos devem ser claramente discerníveis: o que fala (emissor), aquilo de que fala (mensagem) e aquele a quem fala (receptor). “A situação descrita é exatamente a mesma que, ainda hoje, reproduzimos quando iniciamos os estudos das Teorias da Comunicação, segundo o modelo pioneiro de Lasswell” (HOHLFELDT, 2003 p. 79).

O conceito de ruído aparece, pela primeira vez, no modelo proposto por Shannon e Weaver, engenheiros matemáticos que elaboraram a Teoria Matemática da Comunicação, em 1949, conhecida, também, como Teoria da Informação. De acordo com Araújo (2003), esta teoria consiste em uma sistematização do processo comunicativo, a partir de uma perspectiva puramente técnica. Pretendia descrever o mecanismo de transmissão de mensagens, através de canais físicos (telégrafos, rádio etc.), tendo em vista medir a quantidade de informação possível de se transmitir por um canal e evitar, ao máximo, as possibilidades de distorções (os ruídos). O ruído, portanto, aparece no modelo como fator que distorce a qualidade de um sinal.

Araújo (2003) observa que no modelo de Shannon e Weaver não há uma preocupação com a comunicação enquanto fenômeno social, uma vez que seus conceitos e elementos são encaixados em teoremas num estudo puramente matemático e quantitativo. Porém a menção deste modelo torna-se relevante para este trabalho à medida que introduz o conceito de ruído, que será, a partir daí, transposto a diversos contextos.

Berlo (1999) adapta o modelo de Shannon e Weaver para explicar a comunicação humana e amplia o conceito de ruído. O ruído é definido como fator que atua nos elementos do processo de comunicação, reduzindo a sua eficácia. O autor classifica em seis os elementos básicos da comunicação (fonte, codificador, mensagem, canal, decodificador e receptor) sendo que, quando se refere à interação pessoal ele agrupa fonte e codificador, decodificador e receptor. O ruído não age somente sob o canal, como colocado anteriormente no modelo de Shannon e Weaver, mas é um fenômeno que pode intervir, que tem possibilidade de exercer influência em cada elemento que compõe o processo.

Berlo (1999) procurou identificar em cada elemento quais os fatores que determinavam a efetividade da comunicação humana e conseqüentemente evitavam o aparecimento do ruído. Referindo-se ao emissor (codificador-fonte), por exemplo, o autor destaca alguns fatores como: habilidades comunicadoras e o nível de conhecimento. As habilidades comunicadoras relacionam-se com a forma de articular o discurso, com as

palavras de que dispomos, a maneira como as reunimos, a forma como as expomos, isto é, como materializamos em palavras o pensamento. O nível de conhecimento diz respeito ao domínio que o emissor tem daquilo que quer transmitir.

Imaginemos duas situações: uma em que o emissor quer expressar algo, mas não consegue articular as palavras de modo a se fazer compreender com clareza e outra em que o emissor é responsável por transmitir um aviso, mas não dispõe de todas as informações que dizem respeito ao assunto. Nestas duas situações, a pouca habilidade em formular o discurso e o pouco conhecimento sobre o assunto constituiriam ruídos no processo da comunicação.

O ruído, na concepção de Berlo (1999), assume uma dimensão complexa, pois, uma vez relacionado a cada elemento do processo, insere-se na situação comunicacional como um todo (das condições de emissão às condições de recepção). Sendo assim, o ruído se apresenta como um leque infindável de possibilidades, qualquer fator que interfira nos componentes, reduzindo a efetividade da comunicação pode ser considerado um ruído.

Coelho Neto (2003, p. 137) direciona o conceito de ruído ao contexto da mensagem. O ruído é todo “sinal ou signo indesejável que não se pretendia transmitir e que, infiltrando-se na mensagem, prejudica sua inteligência”. O autor apresenta o ruído com duas subdivisões: ruído físico e ruído de código ou de repertório (semântico). O ruído semântico pode ser entendido como o elemento responsável pela desconstrução do significado da mensagem. Estes ruídos estão presentes no movimento da língua, no uso da palavra e seus empregos e são os que mais nos chamam a atenção.

Marcondes (1992) ao analisar determinadas situações em que ocorrem quebras no diálogo e falhas de comunicação, menciona casos em que se pode perceber a presença de ruídos semânticos. Dentre os casos apresentados pelo autor, destacam-se dois: os casos não cooperativos e os casos de mal-entendidos. Nos casos não cooperativos, ocorre, no discurso dos falantes, o aparecimento de termos ambíguos, polissêmicos, contraditórios, prejudicando a inteligibilidade da mensagem. Nos casos de mal-entendidos, algo que não se pretende expressar é dito, provocando implicações e consequências não desejadas, como exemplo, os chistes e os atos falhos.

Percebemos então que dentre as múltiplas definições de ruído, o ruído é colocado como aquele elemento que falha, que atrapalha a comunicação. Perguntávamo-nos então, no mestrado, se o ruído, ao invés de ser considerado um empecilho à efetividade da comunicação, não poderia ser um articulador de sentidos. Decidimos, então, a partir desta

inquietação, compreender como é possível as falhas serem vistas como um elemento constitutivo de sentido. E como a língua permitiria uma produção de sentidos que acolhe a “falha” como constitutiva.

É nesse momento que a nossa inquietação buscou resposta no diálogo entre a linguística e a psicanálise.

Naquilo que entendíamos como um diálogo, na aproximação entre a linguística e a psicanálise, era a questão do sentido que procurávamos, sentido enquanto falha. Vejamos rapidamente o que a pesquisa nos revelou para depois voltarmos a nossa proposta de tese, cujo problema como dissemos acima nasce a partir de questionamentos levantados em nossa defesa de mestrado.

2 O sentido no *nonsense* e a língua

A questão do sentido para a psicanálise está colocada justamente onde o sentido aparenta não estar. A linguagem não se revela como um lugar de transparência, de comunicação, mas, antes de tudo, como um lugar de ocultamento. O falar nunca assume uma única dimensão e há sempre outros dizeres por trás daquilo que se diz.

A descoberta psicanalítica introduz outra noção de sentido que não se encontra em linguística, a noção do sentido no sem-sentido. Na psicanálise, o discurso consciente é lacunar e nas lacunas do discurso consciente há um outro discurso que se inscreve. O discurso pode ser comparado a uma carta em que um primeiro texto escrito foi apagado e recoberto por um segundo texto. O primeiro texto somente se tornará perceptível nas falhas deixadas pelo segundo. É nas falhas do discurso consciente que um outro discurso revela a sua existência.

Para a psicanálise, embora as falhas se apresentem à primeira vista incompreensíveis, elas refletem um saber e, portanto, um sentido. O equívoco seria então um ato bem sucedido que surge de um outro lugar, que não é a instância do eu, mas sim a instância de um saber que Freud chamou de inconsciente.

Em obras como *A interpretação dos sonhos*, *Os chistes e sua relação com o inconsciente* e *A psicopatologia da vida cotidiana*, Freud procurou mostrar que o ato falho, o chiste, o lapso, o sonho não surgem por acaso, são formações do inconsciente, são vozes interditas que trazem em si uma verdade.

A abordagem teórica de Freud nos coloca no âmbito da linguagem. Para Lacan (1988), o lapso, o chiste, o sonho tem um valor essencial na descoberta freudiana porque permitem ver a coerência que tinha a relação do fenômeno analítico com a linguagem. Lacan, em sua releitura da obra de Freud, estabelece uma relação entre as formações do inconsciente e a linguagem.

Para Lemaire (1989) a originalidade de Lacan consiste em ter analisado a teoria freudiana à luz do método estruturalista e do enfoque da linguística. Para Lacan (1999), as leis de composição do inconsciente, que ele denomina de leis do significante, coincidem exatamente com as leis de composição do discurso. Como explica Lacan (1999, p.52), a estrutura do inconsciente corresponde “ao que a análise linguística nos permite situar como sendo os meios essenciais de formação do sentido, na medida em que este é gerado pelas combinações do significante”.

Segundo Lemaire (1989), a tese lacaniana consiste na associação dos mecanismos do sonho de condensação e deslocamento em Freud aos mecanismos linguísticos da metáfora e da metonímia. Os significantes inconscientes se organizam em uma rede complexa em que há diversas relações de associação, entre elas as ligações metafóricas e metonímicas.

Neste momento vimos a necessidade de que uma leitura da questão do sentido em Lacan teria que passar primeiro pela compreensão dos mecanismos em Freud.

2.1 Freud e o sentido do *nonsense*

Trabalhos como *A interpretação dos sonhos*, *Os chistes e sua relação com o inconsciente* e *A psicopatologia da vida cotidiana* mostram claramente em Freud um olhar para o estatuto da palavra. Em Freud, a palavra comporta um saber que está além da essência dela mesma.

A teoria freudiana sobre o inconsciente se contrapõe à noção do sujeito cartesiano. O argumento do cogito de Descartes, “penso, logo existo”, revela um sujeito substancial, plenamente consciente de sua existência, soberano de seus pensamentos. Com a noção de inconsciente, Freud causa uma fissura na história do conhecimento, descentralizando o homem de seu próprio eixo: a consciência.

Como se sabe, no pensamento moderno, a consciência desempenhava um papel central. Segundo Garcia-Roza (1991), durante muitos séculos a noção de psiquismo estava relacionada à consciência, o termo inconsciente designava apenas aquilo que estava à margem ou fora da consciência. Na época, seria absurdo e contraditório, por exemplo, conceber a ideia de um pensamento inconsciente, o termo inconsciente não designava uma realidade psíquica.

Freud (1987a) porém, indicou que há uma essência de pensamento em nós que não está na consciência, mas que é recusado por ela. O material recusado, então, ficaria em outra instância: o inconsciente. A inovação teórica de Freud está no fato de conceber o inconsciente enquanto sistema psíquico distinto dos demais, dotado de uma atividade própria. Com a noção de inconsciente em Freud, o conceito de verdade instaura-se em outro lugar. A consciência deixa de ser o lugar da verdade e passa a ser um lugar de ilusão, a verdade passa à instância de um desejo inconsciente.

Para Garcia-Roza (1991), a construção teórica de Freud teria então como ponto central: a concepção de uma subjetividade clivada. Teria um sujeito que estaria na instância do enunciado, um sujeito consciente, do eu penso, eu sou, eu quero; e um sujeito que apareceria no campo da enunciação, o sujeito do inconsciente. O sujeito do inconsciente se revela no nonsense, justamente no momento em que atropela o sujeito consciente e interdita sua fala provocando desconforto. O sonho, o ato falho, o lapso, o chiste representam então uma verdade que ao mesmo tempo em que procura se esconder, insiste em se revelar.

Em Freud (1987a), no inconsciente há uma lei de articulação diferente dos sistemas pré-consciente e consciente, o inconsciente possui uma sintaxe própria. Mas como funcionaria esta sintaxe? Seria possível chegar a um conhecimento do inconsciente? Freud (1987a) acreditava que sim e mais, que o sonho é a via régia para o inconsciente. Em *A Interpretação dos Sonhos*, ele realiza um verdadeiro tratado sobre as formações do inconsciente. Esta é uma obra importante na história da psicanálise, pois é nela que Freud formula os princípios basilares de sua teoria do inconsciente.

A reflexão de Freud representa uma ruptura com as abordagens feitas até então sobre os sonhos. O autor defende a ideia de que os sonhos não são por acaso, nem tampouco absurdos, mas são fenômenos psíquicos providos de sentidos, e que os sentidos são passíveis de serem interpretados através de um método científico.

Freud (1987a) parte então do princípio de que o sonho é a realização de um desejo inconsciente, por isso o sentido do sonho não aparece imediatamente acessível ao sonhador,

mas aparece camuflado, pois incide sobre ele uma censura que tem como objetivo proteger o sonhador do aspecto ameaçador dos seus desejos.

Para Freud (1987a) o sonho lembrado substitui um outro conteúdo, um conteúdo inconsciente. O material do sonho lembrado, tal como retido na memória, chamou de conteúdo manifesto do sonho; enquanto que o material oculto, denominou de conteúdo latente ou pensamentos oníricos latentes. Há um processo então cuja função é transformar o conteúdo latente em conteúdo manifesto, de maneira tal que o torne ilegível ao sonhador, é o que Freud (1987a) chama da elaboração onírica ou trabalho do sonho.

A tese principal de Freud (1987a) é a de que o sonho possui uma linguagem própria, a lógica que rege os elementos do sonho não é a mesma que rege os processos conscientes. A elaboração onírica trabalha com o intuito de transcrever o conteúdo latente para o conteúdo manifesto. A transcrição ocorre através de dois mecanismos fundamentais: condensação e deslocamento.

Segundo Lemaire (1989), a noção de condensação não aparece de forma homogênea na obra de Freud. No capítulo VI de *A Interpretação dos Sonhos* e na *Introdução à psicanálise* Freud fornece duas formas diferentes. Entretanto, ainda segundo a autora, a noção que mais se assemelha ao conceito lacaniano de metáfora é a noção pertencente ao capítulo VI da *A Interpretação dos Sonhos*. Vejamos então.

No trabalho de condensação, como a própria palavra diz, o conteúdo latente vai passar por um processo de compilação, aparece como uma versão abreviada. Apenas alguns elementos do conteúdo latente se apresentam no conteúdo manifesto, daí a razão pela qual temos a impressão dos sonhos se apresentarem tão curtos, insuficientes e fragmentados.

Freud (1987a, p. 274) demonstra o mecanismo de condensação analisando um sonho que tivera. O conteúdo do sonho: “Eu havia escrito uma monografia sobre um gênero (não especificado) de plantas. O livro estava diante de mim e, naquele momento, eu virava uma lâmina colorida dobrada. Encadernado no exemplar havia um espécimen seco da planta”.

Freud (1987a) começa observando que o elemento que mais chama a atenção é a expressão *monografia de botânica*. Ele afirma que esta expressão tinha relação com as impressões do dia do sonho: ele vira uma monografia sobre o gênero *Ciclâmen* na vitrine de uma livraria, entretanto, não havia menção desse gênero no conteúdo do sonho. Tudo o que se tinha era a expressão monografia e sua relação com a botânica.

Freud (1987a) inicia a análise com a expressão composta *monografia de botânica*,

passando, depois, à análise das palavras separadas *monografia*, *botânica*. Freud (1987) percebeu que a expressão *monografia de botânica* revelou uma série de associações com outros elementos, tendo de imediato uma relação com o trabalho sobre cocaína que havia escrito. Na palavra *cocaína*, as cadeias de ideias levaram, por um lado, ao Festschrift e a acontecimentos num laboratório da Universidade, e, por outro, a um amigo de Freud, o Dr. Königstein, cirurgião oftalmologista que participou na introdução da questão da cocaína. A figura do Dr. Königstein, por sua vez, trouxe a lembrança de uma conversa interrompida que Freud tivera com ele na noite anterior ao sonho e sobre suas reflexões sobre o pagamento por serviços médicos entre colegas. Segundo Freud (1987a), esta conversa foi o verdadeiro instigador do sonho.

A expressão *monografia de botânica* estava, portanto ligado ao conteúdo psicologicamente significativo por diversas conexões associativas. Entretanto, Freud (1987a) percebeu que não só a expressão composta, como também cada um de seus componentes separados, *botânica e monografia*, também levaram por numerosas vias de ligação a um ponto cada vez mais profundo do conteúdo latente.

A palavra *botânica*, Freud relacionou à figura do Professor Gärtner [Jardineiro], à aparência florescente de sua mulher, a uma paciente, Flora, e a uma senhora [Sra. L.] para quem Freud contava história das flores esquecidas. A ideia das flores Freud relacionou às flores favoritas de sua mulher e à palavra *botânica*, o título da monografia.

A palavra *botânica*, Freud (1987a) ainda relacionou a um episódio da escola secundária e a um exame da época sua época de Universidade. A figura de Gärtner, Freud ligou a uma conversa que teve com o Dr. Königstein sobre os seus passatempos favoritos, esta conversa foi relacionada a uma brincadeira que Freud tinha de chamar a alcachofra de sua flor favorita.

A partir desta série de associações, Freud (1987a) conclui que a expressão *botânica* continha o ponto central do seu sonho, para onde convergia uma série de cadeias de ideias nela condensadas. Da mesma forma, afirma que, na palavra *monografia* estava condensada à duas ideias: a parcialidade de seus estudos e o custo dispendioso de seus passatempos favoritos.

A função da interpretação dos sonhos consiste, para Freud (1987a), exatamente em tentar tornar ilegível aquilo que aparenta estar completamente desprovido de sentido. Na interpretação, o que importa não são as imagens do sonho, mas o seu relato. É somente

através do relato do sonhador, no percurso em que o sonho é traduzido em palavras que o sentido vai emergindo. À medida que o sonhador relata um sonho, novos elementos vão sendo acrescidos, vistos, associados a outros. Para Freud (1987a), o sonhador sabe o significado do seu sonho, apenas não tem consciência que sabe, porque a censura se encarrega de despistá-lo.

No processo de deslocamento, a elaboração onírica trabalha em outra perspectiva. O trabalho do sonho promove um disfarce em determinados elementos do conteúdo latente. Elementos do conteúdo latente que teriam um valor significativo para o sonhador são substituídos por outros sem importância. O trabalho do sonho atua para que aquilo que é importante desempenhe um papel secundário no conteúdo manifesto, e aquilo que é irrelevante ocupe um papel de destaque.

No caso do sonho da monografia, explica Freud (1987a), estava evidente que botânica ocupava o ponto central do conteúdo manifesto do sonho, no entanto, o conteúdo latente do sonho revela situações e conflitos que não estão explicitados na palavra botânica. Os acontecimentos do sonho não estavam relacionados à palavra botânica.

A elaboração onírica constitui uma força psíquica que se por um lado diminui a intensidade de elementos com alto valor psíquico, por outro lado cria a partir de elementos de baixo valor psíquico, novos valores que irão se destacar no sonho. Assim diz Freud (1987a, p. 296), ocorre “uma transferência e deslocamento de intensidade psíquica no processo de formação do sonho, e é como resultado destes que se verifica a diferença entre o texto do conteúdo do sonho e o dos pensamentos do sonho”. Tanto o deslocamento quanto a condensação são mecanismos que desempenham a função de burlar a censura, uma forma de descarregar a energia psíquica retida, de satisfazer um desejo inconsciente.

Com o estudo dos sonhos, Freud (1987a) identificou que os mecanismos encontrados no sonho se assemelhavam a outras formações do inconsciente. O mecanismo de condensação está presente também, nos lapsos, nos esquecimentos das palavras. No chiste assim como no sonho, estão presentes tanto o mecanismo de deslocamento quanto o mecanismo de condensação.

Como podemos observar, Freud (1987a) estudou, no mecanismo dos sonhos, os movimentos (condensação e deslocamento) que tomam o nonsense como a mola propulsora da sua interpretação. Aqui nós já vemos surgir uma ideia de língua ou de linguagem que não atende a transparência da comunicação, já que o mal entendido, o que parece sem sentido no sonho, é exatamente de onde Freud (1987a) parte para fazer sua interpretação. Como vimos, o

nonsense representa um elemento de sentido e não um resultado do acaso que deve ser desconsiderado, o nonsense representa a verdade do sujeito.

Freud (1987a) apresentou movimentos do inconsciente que “falam” de uma produção de sentidos diferente, que leva em consideração o nonsense como ponto de partida para as interpretações. Lacan não só aprofunda estes movimentos como faz, claramente, a relação com a linguagem através dos estudos de Jakobson, assemelhando metáfora à condensação e metonímia ao deslocamento.

Além disso, Lacan mostra que os movimentos do significante (metáfora e metonímia) são movimentos de sujeito, ou melhor, constituem o sujeito. Afinal, é no intervalo entre um significante e outro que o sujeito se constitui. Poderíamos dizer que para Lacan o sujeito seria o núcleo desta produção de sentidos que leva em consideração o nonsense.

Portanto, diante das considerações de Freud sobre a noção de que há um sentido no nonsense era a hora de tentar compreender os movimentos do significante (metáfora e metonímia) tentando perceber o efeito metafórico, isto quer dizer, como um novo sentido se constitui, como a fala tropeça.

2.2 Lacan: a linguagem

Para Lacan, os significantes se articulam na cadeia nos movimentos da metáfora e da metonímia. A metáfora e a metonímia se apresentam como as duas “vertentes fundamentais do jogo do inconsciente” (LACAN, 1978b, p. 338). Lacan (1978b) elabora os conceitos de metáfora e de metonímia a partir da releitura da teoria freudiana sobre o sonho. O mecanismo de metáfora se assemelha à condensação e o mecanismo de metonímia ao deslocamento.

A metáfora na concepção lacaniana é essencialmente uma centelha criadora de sentido. Uma metáfora produz algo novo e criativo, constitui o sujeito ao mesmo tempo em que o modifica. O mecanismo da metáfora possibilita o sujeito, permite a capacidade de simbolizar. Mas o que é uma metáfora no esquema lacaniano? E como ela produz um novo sentido? Para tentar entender o efeito da metáfora na dimensão do sentido, começemos entendendo o significante lacaniano.

Em Lacan (1998) existe a ideia de que a linguagem preexiste ao sujeito. O sujeito

aparece subvertido por uma linguagem cujo movimento já está inscrito mesmo antes do seu nascimento. O sujeito ao mesmo tempo em que advém pela linguagem, encontra-se alienado na linguagem, uma vez que já está nela representado.

Em Lacan (1998) o significante causa um trauma, isto é, divide o sujeito. A letra mata, subverte, e é pela letra que o homem é constituído por uma ordem, uma ordem simbólica. Segundo Lacan (1998), o homem fala porque o símbolo o fez homem, a existência é um produto da linguagem.

Fink (1998) explica que o pensamento começa a partir da posição do homem dentro da ordem simbólica. Aquilo que a letra mata é o real. O real então seria o tempo antes da palavra. O autor exemplifica dizendo que o real seria o corpo de uma criança antes do domínio da ordem simbólica. No processo de socialização, o homem progressivamente vai sendo escrito e sobrescrito por significantes, cifrado pela palavra, persuadido pela linguagem.

O real então seria aquilo que “ex-siste”, uma vez que precede a linguagem, estaria fora dela, seria aquilo que não foi simbolizado ou que resiste à simbolização, aquilo que nunca foi conceitualizado ou o foi de maneira incompleta pela fala. A linguagem teria um impacto no real, subscrevendo-o, transformando-o ou, lacanianamente falando, matando-o.

Lacan, então, em sua teoria estabelece uma relação entre inconsciente e linguagem. Em diversos textos afirma claramente que o inconsciente é constituído por movimentos semelhantes ao da linguagem, considerando a linguagem como algo que constitui o inconsciente. Em *Radiofonia*, por exemplo, Lacan (2003, p. 404) chega a afirmar que “a linguagem é a condição do inconsciente”. Em *Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, vemos Lacan (1978a, p. 225) afirmar que “é toda estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente”.

Para Lacan (1998, p. 813) “O inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso e na cogitação a que ele dá forma”.

Como se sabe, em Lacan (1999) aquilo que é recalcado é da ordem da representação da palavra, sendo, portanto, da ordem do significante. E o significante é soberano em relação ao significado. A primazia do significante aparece claramente na *Instância da letra do inconsciente ou a razão desde Freud*, quando Lacan (1978a) conta a seguinte história: Um trem chega à estação. Em um compartimento estão sentados um menino e uma menina (irmão e irmã), um em frente ao outro. Da janela podem ser vistos os edifícios da plataforma ao

longo da qual o trem estaciona: Olha, diz o menino, chegamos em Senhoras! Imbecil! Responde a irmã, não vê que chegamos em Homens!!

Diante do exemplo podemos perceber como bem coloca Arrivé (1999, p.97) que para Lacan não importa o limite do significante, não importa “a substância, acidental, do elemento chamado a funcionar como significante”, mas sim o modo da sua articulação com os outros.

No seminário 3, Lacan (1988) para explicar o que é da ordem do significante, utiliza o exemplo do passo na areia. O passo na areia é um sinal que o objeto deixa para trás, que independe do sujeito para existir e está lá mesmo sem ninguém para olhá-lo. O significante, afirma Lacan (1988, p. 192):

[...] pode estender-se a muitos elementos do domínio do sinal. Mas o significante é um sinal que não remete a um objeto, mesmo sob a forma de rasto, embora o rasto anuncie, no entanto, o seu caráter essencial. Ele é também um sinal de uma ausência. Mas, na medida em que ele faz parte da linguagem, o significante é um sinal que remete a um outro sinal, que é como tal estruturado para significar a ausência de um outro sinal, em outros termos, para se opor a ele num par.

Lacan (1988, p. 192) enfatiza que a linguagem começa na oposição a exemplo do dia e da noite. O dia e a noite, diz ele, não são de maneira nenhuma algo que seja definível pela experiência. “A experiência pode indicar apenas uma série de modulações, de transformações, e mesmo uma pulsação, uma alternância da luz e da obscuridade, com todas as suas transições”. No entanto é a partir do instante em que há o dia como significante, que esse dia é vulnerável a todas as mudanças podendo significar coisas bem diferentes, dependendo da relação que irá se estabelecer dentro da cadeia.

O exemplo do par dia / noite, homens / mulheres ressalta a ideia de que seria uma ilusão pensar que o significante tem a função de representar o significado. O que Lacan (1985) vem destacar é o caráter diferencial do significante, o significante não é jamais senão um-entre-outros, sendo a diferença pura com os outros na cadeia significante. Os significantes se articulam na diferença, e a significação apenas existe na correlação de significante a significante.

No seminário livro 20, Lacan (1985) traz uma equação que explica a lógica da cadeia significante. A equação é a seguinte: $S1 (S1(S1(S1---S2))$. Referindo-se à equação, Lacan (1985, p.196) coloca que o significante Um (S1) é o significante mestre, é aquele que garante a “unidade de copulação do sujeito com o saber”. O significante Um não é um significante

qualquer, é a ordem significante pela qual toda cadeia se instaura e subsiste, é um significante primordial para o qual todos os outros significantes vão representar o sujeito.

Lacan (1985) observa que antes de ser Um, o significante Um é um enxame de significantes, representa um número reduzido de significantes que são singulares ao sujeito, representados na sequência da equação S1, S1, S1. O significante sozinho não significa nada, isoladamente não tem a propriedade de representação, então S1 se situa numa referência de oposição a S2, em uma referência de diferença. Lacan (1985) observa que o artigo indeterminado Um supõe que o significante pode ser coletivizado, pode ser parte de uma coleção, na ideia de algo que se totaliza.

Lacan (1998a, p. 854) explica então que o registro do significante se institui pelo fato de um significante representar um sujeito para outro significante. Essa é a estrutura do sonho, do lapso e do chiste, de todas as formações do inconsciente. E é também a que explica a divisão originária do sujeito. Produzindo-se o significante no lugar do Outro ainda não discernido, ele faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui a fala, mas ao preço de cristalizá-lo.

A função do significante então é de interpolar o sujeito. O sujeito encontra-se no intervalo entre S1 e S2. S2 será, portanto, o significante que representará o sujeito para outro significante o S1.

A metáfora é considerada em Lacan (1978a, p. 237) como a origem de um novo sentido, a essência da metáfora é uma substituição significante. A metáfora refere-se à função assumida por um significante S em que esse significante irá substituir outro numa cadeia significante. A centelha criadora da metáfora não jorra de dois significantes igualmente atualizados, mas jorra “entre dois significantes dos quais um substitui o outro lhe tomando o lugar na cadeia significante, o significante oculto permanecendo presente pela sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia”.

Segundo Lacan (1999, p. 78) não há metáfora sem metonímia. A metonímia é a estrutura fundamental para que se possa produzir a metáfora. A metonímia se caracteriza pela relação entre significantes, numa conexão linear de palavra em palavra. Os significantes se unem uns aos outros. A “metonímia consiste na função assumida por um significante S no que ele se relaciona como outro significante na continuidade da cadeia significante”. Utilizando o exemplo da metonímia de trinta velas dita em lugar de trinta navios, Lacan (1999) explica que a função atribuída à vela em relação ao navio está numa cadeia significante; está na

continuidade da cadeia, e não numa substituição. A metonímia refere-se, então, a uma transferência de significação ao longo da cadeia.

O movimento da metáfora e da metonímia nos mostra um sujeito que aparece dividido entre o enunciado e a enunciação, entre o dito e o dizer. Para Lacan (1999) a articulação dos significantes aponta para a possibilidade que se tem de utilizar a língua para significar algo totalmente diferente do que ela diz, ou seja, permite uma produção metafórica, o que nos possibilita compreender um movimento de sentido que falha.

2.3 Saussure e a questão do *nonsense*

A ideia de falha em nosso trabalho estava relacionada à noção de equívoco tal como colocada por Freud e Lacan: o equívoco enquanto nonsense. Vimos que para a psicanálise a linguagem é acima de tudo um lugar de ocultamento e, assim, pensar o nonsense enquanto produção de sentidos é algo importante, já que para a psicanálise a transparência da linguagem é ilusória. O analista busca lançar um olhar para o momento em que o discurso confunde e equivoca; momento em que a palavra tropeça.

Freud, nas obras: *A interpretação dos sonhos*, *Os Chistes e sua relação com o inconsciente* e *Psicopatologia da vida cotidiana* mostra que o equívoco é um ato bem sucedido e paradoxalmente constituído de sentido. O estudo de Freud é essencialmente um estudo com a linguagem. Para Freud (1987a) o equívoco é parte de um movimento de linguagem das formações do inconsciente. O discurso inconsciente difere totalmente do discurso consciente. O inconsciente possui uma linguagem cuja sintaxe é desconexa, desconcertante, e que se expressa em nós por meio dos sonhos, dos atos falhos, dos chistes, ou seja, por meio do nonsense.

Em Lacan (1999), o inconsciente é estruturado como uma linguagem. A estrutura de linguagem que Lacan julga ser do inconsciente é formada por uma lei, a lei do significante. Os significantes então se articulam na cadeia em movimentos metafóricos e metonímicos. A metáfora e a metonímia são as duas vertentes fundamentais que engrenam o dinamismo do inconsciente.

O equívoco assume estatuto diferente entre linguistas e psicanalistas. Para os

linguistas, equívoco é descartado como erro. O equívoco enquanto nonsense ainda não é colocado no escopo dos estudos linguísticos. Para o psicanalista, o equívoco é o objeto primordial de estudo.

Neste momento da pesquisa nos perguntávamos se seria possível na linguística saussuriana observar o equívoco tal como vemos colocado por Freud e Lacan. Partimos então na busca de compreender a língua tal como colocada por Saussure, se haveria a possibilidade de compreender o movimento do nonsense na língua.

De acordo com Gadet (1987, p. 7), Saussure nos mostra

[...] que o homem não é senhor de sua língua. Ao questionar as evidências gramaticais e a maneira pela qual elas funcionam para o sujeito falante, Saussure contribuiu para tirar a reflexão sobre a linguagem das evidências empíricas: ao estudar a língua como objeto abstrato, um sistema cujas forças são exteriores ao mesmo tempo ao indivíduo e à realidade física, a teoria saussureana produziu um efeito de desconstrução do sujeito psicológico livre e consciente que reinava na reflexão da filosofia e das ciências humanas nascentes, no final do século XIX.

A partir da noção da língua enquanto sistema Saussure teria descentralizado o sujeito livre e consciente, soberano da sua fala. O signo escapa à vontade individual, o homem não exerce domínio sobre a língua, não é capaz de modificá-la. Em não sendo o homem senhor de sua língua, ao mesmo tempo em que a utiliza para falar é também falado por ela, há momentos em que tropeça em suas próprias palavras.

Buscar compreender o nonsense no campo da Linguística constituía para nós um desafio, falar de uma produção de sentidos que contem a falha como constitutiva, soava como algo estranho, mas era o próprio Saussure quem mostra um caminho, quando nas anotações de Riedlinger (apud FEHR, 2000, p.133) afirma que “o interessante no signo a ser estudado são os aspectos através dos quais ele escapa à nossa vontade. É lá que está a esfera verdadeira, pois não podemos mais reduzi-la”.

A ideia de um sistema cujo signo escapa à vontade individual, um sistema que foge à previsibilidade, está presente no pensamento de Saussure, não apenas nos cursos sobre linguística geral, mas é observado também nos estudos dos anagramas.

Nas pesquisas sobre os anagramas, segundo Starobinski (1971), Saussure preencheu cerca de 150 cadernos de notas sobre verso saturnino, Homero, Virgílio, Lucrécio, Ovídio e a métrica védica. Para o autor, Saussure gastou um tempo considerável e os cadernos são um verdadeiro exercício de decifração. Saussure procurava as combinações fônicas que fossem

responsáveis pela revelação dos anagramas. Um verso anagramático é considerado por Saussure aquele em que de momento a momento há a repetição de sílabas de um nome determinado.

Saussure, de acordo com Starobinski (1971), revela que por trás da linearidade há algo invisível que desliza entre as visíveis palavras do verso. Podemos comparar o verso ao sonho em Freud. É como se no verso houvesse um conteúdo manifesto, aquele que se apresenta materializado e um conteúdo latente, aquele que se esconde entre as palavras do verso.

Existem duas conclusões implícitas na pesquisa de Saussure, como indica Starobinski (1971), uma a de que as palavras das obras se originam de outras palavras antecedentes e a outra de que as palavras antecedentes não são diretamente escolhidas pela consciência formadora. O autor pergunta então o que existe por trás do verso, afirmando que não é o indivíduo, mas sim a palavra indutora. Saussure sugere que os poemas se caracterizariam como um texto sob o texto, um discurso sob o discurso.

Portanto aquilo que existe por trás do verso não é o indivíduo criador, consciente, mas o exercício de uma palavra criadora que conduz e induz as relações entre as palavras. Para Saussure (STAROBINSKI, 1971, p.16) aquilo que faz a nobreza da língua assim como a da lenda “é que condenadas uma e outra a se servir apenas de elementos colocados diante delas com um sentido qualquer, elas os reúnem e tiram deles continuamente um novo sentido”. Starobinski (1971) acredita que o termo sentido mencionado por Saussure deve ser considerado como um produto variável do emprego combinatório, e não como um dado prévio. Saussure estaria indicando então a possibilidade de perceber que na produção de um discurso há, no jogo das relações entre as palavras, um sentido que não é previamente determinado e que escapa ao controle da própria produção do discurso.

Partindo da noção de arbitrariedade, Saussure (2004) mostra que todo fato linguístico consiste unicamente em uma relação, o que nos levou a concluir que o equívoco é um fato linguístico, uma vez que é também fruto da relação entre os termos da língua. O equívoco então resulta de um movimento próprio de constituição de sentidos da língua.

Concluimos que o sistema linguístico saussuriano através da arbitrariedade é, antes de tudo, um sistema que produz sentidos e que a língua tal como colocada por Saussure, possibilita uma produção de sentidos que não estão apenas expostos na linearidade, no sintagma, no dito, mas também, nos deslocamentos, nas falhas, nas rupturas, no momento em

que a palavra tropeça e somos falados pela língua.

Percebemos então que tanto em Saussure quanto em Lacan existia a ideia de que há algo na produção do discurso que foge ao domínio do sujeito, algo que escapa ao locutor. Ao falar sempre dizemos mais do que pretendemos, mais do que temos consciência. Possível então enxergar em Saussure (2004) a produção de um sentido que falha.

O quadro delineado acima mostra o percurso da nossa pesquisa e as conclusões encontradas naquele momento. Diante de toda a discussão apresentada sobre a produção de sentidos duas questões¹ em especial advindas da dissertação causaram inquietações. Inquietações estas que nortearam os caminhos da nossa tese.

Como podemos observar na exposição do nosso percurso, a discussão sobre a produção de sentidos foi centrada na ideia de sistema, sem remissão a um sujeito, o ponto de partida era a noção de nonsense, do mecanismo da falha na estrutura. Sendo assim, em virtude desta escolha surgiu a indagação: “como é possível pensar em produção de sentidos sem que haja um sujeito que o escute”? E ainda: “o que produz o sentido? O sistema linguístico? O arbitrário?”.

É somente a partir das questões postas que começamos a pensar a produção de sentidos enquanto fenômeno cuja existência requereria dois elementos indissociáveis: língua e sujeito. Iniciamos então uma reflexão sobre os sentidos levando em consideração o sujeito e sua relação com a língua. Buscamos agora responder a seguinte pergunta: na articulação entre sujeito e língua que mecanismo permite a produção de sentidos?

Partimos de duas hipóteses: 1) o princípio de arbitrariedade seria o fenômeno que alicerça a produção de sentidos porque sustentaria aquilo que estamos chamando de mola propulsora de sentidos: o valor; 2) o valor seria o mecanismo o qual na articulação entre sujeito e língua permitiria a constituição de sentidos.

O objetivo que guia a nossa pesquisa é tentar entender de que forma, no processo de produção de sentidos, há uma articulação entre língua e sujeito. Ou mais precisamente compreender que mecanismo permite a constituição de sentidos na articulação entre língua e sujeito, no momento em que a língua é colocada em ação por um sujeito.

Portanto seguindo as hipóteses levantadas, esta tese é dividida em três capítulos.

No primeiro retornamos ao princípio de arbitrariedade tentando compreendê-lo enquanto fenômeno basilar para a produção de sentidos. Procuramos mostrar que não é o

1 As questões foram colocadas na defesa de mestrado pelo Prof. Dr. Eduardo Calil de Oliveira.

sistema, mas sim o princípio da arbitrariedade da língua, e não somente do signo, aquilo que alicerça a produção de sentidos. Refletiremos sobre uma noção de arbitrariedade da língua em Saussure, tomando como aporte teórico a edição do *Curso de Linguística Geral*, os *Escritos de Linguística Geral*, as anotações de Émile Constantin e a releitura feita por Simon Bouquet.

No segundo capítulo abordaremos a noção de sujeito. Buscamos refletir sobre o sujeito a partir da perspectiva de Benveniste, tentando compreender o movimento do sujeito na linguagem. Tomamos com aporte teórico os dois volumes de *Problemas de Linguística Geral* de Benveniste e alguns estudiosos que trabalham com Benveniste, a exemplo de Claudine Normand e Valdir Flores.

E por fim, no terceiro momento, tentaremos compreender o mecanismo que permite a constituição de sentidos tendo em vista a articulação entre sujeito e língua. Refletiremos a noção saussuriana de valor linguístico, como mola propulsora do sentido, e a leitura proposta sobre os índices de (inter)subjetividade em Benveniste.

CAPÍTULO I: DO SIGNO À LÍNGUA

Unde exoriar? - É essa questão pouco pretensiosa, e até mesmo tremendamente positiva e modesta que podemos fazer antes de tentar abordar, por algum ponto, a substância escorregadia da língua. Se aquilo que quero dizer dela é verdadeiro, não há um único ponto de que seja o ponto de partida evidente. Saussure (2004)

1 Um começo?

Qualquer que seja o tema, apresentar uma leitura a partir de um pensamento em formação como o de Saussure não é uma tarefa fácil, nem muito grata. Não importa de que aspecto o abordaremos, somos sempre colocados diante de um dilema: por onde começar? A pergunta, como bem coloca Arrivé (2010), perturba todo leitor de Saussure, até mesmo porque é perceptível, em numerosos pontos da própria reflexão do mestre, a mesma hesitação quando o objetivo é formular uma reflexão sobre língua(gem).

A língua, longe de ser um objeto homogêneo, se apresenta ao mestre como um objeto constitutivamente heterogêneo. Para Saussure (2004, p. 197), “a ideia de que as coisas da língua devam se expor através de uma via una e constante é a mesma ideia falsa que leva a supor que a própria língua é uma coisa una”.

As noções saussurianas sobre a língua aparecem sempre escorregadias, talvez porque cada fenômeno proposto pelo professor somente seja compreendido em relação com os demais. Se pudéssemos comparar seria, por exemplo, como a banda de Moebius, um todo cujas partes estão tão intimamente ligadas que é imperceptível o começo e o fim.

Na busca por um caminho, como uma escolha metodológica, mais do que teórica, começemos então a nossa discussão sobre o sentido partindo de uma, dentre muitas, definição elaborada por Saussure (2004) sobre a língua: a língua é um sistema de signos. Entender os mecanismos de produção de sentidos a partir da leitura dos conceitos saussurianos é o objetivo deste capítulo.

Vejamos que a noção de língua em Saussure (2004) está intimamente ligada à ideia de sistema. A noção de sistema aparece bastante consolidada na linguística saussuriana e está presente seja em notas de preparação para o curso de linguística geral, no CLG, ou nos estudos dos anagramas, sem esquecer ainda que Saussure é o autor de uma tese sobre o sistema das vogais nas línguas indo-europeias que foi defendida por ele na Universidade de

Leipzig, em 1878.

Vejamos que em notas para um livro sobre linguística geral, datadas de 1894, observa-se que Saussure (2004, p. 174) define a língua como um sistema “interiormente ordenado em todas as suas partes”. Em vários trechos do CLG (1975), o linguista insiste na tese de que o signo não existe sozinho, ele só existe na relação com os demais termos dentro do sistema da língua. Vemos, por exemplo, no capítulo *O objeto da Linguística*, a afirmação de que “a língua é um sistema de signos que exprimem ideias” (1975 p. 24); no capítulo *Elementos internos e Elementos externos da Língua*, Saussure (1975, p. 31) afirma que a língua “é um sistema que conhece somente sua ordem própria”; no capítulo *Imutabilidade e Mutabilidade do Signo* vemos Saussure (1975, p. 87) colocar que “uma língua constitui um sistema” e ainda no capítulo *O Valor Linguístico*, Saussure (1975, p. 130) coloca que “a língua é um sistema de valores puros”.

A língua, enquanto sistema, é sustentada pelo princípio que Saussure (1975) elegeu como primeiro: o da arbitrariedade. A língua somente é um sistema de signos porque o signo é arbitrário. Sendo assim é importante em um primeiro momento refletir sobre a arbitrariedade, porque a partir da arbitrariedade podemos compreender a noção de valor a qual defendemos como a mola propulsora dos sentidos.

Faremos uma reflexão tendo como base além do *CLG*, os *Escritos de Linguística Geral*, algumas anotações de aula dos alunos do curso de Linguística Geral e pesquisas de estudiosos que trabalham com a releitura de Saussure.

2 O quebra-cabeça

O princípio condutor da teoria saussuriana sobre língua, a arbitrariedade, é ainda hoje alvo de interpretações equivocadas. A maioria das críticas se fundamenta em leituras superficiais da edição do *Curso de Linguística Geral*, os leitores não levam em conta a complexidade da obra, e por muitas vezes adotam o CLG como voz oficial de Saussure.

Como nos mostra Calvet (1977), no ano de 1906, no dia 6 de dezembro, Saussure, então professor de gramática comparada e sânscrito, foi convidado a ministrar, na Universidade de Genebra, aulas de linguística geral. O curso é ministrado em três períodos: o primeiro curso: em janeiro de 1907 a julho 1907, (seis alunos matriculados), Saussure aborda

a fonologia, a linguística evolutiva, a etimologia popular; o segundo curso: em novembro de 1908 a junho de 1909 (onze alunos matriculados), Saussure aborda a teoria do signo e da língua, oposição sincronia e diacronia; o terceiro curso: em outubro de 1910 e julho de 1911 (doze alunos matriculados), Saussure trata da linguística externa (as línguas).

Em 1916, três anos após a morte de Saussure, a partir dos cadernos de anotações de alguns alunos dos cursos de linguística e alguns escritos pessoais de Saussure, Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de A. Riedlinger, publicaram o Curso de Linguística Geral. A imagem de Saussure passaria à posterioridade ligada à edição do CLG e o mestre ficaria então conhecido historicamente como o fundador da linguística moderna.

Conforme Faraco (2004), o real impacto do curso acontece no final da década de 1920, principalmente a partir do Primeiro Congresso Internacional de Linguística, em Haia, em 1928; do Primeiro Congresso dos Filólogos Eslavos, em Praga, em 1929, e da Primeira Reunião Fonológica Internacional de Praga, em 1930. Nestes três fóruns as teses saussurianas aparecem pelas mãos de Roman Jakobson e Nikolai Troubetzkoy.

Em virtude de sua repercussão histórica e da importância que ocupa na fundação da linguística moderna, o CLG, durante muito tempo, permaneceu intocado, a integridade do texto não foi colocada em dúvida. Somente a partir da década de 60, com os estudos dos manuscritos de Saussure, novos discursos sobre o CLG começaram a surgir nas edições críticas de Engler, Godel e De Mauro.

As pesquisas realizadas por eles mostram, além de tudo, que ao contrário do que Bally e Sechehaye deixam transparecer no CLG, o pensamento de Saussure não se revela como algo acabado, mas sim como um pensamento que estava em construção. Apesar dos editores do CLG procurarem apresentar os ensinamentos de Saussure como um todo orgânico e definitivo, podemos encontrar, conforme coloca Salum, no prefácio da edição brasileira do CLG, um Saussure inquieto com as aulas de linguística geral.

Vejo-me diante de um dilema: ou expor o assunto em toda a sua complexidade e confessar todas as minhas dúvidas, o que não pode convir para um curso que deve ser matéria de exame, ou fazer algo simplificado, melhor adaptado ao auditório de estudantes que não são linguistas. Mas a cada passo me vejo retido por escrúpulos. (SAUSSURE, 1975, p. XVII).

O fato de ser uma obra póstuma faz do CLG no mínimo uma obra polêmica. Considerando que são notas de alunos, dificilmente representa exatamente as palavras de Saussure, mas sim um reflexo da exposição oral do professor. Diante dos cadernos dos

estudantes, não há dúvidas de que as dificuldades encontradas por Bally e Sechehaye na edição do CLG foram diversas, a começar pela busca dos apontamentos de Saussure do curso de linguística geral, com a intenção de elaborar uma publicação fundamentada na união das anotações de Saussure e a anotações dos alunos. Entretanto pouquíssimas anotações foram encontradas.

Godel (1969, p. 36), ao apresentar as notas manuscritas, esclarece que as anotações do curso:

formam apenas uma parte do dossiê e só contêm a matéria de algumas aulas, inteiramente redigidas ou simplesmente esboçadas. As que se referem ao terceiro curso dão a impressão de que Saussure preferia redigir as primeiras lições, ou aquelas cujo assunto não lhe apresentava nenhuma dificuldade, e que em contraposição hesitava em deixar por escrito ideias sobre as quais não tinha tido tempo de meditar suficientemente: limitava-se então a anotar um esquema, uma reflexão, alguns exemplos. É provável que as suas lições mais originais não tenham sido mais que o desenvolvimento oral de semelhantes momentos: os seus alunos lembram-se ainda dos pedaços de papel de que ele se servia para o seu curso.² (tradução nossa).

As dissonâncias apresentadas entre os textos originais e o CLG, atreladas à forma como o curso foi organizado pelos editores, contribuem para que haja uma tendência em considerar o CLG como uma edição que ou representa as ideias de Saussure ou as deforma por completo. No entanto, preferimos perceber o CLG além desta dicotomia, sendo constituído por um movimento que apresenta tanto as marcas de Saussure quanto a dos editores.

Acreditamos, como Silveira (2003), que o CLG traz o pensamento de Saussure, mas o que se perde são os laços internos desse pensamento. E é aí que reside toda a dificuldade de em um estudo sobre Saussure, unir os laços perdidos, montar as peças de um quebra-cabeça. Os laços não são fáceis de serem recuperados. Ao lermos os *Escritos de Linguística Geral*, por exemplo, nos deparamos com frases inacabadas, espaços em branco, rabiscos. As lacunas deixadas por ele mostram um caminho sinuoso a percorrer.

É dessa forma que observamos que a noção de arbitrariedade, base para a discussão da

2 Les notes de cours ne forment qu'une partie du dossier et ne contiennent que la matière de quelques leçons, entièrement rédigées ou simplement esquissées. Celles qui se rapportent au troisième cours donnent l'impression que Saussure rédigeait volontiers les premières leçons, ou celles dont le sujet ne présentait pour lui aucune difficulté, et qu'en revanche il hésitait à mettre par écrit des idées qu'il n'avait pas eu le loisir de méditer suffisamment: il se bornait alors à noter un schéma, une réflexion, quelques exemples. Il est probable que ses leçons les plus originales n'ont été que le développement oral de pareils aide-mémoire: ses étudiants se souviennent encore des bouts de papier dont il se servait pour son cours.

questão da produção de sentido, ecoa em vários trechos do CLG, não somente no capítulo sobre a natureza do signo linguístico por onde é normalmente conhecida. O princípio está presente fundamentalmente no capítulo sobre o objeto da linguística, sobre a imutabilidade e mutabilidade do signo, sobre o valor linguístico, sobre o mecanismo da língua, assim como também em alguns trechos referentes à linguística diacrônica como, por exemplo, os capítulos sobre analogia, analogia e evolução e aglutinação.

Embora esteja tão presente, não é tão visível como parece. Para apreender parte de sua essência é necessário dialogar com as outras vozes do mestre. É o que tentaremos fazer agora.

3 O calcanhar de Aquiles

No capítulo do CLG, *Natureza do signo linguístico*, há uma tentativa de Saussure (1975) de demonstrar o princípio da arbitrariedade utilizando dois exemplos. O primeiro diz que a ideia de mar não está ligada por nenhuma relação interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante, poderia, então ser representada igualmente por outra sequência, não importa qual seria. No outro exemplo Saussure (1975) diz que se tomarmos as diferenças entre as línguas, o significado da palavra francesa *bouef* tem por significante *b-o-f* de um lado da fronteira franco-germânica e do outro tem como significante *o-k-s*. Quanto ao primeiro exemplo não há dúvida de que o princípio da arbitrariedade está claramente apresentado, uma vez que o signo não estando ligado a nada exterior, a sequência de sons para representar a ideia de mar poderia ser qualquer uma. Quanto à segunda, foi justamente a que Saussure aparentemente caiu em contradição.

Referindo ao exemplo de *b-o-f* e *o-k-s*, Benveniste (1976) observa que há uma contradição entre a maneira como Saussure define o signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui. Para o autor (1976), dizer que o signo linguístico é arbitrário porque o mesmo animal se chama boi em um país e *Ochs* em outro é o mesmo que dizer que a noção do luto é arbitrária, porque tem por símbolo o preto na Europa, o branco na China.

Benveniste (1976, p.55) defende que o laço que une o significante e o significado não é arbitrário, pelo contrário, é necessário.

O conceito de *boi* é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto

fônico *boi*. [...] juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância. Há entre os dois uma simbiose tão estreita que o conceito *boi* é como que a alma da imagem acústica *boi*. [...] Ora é somente se se pensa no animal boi na sua particularidade concreta e substancial que se tem base para julgar arbitrária a relação entre *boi* de um lado, *oks* do outro, com uma mesma realidade.

Em Benveniste (1976) o que é arbitrário é que um signo, e não o outro, aplica-se a determinado elemento da realidade, o arbitrário somente existe em relação com o fenômeno e o objeto material e não intervém na constituição do signo.

Bouquet (2004) defende que a crítica de Benveniste se constrói tendo como base o capítulo, *Natureza do signo linguístico*, sem levar em consideração os textos originais. A crítica se apoia na aula datada de 2 de maio, em que Saussure apresenta a noção de arbitrário do significante como uma verdade primária. Bouquet (2004) explica que apenas nas lições seguintes é que Saussure reformulará esta verdade primária e que a articulará à sua concepção da língua como sistema.

Bouquet (2004) observa que existe na língua uma relação de necessidade, ou seja, de não arbitrário, mas que esta relação não se estabelece entre o significante e o significado, mas sim entre formas. Há uma necessidade de coexistência que une os diferentes termos considerados como formas no conjunto do sistema. A relação de arbitrário, ou seja, de não necessidade, por sua vez, não é uma relação de forma a forma, mas pelo contrário, é uma relação que se estabelece entre o significante e o significado.

Arrivé (1999) coloca aqui uma solução para o impasse. Para Arrivé (1999), o descuido de Saussure está realmente presente e prejudica a demonstração, a ponto de tirar a pertinência do princípio. Tanto Saussure, quanto Benveniste, e também Pichon e Milner que tentaram demonstrar o princípio da arbitrariedade caíram em contradição ou em articulações pouco satisfatórias. Para Arrivé (1999), a arbitrariedade é um princípio não demonstrável, ou seja, um postulado.

4 O princípio

O princípio da arbitrariedade representa para Saussure o fio condutor de uma teoria sobre a língua. A partir da noção de arbitrário, Saussure fundamenta a ideia nuclear de sua

linguística: a de valor. A importância do princípio pode ser percebida claramente em uma das passagens do CLG (1975, p. 82) que se refere ao arbitrário:

O princípio mencionado acima domina toda a linguística da língua; suas consequências são inúmeras. É verdade que nem todas aparecem, à primeira vista, com igual evidência; somente ao cabo de várias voltas é que as descobrimos e, com elas, a importância primordial do princípio.

Segundo De Mauro (1995, nota 138) este parágrafo do CLG é um reflexo fiel das fontes manuscritas. A passagem é importante porque leva a considerar que Saussure tinha descoberto, no princípio do arbitrário, o alicerce de sistematização da teoria linguística, dando assim um primeiro passo na compreensão profunda do tema do arbitrário.

Como se sabe, as reflexões sobre a língua representar ou não a realidade vêm desde a filosofia grega. O primeiro texto ocidental sobre a linguagem, o Crátilo de Platão, questiona se a língua tem vínculo direto e essencial com a realidade física e espiritual ou se é puramente arbitrária. Saussure retoma a questão, criticando qualquer concepção da língua enquanto nomenclatura e defende que a relação que a língua estabelece não é de nomes com objetos exteriores, mas sim de termos entre si. Se a língua consistisse unicamente em denominar os objetos, diz ele (2004, p. 282) “os diferentes termos dessa língua não teriam relação entre si, ficariam tão separados uns dos outros quanto os próprios objetos”.

Saussure é enfático na ideia de que, sendo a língua apenas uma questão de nomenclatura, a linguística não teria razão para existir. Em notas para um livro de linguística geral, datadas entre os anos de 1893 e 1894, encontra-se em Saussure uma formulação radical da exclusão do objeto extralinguístico. Nas notas, ele (2004, p. 198) escreve:

Antes o objeto, depois o signo, por conseguinte (o que negaremos sempre) base externa dada ao signo, e a representação da linguagem por esta relação:



Enquanto que a verdadeira representação é: a - b - c, fora de qualquer conhecimento de uma relação efetiva como * -- a -, baseada em um objeto.

Esta mesma posição também aparece no esboço de um artigo em homenagem a Whitney, em 1894, em que Saussure (2004) coloca que os símbolos independentes são aqueles cujas características consistem em não ter nenhuma espécie de relação com o objeto a designar e, por conseguinte, de não poder fazer parte dele, nem mesmo indiretamente.

Saussure (2004) defende que não há nada em comum, em essência, entre um signo e aquilo que ele significa, e que a entidade linguística resulta de um gênero altamente particular de união, formada pela associação de dois elementos igualmente imateriais e absolutamente diferentes: o conceito e a imagem acústica. Para o autor, é um acidente quando o signo linguístico corresponde a um objeto definido pelo sentido e esta correspondência não deve ser tomada como padrão para a língua. O signo linguístico, então, não une um nome a uma coisa, mas um conceito a uma imagem acústica.

Saussure (2004, p. 23) enfatiza várias vezes que a imagem acústica não é o som material, mas a impressão psíquica do som e observa que “uma sucessão de sons vocais, por exemplo, *mer* (*m +e+r*) é, talvez, uma entidade que regressa ao domínio da acústica, ou da fisiologia, ela não é de jeito nenhum, nesse estado, uma entidade linguística”. A língua existe apenas se a sequência *m +e+r* se associa a uma ideia.

Saussure (2004, p. 23) considera ainda que não há nenhuma entidade linguística que seja simples porque ela exige que se leve em conta, ao mesmo tempo, um significante e um significado e “contestar esta dualidade ou esquecê-la equivale diretamente a privá-la de sua existência linguística, atirando-a ao domínio dos fatos físicos”. Para ele (2004) a questão de classificar os fatos de uma língua está diante do problema de classificar os acoplamentos destes dois elementos heterogêneos.

O deslocamento da relação entre objeto e signo para a relação entre signos traz implicações importantes para a compreensão do sistema linguístico. O fato do signo não ter referência externa faz com que o signo só possa ser compreendido dentro de um sistema, todo o seu funcionamento, sua vida, acontece na relação com os outros signos. A partir daí, Saussure (2004) elabora sua premissa maior: a de que a língua não é produto de uma vivência, mas, sim, um sistema particular de signos constituído por diferenças puras em que nada é determinado fora da relação entre seus termos, fato que concede à língua uma ordem própria.

A exclusão do objeto reforça ainda a ideia de que não há origem para os termos de uma língua, desmistificando a figura de um primeiro pai, Adão, que num determinado momento da criação chama para si os diversos animais, dando a cada um deles um nome. No

capítulo do CLG, *O valor linguístico*, Saussure utilizando o famoso esquema das massas amorfas, observa que não existem ideias preestabelecidas e que nada é delimitado antes do aparecimento da língua e que sem o recurso do signo não seríamos capazes de distinguir duas ideias de maneira clara. A língua elabora as suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas: o pensamento e o som. O pensamento é definido como uma massa amorfa e indistinta, uma nebulosa onde nada está distinto. A substância fônica é uma matéria que se divide por sua vez para “fornecer os significantes dos quais o pensamento tem necessidade”. (SAUSSURE, 1975, p. 130).

O papel da língua, então, é servir de intermediário entre o pensamento e o som “em condições tais que uma união conduza necessariamente à delimitação recíproca das unidades”, conforme Saussure (1975, p. 131). A língua pode ser definida como uma série de subdivisões marcadas simultaneamente sobre o plano indefinido dos sons e sobre o plano indeterminado das ideias, e estaria no domínio das articulações, cada termo linguístico seria um pequeno *articulus*, em que uma ideia se fixaria num som e em que um som se tornaria o signo de uma ideia.

Cabe então perguntar se não há base externa para os signos e nem podemos reduzi-los a uma relação natural, nem há origem, quem faz o corte nas massas amorfas?

De acordo com Saussure (1975), apenas o social é capaz de criar um sistema linguístico, a língua é um produto social, os signos só existem na massa social e é a massa social que os coloca em circulação. O caráter arbitrário do signo faz com que a língua seja patrimônio da coletividade. A língua é absolutamente independente da vontade consciente do ser humano. O corte nas massas dos sons e das ideias é fruto da coletividade. É o social que estabelece os valores cuja razão de ser está no uso e no consenso, o indivíduo não é capaz de fixar, nem alterar um termo que seja.

Social e arbitrário são duas características indissociáveis do signo. Segundo Nóbrega (2002), apesar da ligação de social e arbitrário estar bastante presente no CLG, passou muito tempo sem ser enfatizada, apenas com os estudos dos manuscritos inéditos e dos cadernos das lendas germânicas é que foi dada a devida importância a esta relação. Em Saussure (1975) a relação entre arbitrário e social está intimamente ligada com a questão da mutabilidade e da imutabilidade do signo, com o equilíbrio do sistema linguístico. No entanto, a posição do mestre não é simples de entender, pois ele defende que da mesma forma que o caráter arbitrário assegura a capacidade do social modificar a língua, também a limita. Vejamos.

No capítulo do CLG, *Imutabilidade e mutabilidade*, Saussure (1975) diz que o caráter arbitrário do signo permite a evolução da língua, o fato do signo não ter referência externa faz com que o laço que une o significante e o significado esteja sempre suscetível a afrouxar, a deslocar-se. Tanto o significante pode se deslocar em relação ao significado, como o significado em relação ao significante, podendo se estabelecer qualquer relação entre eles.

Saussure (1975), ainda no mesmo capítulo, explica que embora a relação entre o significado e o significante seja livre, a relação da comunidade com a língua não é, é imposta, como uma “carta forçada”. Não apenas o indivíduo é incapaz de mudar qualquer palavra como também a massa social não exerce soberania sobre a língua. Ora, Saussure coloca que o social tem a capacidade de criar e transformar o sistema linguístico, mas ao mesmo tempo diz que o social não exerce soberania sobre a língua. A primeira vista parece contraditório, mas não é. O caráter arbitrário do signo faz com que a relação entre o som e o conceito esteja livre para que o social efetue o corte, o tempo então fixa as escolhas, os signos são, portanto, destinados a circular e a massa social passa a não ter soberania sobre a língua, pois está submetida a sua ordem própria.

No entanto, o princípio de continuidade implica em mudanças, o signo tem condições de se alterar justamente porque continua. O tempo então, através do próprio princípio de continuidade, permite que as forças sociais atuem novamente sobre a língua e desenvolvam seus efeitos. A língua é situada simultaneamente na massa social e no tempo e o caráter arbitrário do signo fornece o ambiente propício para atuação dos dois fatores. É aí onde se encontra todo o dinamismo do fenômeno linguístico. O que nos faz crer que a existência da língua está no princípio da arbitrariedade.

É importante destacar ainda que já na época da Segunda Conferência de Genebra, em 1891, Saussure pensava a questão da imutabilidade e da mutabilidade da língua não como duas qualidades paradoxais, mas sim dialéticas. Esses dois princípios, diz ele “longe de serem contraditórios, estão em correlação tão estreita e tão evidente que quando temos a vontade de menosprezar um deles, ofendemos o outro ao mesmo tempo” (SAUSSURE, 2004, p. 137).

Depois de Saussure, segundo De Mauro (1995, nota 129), a crítica da concepção tradicional do signo enquanto nomenclatura foi retomada entre os linguistas a exemplo de Hjelmslev e de Martinet. Na tradição filosófica, conforme o autor, Wittgenstein aproximou-se de uma visão bem próxima da de Saussure, apesar de seu ponto de partida ser diferente. No entanto, De Mauro (1995) coloca que seria um erro acreditar que a crítica saussuriana tem

vido comumente compreendida pelos linguistas.

Ogden e Richards ao proporem o triângulo semântico, no qual o símbolo fônico está ligado por uma relação causal a um conceito por sua vez determinado casualmente pela coisa, ficam evidentemente aquém da crítica de Saussure do qual mostram não ter compreendido o pensamento. [...] Ullmann ao aceitar o triângulo semântico de Ogden e Richards mostra que ele também não assimilou a substância da posição saussuriana. (DE MAURO, 1995, NOTA 129).

De Mauro (1995) observa ainda que as consequências dessa incompreensão, como também da incompreensão em torno da noção de fonema em Saussure, diminuiram gravemente a possibilidade de compreender as teses saussurianas do arbitrário do signo, da língua como forma e do valor. A partir da reflexão saussuriana sobre a noção de arbitrariedade, o objeto da linguística estava passível de ser reconhecido, pois o caráter arbitrário do signo distingue radicalmente a língua de qualquer outro sistema semiológico, autenticando uma especificidade, concedendo uma ordem própria. O seu funcionamento, então, estaria em condições de ser apreendido, como bem coloca Milner (s/d apud SILVEIRA, 2003, p.95) quando diz que:

do princípio [...] advém uma consequência importante, visto que [...] exclui a intervenção na ordem dos signos de qualquer coisa que pertença à ordem dos seres. O estudo das línguas não tem outra causalidade a conhecer que a causalidade interina à língua.

5 As relações

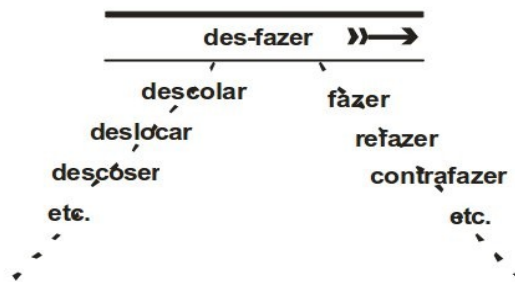
Conforme o CLG, no capítulo, *Relações sintagmáticas e relações associativas*, Saussure inicia dizendo que na língua tudo se baseia em relações e que as relações e as diferenças entre termos linguísticos se desenvolvem em duas esferas distintas, cada uma geradora de uma certa ordem de valor.

A primeira das relações é a relação sintagmática, Saussure diz (1975, p.142) que “os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua”. As palavras se alinham uma após outra, em uma única extensão, em uma única dimensão tempo espacial, mantendo entre si uma relação de oposição. A relação sintagmática existe *in praesentia*, em que os termos estão igualmente presentes numa série

efetiva. O sintagma é composto de duas ou mais unidades consecutivas no eixo horizontal, como podemos ver na figura a seguir:



A segunda relação é a associativa. Ainda no CLG, Saussure coloca que as palavras que têm algo em comum se associam na memória, formando grupos. Esta relação não tem por base a extensão, a linearidade, elas fazem parte do “tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (SAUSSURE, 1975, p. 143). Nas relações associativas, um termo chama – de forma inconsciente para o falante - uma série de outros termos que mantêm com ele algum tipo de semelhança, a relação une os termos *in absentia* numa séria mnemônica virtual.



No eixo vertical, as palavras se assemelham das mais diversas formas. Saussure (1975) dá alguns exemplos das possíveis semelhanças. Nas palavras ensinamento, ensinar, ensinamos, ensina temos um elemento em comum que é o radical, em contrapartida no caso das palavras ensinamento e armamento, o elemento em comum é o sufixo. A semelhança pode ser também entre significados apenas, a exemplo de *ensinamento*, *instrução*, *aprendizagem*, *educação*. Ou entre imagens acústicas, a exemplo de *blu*, *durchbleuen* (que se pode exemplificar em português como *agosto* e *a gosto*).

O CLG parece deixar claro que tanto a relação sintagmática quanto a relação associativa são fatos linguísticos, ou seja, pertencem à língua. Saussure questiona sobre a possibilidade de o sintagma pertencer à fala, mas o questionamento aparece de forma sutil no CLG. Saussure (1975, p.144) apenas pergunta se o sintagma pertenceria à fala e a resposta vem seguida de uma afirmação categórica e definitiva “não pensamos assim”. Entretanto,

embora os editores coloquem a questão como resolvida, vemos conforme Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) que Saussure retoma várias vezes a questão.

Na aula do dia 27 de junho, Saussure, conforme as anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) coloca que embora os sintagmas sejam vistos como combinações que não são frases, as frases são claramente um tipo evidente de sintagma, toda frase é um sintagma. As frases pertencem então à fala e não a língua. Saussure se pergunta se o sintagma não pertenceria à fala e se ele não estaria confundindo as duas esferas (língua e fala) para distinguir os dois domínios (sintagmática e associação). Saussure então indica que há um ponto delicado na fronteira entre esses dois domínios e que é uma questão difícil de resolver.

Saussure prossegue afirmando que em todo caso, mesmo nos fatos pertencentes à língua há sintagma e um exemplo disto são as palavras compostas. A palavra composta *magnanimus* pertence à língua tanto quanto *animus*, uma vez que existe na língua uma série de expressões que são realizações próprias da língua e que o indivíduo não tem como interferir.

Entretanto, na aula do dia 30 de junho, Saussure conforme anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993, p. 132), volta à questão e afirma:

- 1) Fora da fala, a associação é feita na memória entre palavras que tendo algo em comum criam diferentes grupos, séries, famílias, dentro das quais se obtém diversas relações [...] Estas são as relações associativas.”
- 2) Na fala, as palavras são objetos de um tipo de relação que é independente da primeira e depende de seu encadeamento: são as relações sintagmáticas. (tradução nossa)³

Em seguida, diante da colocação chama novamente a atenção dizendo que há um problema nesta distinção, pois a relação sintagmática aparece como fato da fala e não como um fato linguístico, no entanto, Saussure reafirma que a própria língua comporta cada relação o que pode ser observado nas palavras compostas ou em expressões como *s'il vous plait* em que reina uma relação sintagmática.

Retomando a palavra *magn-animus*, Saussure, conforme anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), explica que a relação que envolve *magn-animus* é sintagmática, pois expressa a ideia de justaposição de duas partes em sequência linear na

3 1) Hors de la parole, l'association qui se fait dans la mémoire entre mots offrant quelque chose de commun crée différents groupes, séries, familles au sein desquelles régnent rapports très divers [...] : ce sont les rapports associatifs. 2) Dans la parole, les mots sont soumis à un genre de rapports indépendant du premier et dépendant de leur enchaînement, ce sont les rapports syntagmatiques.

língua. Contudo, se pegarmos apenas a palavra *animus* e sua relação com *anima*, encontra-se aí um outro tipo de relação, a associativa.

A questão é mais bem observada se verificarmos a aula de 28 de abril, em que Saussure, de acordo com Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993, p. 73) estabelece a divisão entre língua e fala. Na aula Saussure coloca:

[...] podemos separar os fatos da fala dos fatos da língua [?] Se nós pegarmos as palavras, a forma gramatical, tudo é bem fixado num estado, dado na língua. Mas existe sempre um elemento individual que é a combinação deixada à escolha de cada um para exprimir seu próprio pensamento em uma frase. Essa combinação pertence à fala, pois é uma execução. Essa parte - o uso individual do código da língua - levanta uma questão. É só na sintaxe, em suma, que existe uma certa flutuação entre o que é dado na língua e o que é deixado à iniciativa individual. A delimitação é difícil de fazer. É preciso admitir que aqui no domínio da sintaxe, o elemento social e o elemento individual < execução e associação fixa > se misturam um pouco. ⁴ (tradução nossa).

Podemos então observar que há em Saussure a ideia de um sintagma que pertence à instância da fala, lugar do sujeito falante, e uma ideia de um sintagma da instância da língua onde as palavras se agrupam em sequência, na linearidade por oposição, como resultado da ordem própria da língua, consequência da arbitrariedade em que o individual não tem implicações.

É possível observar que Saussure relaciona as relações sintagmáticas e associativas à arbitrariedade. No CLG, no capítulo, *O mecanismo da língua*, Saussure (1975, p. 153) formula que a noção de relativamente arbitrário implica primeiro “na análise de um termo, portanto uma relação sintagmática”, e segundo “na evocação de um ou vários termos, portanto uma relação associativa”. Coloca que as relações sintagmáticas e associativas limitam o arbitrário. *Dezenove*, por exemplo, mostra o professor, é associativamente solidário de *dezoito*, *dezessete*, e sintagmaticamente de seus elementos *dez* e *nove*.

Em Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) vemos Saussure, ao se referir à arbitrariedade, também colocar que a solidariedade dos termos no sistema pode ser concebida enquanto uma limitação do arbitrário se pensarmos no agrupamento sintagmático e

4 < mais peut -on séparer à ce point les faits de parole des faits de langue[?] Si nous prenons les mots, les formes grammaticales, tout cela est bien fixé dans un état donné dans la langue. Mais il y a toujours cet élément individuel qu'est la combinaison laissée au choix de chacun pour exprimer sa pensée dans une phrase. Cette combinaison appartient à la parole, car c'est une exécution. Cette partie -là (deuxième usage individuel du code de langue) soulève une question. Ce n'est que dans la syntaxe en somme que se présentera un certain flottement ici entre ce qui est donné dans la langue et ce qui est laissé à l'initiative individuelle. La délimitation est difficile à faire. < Il faut avouer qu'ici > dans le domaine de la syntaxe, l'élément social et l'élément individuel, <exécution et association fixe>, se mêlent quelque peu.

associativo. Mas como as relações limitam o arbitrário?

De acordo com as anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), Saussure não desenvolve a questão. A colocação sobre a implicação entre a arbitrariedade e as relações sintagmáticas e associativas é feita na página final do terceiro curso e conta apenas de um parágrafo.

Contudo, tomando como base tudo o que foi visto até agora, poderíamos tentar elaborar uma possível interpretação pensando que a relação entre arbitrariedade e relações sintagmáticas e associativas estaria implicada no equilíbrio da língua. Há em Saussure a ideia de que o caráter motivado implica em uma certa ordem de regularidade. Como vimos no item anterior, o sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade que, uma vez aplicado sem restrições, levaria à complicação suprema. Assim, procura-se introduzir um princípio de ordem, e esta é a função de relativamente motivado. Tomando o exemplo em que Saussure (1975) diz que *dezenove* é associativamente solidário de *dezoito*, *dezesete*, e sintagmaticamente de seus elementos *dez* e *nove*, pode se pensar que o mecanismo de motivação acontece tanto no eixo vertical quanto no eixo horizontal. Sendo assim, pensamos que quando Saussure coloca que as relações limitam a arbitrariedade, quer dizer que tanto no eixo do sintagma tanto no eixo das associações o mecanismo da motivação atua em proporcionar uma certa ordem de regularidade a língua, limitando o caráter radicalmente arbitrário do signo.

6 Para além do isolado e sistêmico

Como se percebe, a maioria das críticas sobre a arbitrariedade se limita ao capítulo do CLG sobre a natureza do signo linguístico. Há uma tendência em vincular a teoria saussuriana do arbitrário ao conteúdo deste capítulo que, inclusive, parece ser o mais lido de todos, conforme De Mauro (1995). Acontece que o pensamento de Saussure sobre a arbitrariedade ultrapassa as fronteiras deste capítulo, seria um erro então julgar o mestre por apenas seis páginas de uma obra complexa e inacabada.

Compreendemos que há em Saussure uma noção de arbitrariedade da língua fundamentada no conceito de arbitrário absoluto e de arbitrário relativo. Vejamos que Saussure (1975) explica que o princípio da arbitrariedade do signo não impede distinguir em

cada língua o que é radicalmente arbitrário (imotivado) do que é relativamente arbitrário (motivado). Apenas parte dos signos é absolutamente arbitrária.

Assim *vinte* é imotivado, mas *dezenove* não o é no mesmo grau, porque evoca os termos dos quais se compõe e outros que lhe estão associados, por exemplo, *dez*, *nove*, *vinte e nove*, *dezoito*, *setenta* etc: tomados separadamente *dez* e *nove* estão na mesma condição que *vinte*, mas *dezenove* apresenta um caso de motivação relativa. O mesmo acontece com *pereira*, que lembra a palavra simples *pêra* e cujo sufixo-*eira* faz pensar em *cerejeira*, *macieira*; nada de semelhante ocorre com *freixo*, *eucalipto* etc. (SAUSSURE, 1975, p. 152).

Distinguir não significa necessariamente separar. Entendemos que a ideia de arbitrariedade da língua implica tanto numa relação que é radicalmente imotivada quanto numa relação que é relativamente motivada, as duas conjuntamente formam um movimento que permite um equilíbrio ao sistema linguístico. Saussure (1975) observa que todo sistema da língua em algum momento repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo, e que aplicado sem limites levaria a uma complicação suprema. Diante disto se faz necessário então que se introduza um princípio de ordem e de regularidade, este é o papel do relativamente motivado. E é justamente entre os dois limites extremos, entre o mínimo de regularidade e mínimo de arbitrariedade, que se encontram todas as variedades possíveis.

Partimos então para uma reflexão sobre o arbitrário absoluto para que possamos depois chegar à arbitrariedade relativa.

Estudos minuciosos como o de De Mauro (1995) revelam que em virtude da forma como foi organizado, o capítulo sobre a natureza do signo linguístico, que apresenta a noção de arbitrário absoluto, traz problemas para a compreensão da teoria saussuriana do arbitrário. Os acréscimos feitos pelos editores contribuem para uma distorção da ideia de arbitrariedade, dando margem a interpretações equivocadas. O autor faz considerações importantes sobre o capítulo, mostrando que as marcas deixadas pelos editores são bastante incisivas.

O primeiro ponto que o autor destaca (1995, nota 128) refere-se ao título do capítulo. Ele explica que, duas semanas após explanar sobre a natureza do signo linguístico, em apêndice no dia 19 de maio, Saussure retoma o título da aula - a natureza do signo linguístico - datada do dia 2 de maio, propondo-lhe um novo título, que seria: a língua como sistema de signos. O título, no entanto, foi ignorado pelos editores. Para De Mauro (1995), a sugestão de Saussure em alterar o título decorre do fato do mestre ter percebido com clareza a possibilidade de propor uma tese específica sobre a interpretação da língua como sistema de

signos e não mais uma pesquisa geral sobre a natureza do signo.

Outra questão apontada encontra-se na própria definição de arbitrário. Vejamos que conforme está no CLG, o laço que une o significante ao significado é arbitrário, e sendo o signo resultante da associação de um significante com um significado pode-se dizer que o signo linguístico é arbitrário, isto é, que não existe um vínculo natural com a realidade, não há relação analógica entre significante e significado, o significante é imotivado em relação ao significado.

No entanto, conforme De Mauro (1995, nota 136) a palavra *radicalmente*, presente nas anotações de aulas (B.Engler), desaparece no texto dos editores. Nas anotações consta que o vínculo que une o significante ao significado é radicalmente arbitrário. O autor (1995, nota 136) acredita que, como se tratava de uma formulação muitas vezes analisada por Saussure, é pouco provável que o advérbio *radicalmente* tenha sido usado como pleonasma. O que seria mais legítimo pensar é que este advérbio teria na formulação um sentido pleno: “o vínculo é arbitrário *radicitus*, em seus próprios fundamentos, à medida que ele liga entre si duas entidades produzidas de maneira semelhante”, em virtude do corte arbitrário na substância acústica e na substância significativa. (DE MAURO, 1995, nota 136).

De Mauro (1995, nota 132) destaca ainda que os desenhos que representam o signo linguístico também apresentam alguns equívocos. Das três figuras que estão no capítulo do CLG apenas as duas primeiras correspondem às fontes manuscritas, a terceira com o desenho da árvore foi acrescida pelos editores. As flechas nas três figuras e a frase: “esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro” (SAUSSURE, 1975, p. 80) que traduz a flecha em palavras, referindo-se à relação entre conceito e imagem acústica, também foram inseridas, assim como também, o emprego da palavra para designar *arbor*. Para De Mauro (1995, nota 132), tais acréscimos trazem consequências graves, pois resultam na impressão de que para Saussure o significante é o vocábulo e o significado a imagem de uma coisa e que um chama o outro, contradizendo, portanto, a essência do pensamento de Saussure sobre a língua.

É pertinente destacar ainda que outra dificuldade da leitura do CLG está relacionada à ambiguidade do termo *signo*. Como se sabe, o vocábulo *signo* é empregado por Saussure ao longo de suas aulas e de seus escritos em duas acepções: uma designa a entidade linguística composta de uma face fonológica e de uma face semântica, e a outra designa apenas a face fonológica. A preocupação de Saussure quanto ao uso terminológico da palavra *signo* é

expressa várias vezes nas notas dos alunos. Na aula de 2 de maio de 1911, podemos observar em anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993, p. 75) que Saussure questiona quanto ao uso da terminologia signo/significante.

É preciso decidir se chamaremos de signo o total (a combinação do conceito com a imagem acústica), ou melhor, apenas a própria imagem acústica pode se chamar signo [...] Esta é uma questão que confessamos não poder decidir. Há um ponto de terminologia a ser resolvido. Seria preciso duas palavras diferentes. Nós faremos o possível para evitar as confusões que poderiam ser muito graves.⁵ (tradução nossa).

Somente na aula datada de 19 de maio de 1911, ainda conforme anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), Saussure introduz pela primeira vez o par terminológico: *significante* e *significado*. Sabemos que o propósito de Saussure era evitar a ambiguidade terminológica que a frase *o signo linguístico é arbitrário*, dita na aula datada de 2 de maio, poderia evocar, assim propõe que seja substituída por outra: *o vínculo que liga um significado a um significante é arbitrário*.

Entretanto, os editores não fazem menção no CLG aos questionamentos de Saussure. A posição do mestre aparece de forma sutil no trecho do capítulo, *Natureza do signo linguístico*, em que se lê: “chamamos signo a combinação do conceito e da imagem acústica: mas, no uso corrente, esse termo designa geralmente a imagem acústica”. (SAUSSURE, 1975, p. 81).

Na visão de Bouquet (2000), o CLG apresenta um reflexo deformado da problemática do arbitrário. O autor defende que, das 16 passagens que tratam do arbitrário no CLG, nenhuma corresponde a uma formulação original de Saussure. Partindo então dos textos originais, propõe uma outra leitura sobre a noção de arbitrariedade. Bouquet (2000, p. 232) indica que o fato dos editores não terem exposto no CLG as reflexões de Saussure quanto à terminologia *significante/signo* comprometeu a noção de arbitrário, uma vez que o conceito de arbitrário do signo “como uma dimensão mais ampla do que a do arbitrário do significante diante do significado” aparece no CLG como um conceito opaco.

O texto que faz uma referência explícita ao fato do arbitrário tal como concebeu Saussure no apogeu de sua reflexão pertence, conforme Bouquet (2000), à aula de 12 de maio de 1911, em que Saussure apresenta ao mesmo tempo uma conclusão da primeira aula datada

5 Il faut savoir si l'on veut appeler signe le total <combinaison du concept avec image> ou bien si l'image acoustique elle-même peut être appelée signe [...] C'est une question que nous avouons ne pouvoir trancher [...] Il y a là un point de terminologie à résoudre; il faudrait deux mots différents. Nous tâcherons d'éviter les confusions qui pourraient être très graves.

de 2 de maio que tratou do arbitrário, e faz uma exposição sobre o arbitrário absoluto e o arbitrário relativo.

Referindo-se às anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) daquela aula, Bouquet (2000) defende que há, na teoria saussuriana, dois graus de arbitrário: um primeiro grau de arbitrário que pode ser denominado arbitrário interno do signo e um segundo grau de arbitrário que pode ser denominado arbitrário sistêmico do signo. E que esta dimensão permite considerar a propriedade geral de um arbitrário da língua.

O primeiro grau de arbitrário consiste na relação interna ao signo, entre significante e significado, está relacionado ao fato de um significante dado corresponder a um significado dado. O fenômeno pode ser considerado em três aspectos a) tomando por objeto o significante, é arbitrário que tal significado seja ligado a ele; b) tomando por objeto o significado, é arbitrário que tal significante seja ligado a ele; c) tomando por objeto a própria relação, é arbitrário que tal significante e tal significado sejam ligados no signo.

O segundo grau de arbitrário, o arbitrário sistêmico do signo, compreende dois fatos arbitrários distintos: o arbitrário do sistema fonológico e o arbitrário do sistema semântico. No arbitrário do sistema fonológico, é arbitrário que o “número dos significantes e as características distintivas dos significantes” de uma língua sejam o que são. No arbitrário do sistema semântico é arbitrário que o “número dos significados e as características distintivas dos significados” de uma língua sejam o que são. (BOUQUET, 2000, p. 235).

A noção do segundo grau de arbitrário parece então ser um aprofundamento da noção do primeiro grau. Bouquet (2000, p. 235) lança um olhar que atravessa a relação entre significante e significado e percorre a relação interna do sistema fonológico e do sistema semântico, “no corte realizado por um signo na substância a qual lhe dá forma”.

Gostaríamos de destacar que, apesar de sugerir em Saussure uma noção de arbitrariedade da língua, percebemos que Bouquet (2000) não faz qualquer menção à noção da arbitrariedade relativa. A reflexão sobre os graus do arbitrário leva em conta apenas o caráter do arbitrário absoluto. O arbitrário sistêmico a que Bouquet (2000) se refere diz respeito ao arbitrário do sistema fonológico e o arbitrário do sistema semântico. Tanto na relação entre significante e significado, quanto na colocação de que o número de significantes e as suas características distintas são aquilo que são e que o número de significados e as suas características distintas são aquilo que são, impera uma ideia de radicalmente arbitrário.

Além disso, um fato curioso a observar é que quando Bouquet (2000, p. 233) utiliza a

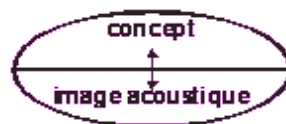
citação direta tirada das anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) datada da aula de 12 de maio, vemos que a transcrição que aparenta ser literal apresenta diferenças. Se compararmos o trecho que Bouquet cita com o original em Constantin, veremos que ao invés da transcrição “a ideia de relativamente arbitrário faz intervir duas relações que é preciso distinguir”, o texto apresentado é: “a ideia de relação arbitrária faz intervir duas relações que é preciso distinguir”.

A princípio pensamos que seria um erro de tradução da edição brasileira. Entretanto, verificamos que no texto original, Bouquet (1997, p.285) apresenta da mesma forma a citação de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993). Comparemos então os dois trechos na íntegra inclusive com as ilustrações que os compõem.

Primeiramente Bouquet (1997, p. 285)

Mais je n'ai voulu en cela qu'indiquer l'opposition des éléments arbitraires ou relativement arbitraires comme un phénomène facile à surprendre. Nous n'avons pas pénétré autant qu'il est nécessaire dans le phénomène lui-même. Il met en présence deux relations que je n'ai pas séparées. J'ai parlé jusqu'ici sans les opposer. L'idée de relation arbitraire fait intervenir deux relations qu'il faut soigneusement distinguer. Nous avons d'une part cette relation dont il a été question: ⁶(grifo nosso)

Nous avons d'une part cette relation dont il a été question:



et d'autre part cette relation



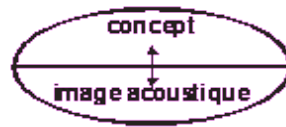
E depois os originais de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993, p. 89).

Mais je n'ai voulu en cela qu'indiquer l'opposition des éléments arbitraires ou relativement arbitraires comme un phénomène facile à surprendre. Nous n'avons pas pénétré autant qu'il est nécessaire dans le phénomène lui-même. <Il> met en présence deux relations <que je n'ai> pas separe< jusqu'ic i sans les opposer>. L'idée de relativement arbitraire fait intervenir deux relations qu'il faut soigneusement distinguer. (grifo nosso) ⁷

6 Mas eu quis indicar a oposição dos elementos arbitrários ou relativamente arbitrários como um fenômeno fácil de surpreender. Nós não penetramos tanto quanto era necessário no fenômeno. Ele presentifica duas relações que eu não separei. Falei até aqui sem as opôr. A ideia de relação arbitrária faz intervir duas relações que é preciso distinguir cuidadosamente. Temos de um lado esta relação que envolvia [...] e de outro lado esta relação. (tradução nossa)

7 Mas eu quis indicar a oposição dos elementos arbitrários ou relativamente arbitrários como um fenômeno fácil de surpreender. Nós não penetramos tanto quanto era necessário no fenômeno. <Ele> presentifica duas relações <que eu não> separei, <até aqui sem as opôr>. A ideia de relativamente arbitrário faz intervir duas relações (que é preciso distinguir cuidadosamente. Temos de um lado esta relação que envolvia [...] e de outro lado esta relação.(tradução nossa)

Nous avons d'une part cette relation dont il a été question:



et d'autre part cette relation



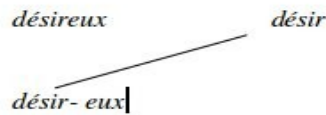
Novamente Bouquet (1997) coloca que “L’idée de relation arbitraire fait intervenir deux relations qu’il faut soigneusement distinguer”, ao invés de “L’idée de relativamente arbitraire fait intervenir deux relations qu’il faut soigneusement distinguer”. O mais coerente a pensar, em se tratando de um pesquisador como Bouquet, é que seria um simples erro. Entretanto, seria possível questionar se esta diferença terminológica traria alguma implicação na compreensão da noção de arbitrariedade relativa? Quando Saussure coloca que a ideia de relativamente arbitrário faz intervir duas relações que é preciso distinguir, que relações seriam estas? A noção de arbitrariedade relativa estaria apenas ligada à ideia de sistema ou estaria o mestre indicando que além da relação entre os signos, a noção de arbitrário relativo participaria também de uma relação interna no signo?

Até o momento conseguimos perceber que o que temos em mãos são apenas ecos. Ao contrário do que parece não há nada simplório na noção de arbitrário relativo. Tentaremos então aqui refletir sobre alguns pontos que nos são perceptíveis. Talvez estes pontos sejam um possível início para que possamos ter condições de atingir uma compreensão sobre as questões anteriormente levantadas.

Retomando a figura apresentada acima, podemos observar que conforme Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), Saussure explica que existe uma relação interna entre a imagem acústica e o conceito e que cada termo implica nesta relação. A ideia de motivado necessariamente implica em evocar um outro termo externo a esta relação interna. Saussure coloca que à primeira vista parece não haver nada em comum entre a relação interna (imagem acústica e conceito) e a relação entre termos. No entanto, o mestre aponta que a relação entre dois termos só existe em virtude das relações internas e que isto não é algo observável imediatamente no primeiro momento.

Saussure, conforme Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), então procura explicar utilizando como exemplo a palavra *desireux*. Na palavra *desireux*, tem-se uma quantidade, a

qual é *désir*, e outra, a qual é *eux*, o que é suficiente para invocar a palavra *désireux*. Conforme vemos na figura⁸ abaixo



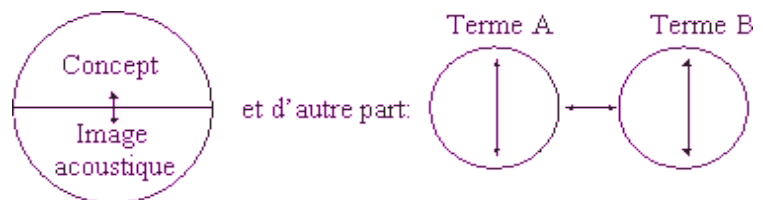
De acordo com Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), Saussure coloca que só haveria possibilidade de aproximação entre duas palavras se tanto o conceito de *désir* e a imagem acústica de *désir*, quanto à imagem acústica de *désireux* e o conceito de *désireux* estivessem ambos envolvidos, conforme ilustração⁹ abaixo:



A relação do conceito com a imagem acústica, coloca Saussure, em Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), pode existir sem relação com um termo externo, mas a relação entre dois termos não pode existir sem a recíproca intervenção das duas relações internas.

Vemos que Saussure, conforme as anotações de Dégallier (GODEL, 1969, p.84) quando faz referência à motivação relativa, também coloca que o fenômeno presentifica duas relações.

Le phénomène de la motivation relative met en présence deux relations: 1) celle du concept et de l'image acoustique: 2) celle des termes (unités linguistiques) entre eux, soit d'une part:



La première peut exister sans la seconde; mais toute relation d'un mot avec un autre n'est concevable qu'à condition d'invoquer d'abord la relation interne qui, en chacun, unit l'image et le concept. ¹⁰12

8 Fonte: KOMATSU; HARRIS, 1993, p. 90

9 Fonte: KOMATSU; HARRIS, 1993, p. 90

10 O fenômeno de motivação relativa presentifica duas relações. 1) uma do conceito e da imagem acústica; 2) outra dos termos (unidades linguística) entre si, são, de uma parte [...] e de outra: [...] . A primeira pode existir sem a segunda; mas

A partir das anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) e de Dégallier (GODEL, 1969) compreendemos que, no sistema da língua, entre a imagem acústica e o conceito existirá sempre uma relação. Num momento qualquer a imagem acústica e o conceito são unidos por um vínculo radicalmente arbitrário formando o signo. Em outro momento, o laço que os une poderá estar suscetível de se afrouxar, permitindo a coexistência de outro termo. Retomando o exemplo dado por Saussure em Constantin, na palavra *désireux*, vemos que há um momento em que *désireux* permite a coexistência da imagem acústica *désir*, em contrapartida, para que haja entidade linguística a imagem acústica *désir* se ligará conseqüentemente a um conceito. Como não se pode nunca conceber a relação entre uma palavra e outra sem conceber a relação interna de cada palavra entre o conceito e a imagem acústica, a conexão somente é possível, como nos mostra Saussure, tendo em vista a relação entre a imagem acústica e o conceito de *désireux* e a imagem acústica e o conceito de *désir*.

Partindo da noção do caráter arbitrário absoluto, vemos que a relação arbitrária entre um conceito e uma imagem acústica poderá, em um determinado momento, permitir a coexistência de uma outra relação que motivará uma outra entidade linguística. Então podemos pensar que no sistema da língua entre o arbitrário absoluto e o relativo, haveria uma implicação mútua, como se os dois princípios estivessem em uma correlação tão estreita que quando pensamos em um, não podemos esquecer o outro. Entendemos que há em Saussure uma noção de uma arbitrariedade da língua fundamentada na ideia de um movimento entre arbitrários que se implicam e se complementam.

Quando Saussure, em Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993; GODEL, 1969), mencionou que a ideia de relativamente motivado faz intervir duas relações que é preciso distinguir, podemos pensar que o caráter relativo então faz intervir duas relações na medida em que participa de uma relação interna que envolve imagem acústica e conceito, ao mesmo tempo em que participa de outra que implica a presença entre signos. A relação do conceito com a imagem acústica pode existir sem a relação com um termo externo, mas a relação entre dois termos não pode existir sem a recíproca intervenção de duas relações internas. Sendo assim a noção de relativamente arbitrário acontece na presença de uma relação interna no signo e na presença de uma relação entre dois signos, coexistindo, portanto duas relações.

toda relação de uma palavra com a outra é apenas concebida, na condição de invocar primeiro a relação interna que, em cada uma, une a imagem acústica e o conceito. (tradução nossa)

As anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) e de Dégallier (GODEL, 1969) nos levam a pensar que não podemos afirmar que a noção de arbitrário relativo pertence apenas à relação entre signos, pois pertence também à relação interna no signo. Embora o CLG traga uma divisão e uma distinção, as anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) e Dégallier (GODEL, 1969) nos apontam para uma dificuldade de delimitação dos movimentos de arbitrariedade e principalmente indica que a noção de arbitrariedade em Saussure ultrapassa a dicotomia: absoluto e relativo, isolado e sistêmico. Como o próprio Saussure nos indica na afirmação abaixo:

Toda língua forma um corpus e um sistema [...] Neste sentido, ela não é completamente arbitrária, onde lhe é preciso reconhecer uma razão relativa. **A questão não é, entretanto decidida pela distinção entre signos relativamente motivados e signos totalmente arbitrários, uma vez que não se tem o direito de inferir que estes últimos estariam fora do sistema.** A motivação relativa é um fenômeno ao nome do qual se pode distinguir graus de arbitrariedade. [...] A língua é um sistema em que todas as partes são mais ou menos solidárias) 1 (tradução nossa e grifo nosso (GODEL, 1969, p. 227) ¹¹.

Portanto vimos ao longo do capítulo, como bem coloca Paveau (2006), que a originalidade de Saussure está no momento em que ele inaugura a ideia de que, em virtude da arbitrariedade, as unidades linguísticas não possuem característica própria, não são definidas em si mesmas, mas apenas por relações que mantêm no interior do sistema.

A partir da noção de arbitrariedade, Saussure desloca a relação entre objeto e signo para a relação entre signos. A língua então passa a ser compreendida como um sistema de signos, constituída por diferenças puras em que nada é delimitado fora da relação entre seus termos. De Mauro (1995) revela que a noção de arbitrariedade é o alicerce da teoria da língua enquanto forma e, por conseguinte, da noção de que qualquer elemento da língua pode ser considerado uma entidade opositiva, relativa e negativa.

O conceito de arbitrário absoluto é amplamente discutido por Bouquet (2000), que partindo dos textos originais sugere que há na teoria saussuriana dois graus de arbitrário. Segundo o autor, nesta dimensão se pode considerar a noção de um arbitrário da língua. Mas, apesar de mencionar um arbitrário da língua, a proposta de Bouquet se refere apenas ao

¹¹ Toute langue forme un corpus et un système [...] C'est le côté par où elle n'est pas complètement arbitraire, où il lui faut reconnaître une raison relative. La question n'est pourtant pas encore tranchée par la distinction entre signes relativement motivés et signes totalement arbitraires, car on n'est pas en droit d'en inférer que ces derniers seraient hors système. La motivation relative est un phénomène au nom duquel on peut distinguer des degrés d'arbitraire. La langue est un système dont toutes les parties sont plus ou moins solidaires

conceito de arbitrariedade absoluta, uma vez que não faz menção alguma ao conceito de arbitrariedade relativa.

Realmente, Saussure parece ter deixado apenas alguns indícios quanto à noção de arbitrariedade relativa. Conforme as anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) e de Dégallier (GODEL, 1969) Saussure nos mostra que o mecanismo da arbitrariedade relativa acontece na presença de duas relações: uma relação interna (entre significante e significado) e uma relação entre signos. Então não podemos afirmar que a ideia do relativamente motivado pertence apenas a uma relação entre signos, em Saussure a noção de arbitrariedade ultrapassa a dicotomia particular e sistêmico. Conforme Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) e Dégallier (GODEL, 1969) percebemos em Saussure uma dificuldade de delimitação entre os graus de arbitrário. O que o mestre parece nos mostrar é que a noção de arbitrário absoluto e arbitrário relativo estão tão implicadas uma na outra que quando pensamos em uma, não podemos esquecer a outra. É como se as duas noções não pedissem delimitação, sendo difícil perceber a linha que as separa, o que leva a pensar em uma arbitrariedade da língua e não somente do signo.

Lembremos que a nossa discussão pretende observar qual o mecanismo que permite a constituição de sentidos na articulação entre língua e sujeito. A discussão sobre a arbitrariedade da língua é fundamental por duas razões: primeiro porque pelo arbitrário podemos compreender a língua aberta a rupturas, à coletividade, à circulação, à mudança, um sistema dinâmico em constante alteração. E segundo porque a arbitrariedade, como veremos mais adiante, é o princípio que alicerça aquilo que chamamos de mola propulsora dos sentidos: o valor.

Mas, antes de discutirmos a noção de valor, é preciso primeiro compreender um pouco da noção de sujeito e de que sujeito estamos falando: um sujeito que não é psicológico, não é do inconsciente e nem tão pouco ideológico, mas um sujeito que se encontra no terreno da língua. Por isso a leitura de Benveniste é necessária à nossa discussão, para que a compreensão do sujeito não caia na encruzilhada do psicologismo, do inconsciente, nem da ideologia.

CAPÍTULO II : DA LÍNGUA AO SUJEITO

É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem.
Benveniste (1976, p.285).

1 O terreno da língua

Saussuriano, comparatista, especialista em estudos iranianos, Émile Benveniste é considerado um dos mais importantes linguistas nascidos no século XX. Pela coletânea de artigos publicados em *Problemas de Linguística Geral I*, em 1966, e *Problemas de Linguística Geral II*, em 1974, ele herdou o crédito de linguista da enunciação e o principal representante daquilo que conforme Flores e Teixeira (2005) se convencionou denominar Teoria da Enunciação.

Dosse (1993, p. 62) não sem razão, o intitula de a exceção francesa, pelo mérito de ter introduzido “o recalcado no âmago da preocupação linguista: o sujeito.” Enfatizando a forte influência que Benveniste exerceu no panorama da Linguística francesa, sob o título de “filhos de Benveniste”, o autor apresenta os discípulos que, influenciados pelo ensino do mestre, deram continuidade à missão de fazer ingressar o sujeito no cenário teórico dos linguistas. Destacam-se os nomes de Oswald Ducrot; Katherine Kerbrat-Orecchioni, Antonie Culioli e Claude Hagège.

Entretanto, até o final da década de 60, a teoria da enunciação bevenistiana permaneceu em silêncio. Em um estudo feito sobre a recepção de Benveniste enquanto teórico da enunciação na França, Normand (1985) mostra que mesmo depois da publicação dos *Problemas de Linguística Geral I*, em 1966, Benveniste continuou sendo mencionado apenas como aquele que apresentava as noções saussurianas e os métodos do estruturalismo. A enunciação como um corpo teórico referido a Benveniste não era conhecido até 1970. Quando se falava em enunciação, era ao nome de Jakobson que a linguística francesa fazia menção, principalmente em referência ao artigo de 1957 sobre a noção de shifters, texto, inclusive, em que Jakobson (1957), em nota de rodapé, faz referência ao artigo *A natureza dos Pronomes* de Benveniste.

Normand (1985) nos mostra ainda que Benveniste era estudado mais no curso de filosofia do que no de linguística. Comparando séries de notas de aulas do linguista Dubois e do filósofo Ricouer, recolhidas na Universidade de Nanterre, no período de 1966 a 1967, a

autora afirma que, enquanto Dubois apresenta apenas o Benveniste estruturalista, Ricouer evoca o essencial, a teoria sobre os dêiticos e a enunciação, vendo Benveniste como o precursor de uma linguística totalmente diferente.

Somente a partir de 1970, com a publicação do texto *Aparelho Formal da Enunciação*, na revista *Langages* 17, e republicado em *Problemas de Linguística Geral II*, em 1974, é que as ideias de Benveniste começam a ganhar relevância na linguística francesa. Para Normand (2009a, p. 14), “o uso dos termos pelos quais ele descreve o fenômeno da enunciação se multiplicam, misturados àqueles de Jakobson, começa a se elaborar um tipo de vulgata, designada pela expressão ‘teoria da enunciação’”.

No Brasil, somente no final da década de 1970, começam surgir publicações que fazem referência à teoria enunciativa de Benveniste. Para a linguística brasileira, Benveniste oferece a oportunidade de estudar aspectos relacionados à subjetividade da linguagem. Entretanto, como nos mostra Flores (2008), apesar de exercer um papel importante de abertura às teorias do uso da linguagem, a Teoria da Enunciação recebeu severas críticas, especialmente à noção de subjetividade que foi compreendida naquela época como psicológica, solipsista e egocêntrica.

No Brasil, as teorias da enunciação, em geral, e a de Benveniste, em particular, começaram a ser tratadas ou como uma fase, ultrapassada, da história dos estudos linguísticos, ou como exemplo de concepção de sujeito a ser rechaçada, uma avaliação que em nenhum momento mediu o potencial descritivo de teorias como a de Charles Bally, a de Émile Benveniste, a de Antoine Culioli e a de Claude Hagège. (FLORES, 2008, p. 10)

Teixeira (2004, p. 8) na sessão de abertura de I Colóquio Leituras de Émile Benveniste realizado em 2004, em Porto Alegre, chama a atenção para a “domesticação do pensamento de Benveniste”, principalmente referindo-se aos textos que estão reunidos sob o título, *O Homem na Língua*. A autora sugere que é necessário intervir em leituras que se fundamentam em “roteiros cristalizados” e apresentam “enigmas como já decifrados” e chama a atenção para as leituras de Ricouer, Barthes, Lévi-Strauss e Lacan que desde sempre perceberam a singularidade do pensamento de Benveniste.

Para Flores (2008), na linguística brasileira o campo da enunciação obteve apenas uma atenção paralela, os estudos em torno de Benveniste ainda não receberam um tratamento sistematizado, o que se percebe é uma incorporação das reflexões do autor em outras áreas como Linguística do Texto, Pragmática, Análise do Discurso, etc.

Flores (2004) defende que Benveniste produziu um pensamento singular e a complexidade de sua obra ainda não foi avaliada. Para o autor, Benveniste representa um sistema de pensamento constituído por no mínimo três fases, são elas: epistemológica, interdisciplinar e metafísica. Na primeira fase, é entre os linguistas mais notáveis de sua época que Benveniste se situa. Encontram-se aqui reflexões estritamente linguísticas, incluindo as comparatistas e as referidas a Saussure, pode-se pensar que Benveniste produziu uma epistemologia. Na segunda fase, a interdisciplinar, Benveniste dialoga com a filosofia, antropologia, sociologia, psicanálise, cultura, entre outras. É um diálogo em que a linguagem assume o papel central enquanto constitutiva de toda essência do homem. E por fim, uma terceira fase, em que se esboça uma metafísica. Nesta fase, Benveniste contempla a linguagem como algo diferente de sua época e sugere uma nova linguística, a da enunciação.

Como podemos observar, a dificuldade de uma leitura sobre Benveniste se impõe pela diversidade da obra. Normand (2009), na tentativa de traçar um itinerário de leitura chama a atenção para a dificuldade de ordenar e organizar os textos de um ponto de vista homogêneo. De uma maneira esquemática, a autora visualiza três tipos de leituras que podem ser feitas tanto em diacronia quanto em sincronia. Uma primeira leitura seria a comparatista, são os trabalhos de Benveniste sobre os estudos indo-europeus de 1935, 1948 e 1969, os estudos iranianos, os estudos sobre a língua osseta, acrescentam-se a isso os vários artigos publicados em diferentes revistas de filologia e linguística clássica, é uma leitura de filólogo e linguista das línguas clássicas.

Uma segunda leitura seria a “estruturalista”, desenvolvida nos anos 70, que abarca os textos relacionados à difusão do estruturalismo. São os artigos em que Benveniste apresenta Saussure, Blomfield, Harris e discute as noções de signo, estrutura, níveis e sínteses. Os textos podem ser encontrados nos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*.

E por fim, uma terceira leitura denominada teoria da enunciação. Pertencem a este grupo os temas A comunicação e O homem na língua dos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*.

A noção de sujeito, como coloca Normand (1996), aparece nos textos de Benveniste em três estatutos. O primeiro estatuto reúne termos da tradição gramatical, psicológica, sem referência distinta, que aparecem como sinônimos, são eles: sujeito do verbo, sujeito sede de sentimentos, de pensamentos, de saber, de intenção, sujeito enquanto ser, ego e ainda intersubjetivo e subjetividade. O segundo estatuto comporta os termos relacionados ao

discurso comum entre eles: o falante, o locutor, o escutador, o ouvinte, o testemunho, o participante, e ainda as locuções: ato único, emergência da subjetividade, subjetividade irreduzível. E por fim o terceiro estatuto. São os termos teóricos que tentam elaborar o arcabouço conceitual da enunciação como: a pessoa, o enunciador, diálogo, alocutório, instância do discurso, elementos da dêixis, indicadores auto (suis) referenciais, indivíduos linguísticos, realidade de discurso.

Entretanto, Normand (1996) chama a atenção para o fato de que o sintagma *sujeito da enunciação* que tanto é atribuído a Benveniste está ausente dos seus textos. Benveniste não usa esta expressão. Como então entender esta ausência? De acordo com a autora (1996), Benveniste buscava explicar a significação e, tendo a significação como problema, ele encontrara o sujeito que fala e dá sentido. “A teoria da enunciação implica, pois, um sujeito, mas não faz menção sobre este” afirma Normand (1996, p.147). Como bem coloca Flores (2005), as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito, por isso seria “necessário não ceder ao impulso de ver no sujeito da enunciação uma evidência perceptível, psicológica, livre e transparente”. (FLORES, 2005, p.11).

2 Forma e sentido

Como é possível observar em vários pontos de questionamento, Benveniste está sempre retornando ao caráter existencial da linguagem. Em *Da subjetividade da linguagem*, Benveniste (1976) ressalta o estatuto da linguagem enquanto constituinte da condição do sujeito. Pensamento não menos diferente pode ser encontrado em *A forma e sentido na linguagem* em que Benveniste (1989, p.222) coloca que a linguagem, antes de comunicar, serve para viver. Sem a linguagem “não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade”.

Mas a que se deve esse caráter existencialista da linguagem? Para Benveniste (1989), porque o próprio da linguagem é antes de tudo significar, a linguagem é uma atividade significante por excelência. Se for verdade que a linguagem encerra a própria definição do homem, é pela propriedade mesma de significar, se encontramos o homem falando no mundo é o homem significando que encontramos. A significação ocupa, como coloca Dessons(2006), o papel central no pensamento de Benveniste e se encontra profundamente articulada à

formulação da noção de enunciação.

Mas o que podemos entender por significação em Benveniste?

Pelo conceito de significação, Benveniste (1989) irá criticar, de acordo com Dessons (2006), a visão de significação ligada ao conceito de mentalismo americano defendido por Boomfield. Benveniste rompe com a concepção de significação ligada ao pensamento lógico e a coloca como um atributo da linguagem. Enquanto atributo da linguagem, a significação tem uma dimensão semiótica e semântica.

Benveniste (1989) parte da afirmação saussuriana de que a língua é um sistema de signos e a partir daí elabora que o signo é a unidade semiótica. Dizer que o signo se define como unidade semiótica quer dizer, para Benveniste, que o signo é dotado de significação em uma determinada comunidade que faz uso da língua.

Da mesma maneira que em Saussure, em Benveniste o signo não pode ser totalmente definido.

Para que um signo exista, é suficiente e necessário que ele seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos. A entidade considerada significa? A resposta é sim ou não. Se é sim, tudo está dito e registra-se, se é não, rejeitamo-la e tudo está dito também. Chapéu existe? Sim. Chaméu existe? Não. (BENVENISTE, 1989, p. 227)

A questão colocada por Benveniste (1989) não é mais de definir o sentido naquilo que revela o nível semiótico e sim dizer o que significa ou o que não significa. Quem define “sim, chapéu existe”, ou “não ,chaméu não existe” é a comunidade que manuseia a língua, uma vez que é no uso da língua que um signo tem existência, ou está na língua ou fora dela, não há um lugar intermediário.

Benveniste (1989, p. 227) define então o princípio da dimensão semiótica: “tudo que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua”. Semiótico diz respeito ao nível intralinguístico, cujo estatuto revela o que cada signo tem de próprio em detrimento do outro no jogo de relações e oposições.

O princípio da dimensão semiótica acarreta em Benveniste (1989) três consequências: em um primeiro momento, o estatuto semiótico não se ocupa da relação entre língua e realidade, não se preocupa da relação do signo com o referente. Em segundo momento, na dimensão semiótica o signo carrega somente o valor genérico e conceitual, lugar que exclui o sentido individual e ocasional. E por último, as oposições semióticas são binárias, o que quer

dizer que os signos irão se opor em nível paradigmático.

Podemos então perceber que a dimensão semiótica é o estatuto do signo enquanto vida social da língua, isto é, o domínio dos signos na rede de relações mantidas no interior do sistema da língua em uma determinada sociedade. Em outro domínio temos a língua enquanto dimensão semântica. E partir daí, Benveniste coloca a distinção da função linguística: significar e comunicar. Significar pertence à dimensão semiótica e comunicar pertence à dimensão semântica. Com isso Benveniste (1989) irá introduzir no domínio da língua a significação enquanto emprego e ação.

É pelo estatuto semântico que podemos enxergar a língua em sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo, em resumo, organizando toda a vida dos homens [...] É somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência (BENVENISTE, 1989, p. 229).

Como podemos observar em Benveniste (1989), a dimensão semiótica não pertence mais ao estatuto do signo, mas sim ao da intenção, da atualização, da inserção do locutor, da produção do discurso. Como o nível semântico, Benveniste (1989) revela duas maneiras de compreender o sentido, um sentido relativo ao signo enquanto parte integrante da realidade intrínseca da língua, e um sentido relativo à situação do discurso, resultado de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. É no nível semântico que “chaméu” tem a possibilidade de existir ou não.

Da dimensão semântica, Benveniste (1989) coloca que o sentido se realiza na e por uma forma específica, na relação dita sintagmática, diferente como vimos do semiótico que emana de uma relação paradigmática. Diante disto, se a unidade semiótica é o signo, Benveniste pergunta: o que é a unidade semântica? Para o linguista, a unidade semântica é a frase.

Benveniste (1989) elabora outro conceito de frase. Uma frase é definida como um acontecimento diferente que não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante, é um acontecimento que desaparece. A frase pertence ao momento da enunciação, do aqui-agora do tempo presente. A frase remete à ideia da particularidade do locutor.

Sendo assim, podemos pensar que Benveniste (1989) considera que a produção de sentidos envolve um duplo movimento que, de tão imbricados, é difícil distinguir. Se de um

lado temos sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um uma denotação conceitual, por outro lado, sobre o alicerce semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, no momento em que o locutor coloca a língua em ação.

Mas de que forma o locutor coloca a língua em ação? É o que veremos agora pela noção de (inter)subjetividade proposta por Benveniste.

3 Pessoa e não pessoa

Benveniste é, para Dufour (2000), um dos raros pensadores a empreender uma descrição sistemática da dinâmica pronominal. A genialidade é atribuída porque Benveniste soube se manter firme entre as exigências filosóficas e linguísticas. “O estudo não se perde nas derivas linguísticas hiper-tecnicistas, nem tão pouco cede às banalidades filosóficas”, diz o autor. (DUFOUR, 2000, p. 70)

De acordo com Lahud (1979), os vinte e cinco anos dedicados ao estudo sobre a subjetividade na linguagem, a teoria dos pronomes, mais exatamente a definição de pessoa, representa em Benveniste a pedra de toque, a peça principal à qual se prendem todas as outras. Desde o artigo de 1946, Benveniste não cessou de aludir à questão, ora para observar outros fenômenos linguísticos à sua luz, ora para reinterpretar a sua significação teórica. É justamente sob a pedra de toque benvenistiana que procuraremos nos deter, por entender que a leitura de Benveniste sobre o sistema pronominal é fundamental para compreender a dinâmica pela qual o sujeito se movimenta na linguagem e produz sentidos.

Como nos mostra Flores (2005), os textos, que compõem a teoria da enunciação, Benveniste escreveu ao longo de 40 anos. Publicou em inúmeras revistas, e destinou a diferentes interlocutores, a exemplo de linguistas, filósofos e psicanalíticas. Não há, portanto, como pensar um bloco uno de textos a formar uma teoria.

A nossa leitura sobre a teoria dos pronomes comporta os textos escritos nas décadas de 40 e 50, especificamente em *Estrutura de relação de pessoa no verbo*, 1946, *A natureza dos pronomes*, 1956, *Da subjetividade de linguagem*, 1958.

Nos textos escritos entre 40 e 58, vemos Benveniste mencionar que a língua comporta um lado objetivo, lugar do pronome *ele*, e um lado subjetivo, lugar dos pronomes *eu e tu*. *Eu e*

tu possuem o estatuto de pessoa, enquanto que *ele* é a categoria de não pessoa. Pessoa e não-pessoa não são da mesma natureza, não possuem a mesma função e não ocupam o mesmo lugar na língua. *Eu-tu* são signos vazios que pertencem à instância do discurso e *ele* é signo de estatuto pleno que pertence à sintaxe da língua. Entretanto, como veremos mais adiante em Normand (2009), a partir de *Aparelho Formal da Enunciação*, a separação da língua entre subjetivo e objetivo não irá se manter, por isso achamos necessário o texto de 70 ser evocado.

Começamos então pelo texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, publicado inicialmente em 1946, no *Bulletin de la Societé de linguistique*, fascículo 1, n 126 e depois reproduzido em *Problemas de Linguística Geral I*.

O texto reflete a posição contrária de Benveniste (1976) em relação à concepção clássica de pessoa, herdada da gramática grega. A crítica gira em torno da noção simétrica e homogênea própria aos pronomes pessoais. De acordo com Benveniste (1976, p.248), ao “aliarmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses *seres* que são *eu*, *tu* e *ele*, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-linguística diferenças de natureza lexical”.

Benveniste (1976) então sugere que um estudo sobre a noção de pessoa deve observar a estrutura de diferenças existentes entre estas formas linguísticas. Por isso, parte da definição empregada pelos gramáticos árabes. Para eles, a primeira pessoa é aquela que fala, a segunda pessoa é aquela a quem nos dirigimos e a terceira pessoa é aquela que está ausente. Benveniste acredita que, implícita a esta definição, encontra-se uma noção justa das relações entre as pessoas, pois revela a disparidade existente entre as primeiras e a terceira pessoa.

O *eu* é aquele que fala e que ao mesmo tempo em que fala implica um enunciado sobre ele mesmo. Quando *eu* diz *eu* não pode deixar de falar dele mesmo, diz Benveniste (1976). Enquanto que *tu* é aquele designado pelo *eu* e somente pode ser pensado dentro de uma situação proposta a partir de *eu*, ao mesmo tempo em que *eu* designa *tu*, *eu* enuncia algo como um predicado de *tu*. A relação entre *eu* e *tu* é marcada por uma reciprocidade, ao se constituir como sujeito, *eu* constitui *tu*. *Tu* está implícito ao dizer de *eu*.

Benveniste (1976) então elenca algumas características pertencentes à relação constitutiva entre *eu-tu*. O *eu-tu* são indissociáveis, uma vez que é impossível dizer *eu* sem prever *tu*; são reversíveis, *eu* pode se tornar *tu* e *tu* pode se tornar *eu*, e são únicos, isto é, cada vez que *eu* enuncia *tu* é ato um único.

Ausente à relação pela qual se especifica *eu* e *tu*, encontra-se *ele*. Benveniste (1976,

p.250) questiona a legitimidade do *ele* como categoria de pessoa e entende que a terceira pessoa “comporta realmente uma indicação do enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma pessoa específica.” A terceira pessoa, então, não é uma pessoa, é uma forma verbal que tem como finalidade exprimir a não pessoa.

Para mostrar que primeira, segunda e terceira pessoa não estão no mesmo plano e não são homogêneas, Benveniste analisa o uso da terceira pessoa em diversas línguas, como o semítico, ugro-fínico, georgiano, caucásico, dravídico, línguas ameríndias, entre outras. No estudo, a terceira pessoa está sempre sendo tratada de forma diferente, sempre como uma não pessoa. A *ele* cabe a situação quando a pessoa não é designada e principalmente na expressão impessoal. Com referência à questão dos impessoais, Benveniste (1976) chama atenção para o fato de que é preciso não confundir pessoa e sujeito. Podemos ver que os termos *pessoa* e *sujeito* aparecem designando conceitos diferentes. O termo *pessoa* evoca subjetividade, enquanto *sujeito*, a ausência de pessoalidade, relativo apenas ao indivíduo que fala.

Eu-tu e *ele* irão se opor então como membros de uma correlação, chamada correlação de pessoalidade. A correlação de pessoalidade é uma relação de oposição entre a categoria de pessoa *eu-tu* e a categoria de não pessoa, *ele*. Cabe ao *eu* e ao *tu* a marca de pessoa, estando o *ele* privado dela. Ao *ele* cabe apenas a função de representar uma invariante não pessoal. “A pessoa só é própria às posições *eu* e *tu*. A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal”, diz Benveniste (1976, p. 252). Temos assim de um lado *eu-tu* e de outro *ele*.

Ele não possui nenhuma característica que é própria ao *eu* e *tu*. Não há unicidade específica no *ele*, uma vez que *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, nem há reversibilidade, pois não existe possibilidade de relação paralela entre as primeiras pessoas e a terceira, uma vez que *ele* não designa especialmente nem ninguém, nem nada.

Entretanto, Benveniste (1976, p. 253) chama a atenção para o fato de que não devemos pensar a terceira pessoa como uma pessoa “apta a despersonalizar-se. Não há aférese de pessoa, mas exatamente a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente *eu* e *tu*.” A terceira pessoa pode assumir qualquer sujeito ou nenhum e este sujeito nunca é proposto como pessoa, somente se faz acrescentar em oposição, como um substituto abreviativo.

Embora *eu* e *tu* constituam a noção de pessoa e possuam em sua natureza reversibilidade e unicidade, essas formas linguísticas são também distintas entre si e se opõem

uma à outra. Eis aqui a segunda oposição traçada por Benveniste: correlação de subjetividade, correlação centrada na oposição entre o *eu* e o *tu*. Mas o que diferencia o *eu* do *tu*? Benveniste (1976, p. 255) diz que:

O que diferencia “eu” de “tu” é, em primeiro lugar, o fato de ser, no caso de “eu” interior ao enunciado e exterior a “tu”, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo; pois a segunda pessoa {...} é uma forma que presume e suscita uma pessoa fictícia e institui assim uma relação vivida entre “eu” e essa quase - pessoa, além disto, “eu” é sempre transcendente em relação a “tu”. Quando saio de mim para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um “tu” que é fora de mim, a única pessoa imaginável

Tanto a interioridade quanto a transcendência são qualidades que pertencem ao *eu*. De acordo com Lahud (1979, p.108), o *eu* é o elemento primordial da relação estabelecida entre *eu-tu*, fato que introduz na questão das pessoas um elemento totalmente novo: o *tu* é considerado um elemento de pessoalidade, somente porque instaurado pelo *eu*, em uma exterioridade que apenas pode ser pensada a partir do *eu*. “O *tu* é o Outro que mediante o processo constitutivo da realidade humana do diálogo, *eu* coloca necessariamente como a única pessoa imaginável além de *eu*.”

O *tu*, como coloca Benveniste (1976), é uma pessoa *não-eu*, é uma quase pessoa, uma pessoa não subjetiva por oposição ao *eu*, que é a pessoa que carrega realmente a marca da subjetividade. O *tu* pode ser utilizado fora da alocação e ocupar o lugar de uma variante impessoal, uma vez que em muitas línguas, por exemplo, no francês, o *tu* serve como substituto do *on*. Entretanto, é preciso que se represente uma *pessoa* que *não - eu*, sendo assim, toda pessoa que se imagine é da instância do *tu*, porém não necessariamente a pessoa interpelada.

O fato do *tu* ser antes de tudo uma pessoa não-eu, uma pessoa não-subjetiva, em oposição ao *eu*, pessoa única que possui o traço de subjetividade, é responsável por introduzir no interior da correlação de pessoalidade, a relação de subjetividade. Desaparece, portanto, a homogeneidade entre as formas linguísticas, e cada uma se apresenta distribuída em planos não uniformes, estando vinculadas às funções distintas na linguagem, afirma Lahud (1979). Temos então o *eu* enquanto pessoa subjetiva, o *tu* enquanto pessoa não subjetiva e *ele* enquanto não-pessoa.

Com relação à forma *nós*, Benveniste (1976) chama a atenção para o fato de que é pela subjetividade e unicidade própria da forma *eu* que podemos dizer que *nós* não implica em

uma pluralização. *Nós* se apresenta não como uma multiplicação de objetos idênticos, mas como uma junção entre *eu* e *não-eu*. E é justamente essa junção que forma uma situação particular na qual os componentes não se equivalem, é sempre o *eu* que predomina no *nós*, é somente a partir do *eu* que há *nós* e sendo assim *eu* sujeita o elemento *não-eu* em virtude de sua transcendência. O plural não é fator de multiplicação e sim de "ilimitação", apenas a terceira pessoa aceita plural.

Vimos então que em *Estrutura de relações de pessoa no verbo*, Benveniste (1976) reflete sobre a questão dos pronomes, chamando a atenção para a separação existente entre *eu-tu* e *ele*, há aqui a distinção entre pessoa e não-pessoa. Parece ser claro ao colocar que tudo que está fora da pessoa restrita, ou seja, fora da ordem do *eu-tu*, recebe como predicado uma forma verbal de terceira pessoa, não podendo receber nenhuma outra. Então *ele* é aquele que está ausente, comporta apenas uma indicação do enunciado sobre alguém ou alguma coisa, pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum; não designa especificamente nada nem ninguém e possui como marca a ausência que qualifica o *eu-tu*.

Dez anos mais tarde, em *A natureza dos Pronomes*, Benveniste (1976) apresenta os indicadores de pessoa como um fato de linguagem, defendendo que essas formas linguísticas não constituem uma classe unitária, não formam uma mesma classe, formal como as formas nominais e as formas verbais, mas sim são “espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos”. Estabelece então a separação entre signos que pertencem à sintaxe da língua e signos que são característicos da instância do discurso. Quais os signos então que pertencem à sintaxe da língua e quais os signos que pertencem à instância do discurso? Por instância de discurso o autor (1976, p.277) entende como “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor”.

Benveniste retoma a ideia de que a definição comum dos pronomes pessoais, contendo os termos *eu*, *tu*, *ele*, abole a noção de pessoa. A noção de pessoa é própria de *eu-tu* e falta em *ele*. Dialogando com a pragmática, Benveniste coloca que o enunciado que contém *eu* pertence ao nível de linguagem que Charles Morris define como pragmático, em que estão envolvidos os signos e aqueles que o enunciam.

A realidade à qual se refere *eu* ou *tu* é exclusivamente a realidade de discurso, *eu* não pode ser definido em termos de objeto ou como um signo nominal, mas apenas em termos de locução, somente pode ser identificado pela instância do discurso que o contém, a existência linguística do *eu* está no ato das palavras que o profere. Não remetem a posições objetivas no

espaço e tempo, nem a realidade alguma. Pertencem, sim, a enunciação, que é cada vez única. É como nos mostra Benveniste (1979, p. 278):

As instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há objeto definível como eu ao qual se possa remeter identicamente essas instâncias. **Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal [...] *Eu* significa a pessoa que enuncia a presente instância do discurso que contém *eu*.** Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade. (grifo nosso)

Referindo ao trecho destacado, Normand (2009) mostra que a particularidade referencial dos indicadores de pessoa colocada por Benveniste indica que sentido e referência não são distinguidos. E pela primeira vez é observável claramente a complexidade de ligação significação-referência. Fato que leva Benveniste a propor dois planos para a língua: de um lado a língua enquanto repertório de signos e sistemas de combinação, e por outro lado, a língua enquanto atividade manifesta na instância do discurso.

Em uma definição simétrica ao *eu*, encontra-se *tu* enquanto indivíduo “alocutado na presente instância do discurso contendo a instância linguística tu”. *Eu* e *tu* são signos vazios que se tornam plenos quando são assumidos pelo locutor em cada instância do discurso. Não têm referência material, não afirmam nada, assim, não podem ser submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. A sua referência é a situação única da enunciação. É pelos signos vazios que a língua se converte em discurso. “É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como 'sujeito'”.¹² (BENVENISTE, 1976, p.279-280).

Benveniste chama a atenção para a existência de uma dupla instância do *eu*: uma instância de *eu* enquanto referente e uma instância de discurso contendo *eu*, enquanto referido, assim temos a definição de *eu* como aquele que “enuncia a presente instância do discurso que contém a instância linguística eu”. (BENVENISTE, 1976, p. 279)

Benveniste (1976, p. 282) então coloca que há enunciados que escapam à condição de pessoa, é o domínio da terceira pessoa.

A terceira pessoa representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truismo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias do discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de não importa quem

¹² No parágrafo que comporta a citação, vemos Benveniste (1976) utilizar os termos “sujeito que fala” e “sujeito”, apenas, as expressões estão entre aspas. Entendemos em Flores(2009) que em *A natureza dos pronomes* os termos sujeito falante, pessoa, locutores e sujeito não se recobrem teoricamente.

ou não importa o que, exceto a própria instância, podendo sempre esse não importa quem ou não importa o que ser munido de uma referência objetiva.

Benveniste (1976) entende que a terceira pessoa é diferente em função e natureza das primeiras pessoas. A terceira pessoa tem a função de representação e substituição. O que quer dizer que em virtude de uma necessidade de economia da língua, a terceira pessoa representa sintaticamente termos em diferentes partes do discurso, substituindo assim segmentos do enunciado ou até o enunciado inteiro.

Sendo assim, Benveniste (1976) coloca que não há nada em comum entre a função destes substitutos e os indicadores de pessoa, no caso *eu* e *tu*. A terceira pessoa figura como uma não-pessoa. Na teoria enunciativa de Benveniste, a não-pessoa distingue-se dos indicadores de pessoa pela propriedade, primeiro de se combinar com qualquer referência de objeto; segundo de não ser nunca reflexiva da instância do discurso; terceiro de abarcar um número de variantes pronominais e demonstrativas, e por último de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais, a exemplo do aqui, agora.

De acordo com Lahud (1979), a distinção entre pessoa e não-pessoa revela uma oposição mais profunda, cujo traço essencial é a relação entre o sentido dos signos e a enunciação. É justamente pela impossibilidade de compreender a natureza semântica do *eu-tu* fora da enunciação que torna *eu-tu* não referenciais em relação à realidade. O mesmo não acontece ao *ele*. É a ausência da relação que torna *ele* um signo apto a designar a realidade objetiva.

Podemos então considerar que, para Benveniste (1976), o par *eu/tu* pertence ao nível pragmático da linguagem, uma vez que somente tem referência na cena enunciativa, sendo definido na própria instância do discurso. O *ele* pertence ao nível sintático da língua. Benveniste (1976, p. 278) opõe então signos vazios que remetem a si mesmo na enunciação e signos plenos, “relativos a uma noção constante e objetiva apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular”.

Ao separar os signos que pertencem à sintaxe da língua, signos plenos, isto é, categoria de não-pessoa, daqueles que pertencem às instâncias de discurso, signos vazios, isto é, categoria de pessoa, é para a questão da referência que Benveniste (1976) chama a atenção. De um lado temos os indicadores autorreferenciais, única à realidade subjetiva do discurso, ligada ao paradigma do *eu*, e de outro a realidade objetiva ligada a categoria de não pessoa.

Sendo assim, Flores (2008) sugere que podemos pensar que a dêixis pertence à

categoria de pessoa e os elementos não-dêiticos à categoria de não-pessoa, havendo, portanto, dois tipos de referência: referência dêítica, de ordem subjetiva, *eu-tu*, categoria de pessoa, signos vazios; e referência não-dêítica, ordem objetiva, *ele*, categoria de não-pessoa, signos plenos.

De acordo com Flores (2008, p. 40), Benveniste formula uma leitura bem diferente de dêixis se comparada às teorias lógicas e filosóficas. “O mecanismo da dêixis está marcado na língua e é colocado em funcionamento cada vez que o sujeito a enuncia. Assim, os dêiticos, embora possuam um lugar na língua, são categorias vazias e subjetivas porque, sendo signos concretos somente adquirem estatuto pleno na e pela enunciação de 'eu'”.

Entretanto, é na própria noção de signos vazios e signos plenos que vemos sugerida a possibilidade da divisão da língua não se manter. Conforme coloca Flores (2008), se consideramos que os signos vazios se plenificam na e pela enunciação, não podemos simplesmente afirmar que a noção de pessoa corresponde à ideia de vazio e a noção de não-pessoa corresponde à ideia de plenos. A definição de vazio, diz Flores (2008, p. 62):

ligada ao exercício da língua, desmobiliza qualquer possibilidade de os signos que nela não se enquadrem serem tomados como “plenos”. Ainda que se defenda que os signos relacionados à noção de não-pessoa correspondam a conceitos e, então, sejam “plenos”, sem marca de unicidade, há de se considerar que, trazidos à situação enunciativa, expressando o “mundo” sob a ótica do “eu”, passam a indicar sentido único.

Podemos observar ainda que em, *A natureza dos pronomes*, Benveniste (1976) estabelece a relação entre os indicadores de pessoa e a questão da (inter)subjetividade na linguagem. Vemos Benveniste (1976) chamar a atenção para o fato de que são as formas pronominais que tornam possível a comunicação inter (subjetiva), pois “se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem a sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um indicativo distinto [...] haveria tantas línguas quanto indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível”, diz Benveniste (1976, p. 281).

Podemos ver que no texto de 1958, *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste (1976) nega o caráter instrumental da linguagem, destacando que a essência da condição humana está na própria natureza da linguagem, seria impossível opor linguagem e homem. Diz o autor (1976, p. 285):

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca a inventando. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e

procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. [...]

Constitutiva do homem, a linguagem possui uma propriedade muito singular e pouco visível afirma Benveniste (1976, p. 286): “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ego”. A subjetividade é, então, defendida como a capacidade do locutor se propor como sujeito e se determina pelo status linguístico de pessoa: é ego que diz ego.

Mas, o que quer Benveniste dizer quando formula “é ego que diz ego”? Flores (2009a) sugere que o primeiro ego se refere ao locutor, ser do discurso que utiliza a palavra e segundo ego é efeito da enunciação, se refere ao sujeito que emerge da enunciação. Locutor e sujeito seriam noções diferentes. Diferente do locutor, o sujeito não existe a priori, mas emana do discurso e mesmo que o enunciado não apresente a forma *eu* explicitamente, a marca linguística *eu* subjaz ao enunciado, o que significa que toda língua em funcionamento é subjetiva, afirma o autor.

A subjetividade é dependente da característica de reversibilidade atribuída ao par *eu-tu*. Vejamos que é a reversibilidade que assegura intersubjetividade, apenas emprego o *eu* dirigindo-me a alguém, que será em minha alocução o *tu*. A condição de diálogo é constitutiva da *pessoa* e implica em reciprocidade, isto é, “que *eu* me torne *tu* na alocução daquele que por vez se designa por *eu*”, diz Benveniste (1976, p.286). Daí a consequência de que a linguagem só é possível pela capacidade de que cada locutor tem de se propor como sujeito, reportando a ele mesmo como *eu* no seu discurso.

De acordo com Benveniste (1976), a polaridade existente entre *eu* e *tu* é a condição fundamental da linguagem, *eu* propõe *tu*, aquele que apesar de ser exterior ao *eu* torna-se o seu eco. Esta polaridade, entretanto, não quer dizer simetria nem igualdade. Ao mesmo tempo em que *eu* e *tu* são complementares e reversíveis, mas somente em uma oposição interior/exterior.

Os indicadores de pessoa, como coloca Benveniste (1976, p. 288), fogem ao status de quaisquer outros signos da linguagem e se referem a algo muito particular, extremamente linguístico. “O *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor”. Sendo assim a referência do *eu* é sempre atual. É, portanto, no exercício da língua

que está o fundamento da subjetividade.

A linguagem, é pois, a possibilidade da subjetividade pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas vazias das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua pessoa, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes. (BENVENISTE, 1976, p. 289)

Benveniste (1976) articula então a noção de intersubjetividade e subjetividade. É enquanto condição da existência do *eu* que a linguagem é apresentada, mas para que haja existência é necessária a interlocução com o outro *tu*, é pela via do *tu* que o *eu* se faz *eu*.

De acordo com Flores (2009), a intersubjetividade está no fundamento da teoria da enunciação de Benveniste, uma vez que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui sujeito e essa condição se encontra em dependência com o outro. Epistemologicamente a intersubjetividade é a condição primeira, pressuposta pela noção de subjetividade.

Vemos Benveniste (1976, p. 293) no último parágrafo do texto *Da subjetividade da linguagem* chamar atenção para a questão da comunicação linguística quando diz que “é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística”.

Benveniste (1976, p. 292) coloca então que há uma diferença entre enunciação subjetiva e enunciação não subjetiva e diz:

Ora, aqui a diferença entre a enunciação subjetiva e enunciação não subjetiva aparece em plena luz, desde que se tenha percebido a natureza da oposição entre as pessoas do verbo. É preciso ter no espírito que a terceira pessoa é a forma de paradigma verbal (ou pronominal) que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como *não-pessoa*. Esse é o status. A forma ele... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*.

Entretanto, esta posição de Benveniste (1898) referente à separação que comporte a língua em lado objetivo e um lado subjetivo não será mais vista a partir dos anos sessenta, como veremos a seguir em *Aparelho Formal de Enunciação*.

4 Aparelho formal da enunciação

Antes da década de 70 tem em Benveniste uma reflexão marcada pela divisão da língua entre o lado subjetivo e o lado objetivo. Entretanto Benveniste (1976) não mantém mais esta posição, o que acontece gradativamente. De acordo com Normand (2009), em Benveniste não há uma revolução enunciativa, a busca das marcas de subjetividade nas formas linguísticas encontra-se presente desde o princípio e irá se teorizando pouco a pouco entre hesitações e afirmações. O que acontece é que com o estudo destas marcas iniciadas em 1946 e prosseguida até 1970, Benveniste amplia a noção de referência ao conjunto da situação de enunciação, sendo assim, pensamos que não há como pensar mais em oposições binárias. É o que veremos agora.

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1989) inicia a reflexão fazendo uma distinção entre emprego das formas e emprego da língua. Pertencendo a realidades diferentes, as condições de emprego das formas são diferentes das de emprego da língua. O emprego da forma é entendido como uma parte necessária de toda descrição linguística, cedendo lugar a inúmeros modelos de análise, enquanto que o emprego da língua é um mecanismo total e constante que, de um modo ou de outro, afeta a língua inteira.

Relacionada ao emprego da língua, encontra-se a definição de enunciação para Benveniste (1989, p. 82) “a enunciação é este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. Partindo da definição de enunciação, Benveniste (1989) coloca uma dúvida: sendo o discurso, produzido cada vez que se fala, a enunciação não seria simplesmente a fala? E é categórico ao afirmar que é necessário ter cuidado com a condição específica da enunciação: “que é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”. O que se evidencia é a relação do locutor com a língua, a enunciação enquanto um mecanismo, um ato em que o locutor mobiliza a língua por sua conta e são os caracteres linguísticos que irão marcar esta relação.

É pelo aparelho formal que o locutor transforma a língua em discurso. Benveniste (1989, p. 84) entende que a língua antes da enunciação é apenas possibilidade de língua, mas que depois da enunciação a língua é efetuada em instância de discurso. A enunciação, enquanto realização individual, é defendida em relação à língua como um processo de

apropriação, sendo assim “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos de um lado e por meio de procedimentos acessórios de outro.”

À medida que o locutor assume a língua e enuncia a sua posição, introduz um outro e conseqüentemente uma outra enunciação de retorno. Benveniste (1989) entende que toda enunciação, implícita ou explícita, é uma alocação e, portanto, postula um alocutário, por isso, seja qual for o grau de presença, o outro será sempre postulado. Mais uma vez vemos a intersubjetividade como uma noção essencial à enunciação. Se recordarmos a posição de Benveniste (1976, p. 255) em “Estrutura de relações de pessoa no verbo”, vemos afirmar que “é preciso e é suficiente que se represente uma pessoa que não-eu para que se lhe atribua o indicie tu”. Toda pessoa que se imagine, continua Benveniste (1976) é da ordem do *tu*, mas não necessariamente a pessoa interpelada. Podemos pensar que não importa o grau de presença em que o outro se encontre, mas sim o fato de que o lugar do outro, no caso o lugar de um não-eu, estará sempre postulado, e é previsto pelo *eu*. Toda vez que um locutor se apropria da língua e se enuncia, instaura diante de si, outro alocutário, a quem diz algo.

Benveniste (1989, p. 84) então chama a atenção para o aspecto referencial da enunciação. E diz

que a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que fez de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

De acordo com Normand (2009), a vontade de ultrapassar a linguística das unidades em direção a uma linguística da frase obriga Benveniste a introduzir o tema da referência. Enunciação e referência estão relacionadas, a língua se manifesta pela enunciação e a enunciação faz referência a uma situação, falar é sempre falar de, diz a autora.

Entretanto, a referência de que fala Benveniste, parece para Normand (2009) dizer respeito senão aos casos particulares da sui-referência. A posição da autora se torna mais clara quando vemos Benveniste (1989, p. 84) afirmar que

o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

E é justamente pela emergência dos índices de pessoa que aquele que fala é introduzido em sua fala. Benveniste (1989) diz que os pronomes pessoais e os demonstrativos são uma classe de indivíduos linguísticos e este estatuto se deve ao fato de que somente nascem da enunciação, cada vez que a enunciação é proferida eles designam algo novo.

Se a enunciação promove, como coloca Benveniste (1989), a existência de certas classes de signos, o que acontece com os outros, aqueles de estatuto pleno e permanente?

Em dois momentos, Benveniste (1989) parece ratificar a distinção entre signos vazios e plenos. Em duas passagens do texto Benveniste (1989) parece chamar a atenção para a necessidade em distinguir os signos plenos dos signos vazios. Vejamos as passagens:

As formas denominadas tradicionalmente pronomes pessoais, demonstrativos, aparecem agora como uma classe de indivíduos linguísticos, de forma que enviam sempre e somente a indivíduos quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. (BENVENISTE, 1989, p. 85)
É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de indivíduos que a enunciação cria e em relação ao aqui-agora do locutor. Por exemplo: o eu, o aquele, o amanhã da descrição gramatical não são senão os nomes metalinguísticos de eu, aquele, amanhã produzidos na enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 86)

Entretanto, Normand (2009) defende que quando Benveniste (1989) coloca que a enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado e é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta, a distinção entre a *sui* referência, aquela de estatuto único e evanescente a cada enunciação e a referência aos termos de ordem plena e permanente não se sustenta. Na língua colocada em uso toda relação à referência depende da *sui* referência. Por quê? Porque a referência, diz Normand (2009, p. 166) só concerne à situação cada vez única do locutor. A referência de cada palavra, frase ou texto é única cada vez que apropriada pelo locutor na instância do discurso. Além disto, Benveniste (1989) chama a *cena* enunciativa as grandes funções sintáticas, a interrogação, a intimação e também a asserção, formas cujo estatuto se reservava ao poder da objetividade, afirma a autora.

Podemos então entender com Flores (2005) que quando Benveniste traz a referência para os estudos linguísticos, não é uma referência ao mundo, mas sim uma referência ao sujeito. Se Benveniste (1989) fala que a enunciação comporta uma certa relação com o mundo, esta relação é uma relação mediada pelo sujeito, é uma relação que depende da

enunciação. Como um mecanismo único de referenciação, toda língua é dêitica, “na medida em que precisa ser referida a quem a enuncia para ter sentido”, diz Flores (2005, p. 42).

Portanto, neste capítulo procuramos compreender a noção de um sujeito fruto do movimento inter (subjetivo) presente no terreno da língua. Quando procuramos compreender qual o mecanismo que permite a produção de sentidos na relação entre língua e sujeito, é deste sujeito que estamos falando.

CAPÍTULO III: DO MECANISMO AOS SENTIDOS

Observar a língua e se perguntar em que momento preciso uma tal coisa 'começou' é tão inteligente quanto observar o riacho na montanha e acreditar que, subindo, se encontrará o lugar preciso em que ele tem a sua fonte. Coisas inumeráveis estabelecerão que, a cada momento, o riacho existe enquanto se diz que ele nasce e que, reciprocamente, ele nada faz além de nascer enquanto se diz. (Saussure, 2004, p.85)

1 “Chapéu existe? Sim. Chaméu existe? Não.”

Tanto a citação de Saussure (2004), quanto o exemplo dado por Benveniste (1989) explicitam em poucas palavras a essência não apenas deste capítulo, mas também desta tese. É a inquietude pela compreensão da possibilidade da existência dos sentidos em sua heterogeneidade a mola dos nossos questionamentos.

Na linguística a questão do sentido assume contornos bem diferentes. Em sua maioria, os estudos buscam compreender os sentidos no percurso da linearidade, sempre marcada por uma cristalização social. O sujeito, um elemento intruso, parece ser cercado de polêmica, questionamentos, contradições. Saindo da estrutura o medo é cair no abismo do sujeito.

Entretanto, trabalhos como o de Oliveira (2004) apontam para uma possibilidade de outro olhar sobre a questão da constituição de sentidos. O autor busca refletir, através da prática de textualização, a relação sujeito e sentido, procurando identificar em rasuras, os deslocamentos de sentidos, o movimento no qual a estrutura é desestabilizada pela inserção do sujeito.

Oliveira (2004) analisou as rasuras na escrita de histórias inventadas e observou que em um determinado momento na produção das estórias há algo que escapa à causalidade linear, a possibilidade de determinação social, algo que rompe com uma certa previsibilidade.

Oliveira (2004) procura analisar na prática de textualização a tensão que se dá entre o previsível e imprevisível, entre o estável e o não estável, entre a unidade e o esfacelamento, aquilo que ele chama de equivocidade nas rasuras. É importante acrescentar aqui que a noção de equivocidade não deve ser entendida enquanto erro, mas sim a ideia de equívoco em seu trabalho permanece ligada a algo não programado, algo

que é redirecionado no processo de produção de sentidos.

A nossa pesquisa assemelha-se à de Oliveira (2004) a partir do momento em que aponta para uma possibilidade de compreender a produção de sentidos na articulação do sujeito e a língua. Do momento único em que, tomando emprestado o exemplo de Benveniste (1989), o sentido de chapéu possa ser redirecionado para além do sentido estabelecido, programado. E por que não dizer que chaméu existe? Ou utilizando o exemplo de Saussure (2004) o momento em que até mesmo a palavra *sol* se esvazia de sua cristalização social.

Lembremos que o objetivo que guia a nossa pesquisa é tentar entender de que forma, no processo de produção de sentidos, há uma articulação entre língua e sujeito. Ou mais precisamente compreender que mecanismo permite a constituição de sentidos na articulação entre língua e sujeito, no momento em que a língua é colocada em ação por um sujeito.

Sabemos, como coloca Normand (2009), que Saussure não desenvolveu aquilo que em sua época deveria ser uma semântica. Entretanto, mesmo sem uma teoria específica sobre semântica a questão do sentido está onipresente em seu pensamento sobre a língua.

Da mesma forma que o referente e o sujeito, a questão do sentido ainda é vista como uma exclusão do pensamento saussuriano. Na busca por definir um objeto ao mesmo tempo concreto e integral da Linguística, o fenômeno do sentido permaneceu escorregadio pela centralidade da língua conforme a proposta na edição do Curso de Linguística Geral.

Se for verdade que Saussure não priorizou na língua uma semântica, como então perceber os mecanismos de produção de sentidos quando a língua é posta em ação? E se a língua somente é posta em ação por um sujeito como perceber as relações existentes entre eles (língua e sujeito)?

De acordo com Arrivé (2010) uma leitura sobre qualquer fenômeno abordado por Saussure deve levar em primeiro lugar a coexistência dos contrários. É preciso sair das amarras das dicotomias. Se olharmos com a atenção a definição de Saussure sobre a língua no capítulo do Objeto da Linguística iremos observar como, coloca Arrivé (2010), que a língua é definida não em relação à fala, mas em relação à faculdade da linguagem. Partindo da releitura de Arrivé (2010) pensamos ser exatamente a noção da língua em relação à faculdade da linguagem o caminho para compreender os mecanismos de produção de sentidos quando a língua é posta em ação. Passemos à releitura de Arrivé (2010).

2 Da faculdade da linguagem, a língua posta em ação

No capítulo O objeto de Linguística, Saussure (1975) inicia advertindo a dificuldade de delimitação de um objeto ao mesmo tempo integral e concreto. O impasse a uma definição reside no fato de que não importa o ponto a partir do qual aborde a questão, o fenômeno linguístico apresentará sempre duas faces correspondentes e indissociáveis.

Na tentativa de explicar o caráter dual do fenômeno linguístico Saussure elenca quatro exemplos. Nos dois primeiros exemplos a dualidade é marcada pela relação entre som e articulação vocal, imagem acústica e conceito. Os últimos dois são referentes à linguagem. Saussure coloca que a linguagem teria um lado individual e um lado social e a cada instante implicaria ao mesmo tempo um sistema e uma evolução, ao mesmo tempo uma instituição atual e um produto do passado.

Saussure (1975, p.16) procura mostrar que quando procuramos abordar o fenômeno linguístico sempre nos deparamos com um dilema: “ou nos aplicamos a um lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades”, “ou se estudarmos a linguagem sob vários aspectos, o objeto da Linguística aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si”.

Saussure (1975, p.16) então propõe uma solução para todas essas dificuldades, “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações linguagem.” E logo em seguida pergunta: mas o que é a língua?

Para nós, ela não se confunde com a linguagem, é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE,1975,p.17)

De acordo com Tulio de Mauro (1995, p. 417, nota 53) a passagem que diz “para nós, ela não se confunde com a linguagem”, difere dos originais. Nas fontes manuscritas, Saussure coloca que língua e linguagem são apenas uma mesma coisa, uma é a generalização da outra.

Podemos observar que Saussure (1975) define língua em relação à faculdade da linguagem e não em relação à fala. Arrivé (2010) observa que *faculdade da linguagem* não é um termo recorrente na edição, sendo possível observar apenas duas referências.

Uma primeira referência, e a mais importante para o nosso trabalho, é relacionada à definição de língua como aparece na citação acima quando Saussure (1975, p.17) afirma que a língua é “ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” E uma segunda referência pode ser encontrada no mesmo capítulo em que Saussure (1975) menciona o problema da naturalidade da linguagem falada, que posteriormente é contestada, de acordo com Arrivé (2010), pelo próprio Saussure.

Recorrendo às anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993, p. 6) na aula datada de 4 de novembro de 1910¹³ é possível observar que Saussure introduz as principais seções do curso de linguística geral, colocando que o curso será dividido em três partes: “as línguas, a língua, e a faculdade e o exercício da linguagem pelo indivíduo”.

Neste ponto, Arrivé (2010) destaca que os termos *faculdade* e *exercício* estão separados, levando a crer que na afirmação exista implicada a noção de faculdade enquanto potencial e a noção de exercício enquanto atual. Outro fato destacado por Arrivé (2010) é que a noção de “jogo de linguagem” que Saussure, nas anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), utiliza no final da mesma lição corrobora para o entendimento dos dois aspectos complementares da linguagem em ação.

É na introdução da aula de 4 de novembro que conforme Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) parece ser o momento em que Saussure desenvolve um pouco mais a questão a definição da língua e relação à faculdade da linguagem, abordagem que permanece quase silenciosa no capítulo Objeto da Linguística.

Em Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) podemos observar o início da aula a hesitação de Saussure em definir os termos língua e linguagem. Sem separar imediatamente as palavras *língua* e *linguagem*, onde encontramos o fenômeno concreto, completo, integral da língua ou da linguagem? Onde encontrar o objeto do qual nos ocupamos? Com todas estas características provisoriamente contidas e não analisadas? Pergunta o professor.

Logo em seguida Saussure, conforme Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), coloca que seria um erro acreditar que o objeto integral e completo possa ser compreendido escolhendo pelo que é mais geral. A generalização supõe justamente uma abstração, aquilo que é geral na linguagem não é o que Saussure está procurando, mas algo que é particular.

13 De acordo com Tulio de Mauro (1995, p.416, nota46) o capítulo do CLG sobre o objeto da Linguística remete à anotações da segunda lição do terceiro curso datada de 4 de novembro de 1910, a primeira lição da segunda parte do mesmo curso datada de 25 de abril de 1911 e a primeira lição do segundo curso.

Como então encontrar?

Saussure, de acordo com Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), inicia dizendo que existe em cada indivíduo uma faculdade que pode ser chamada de faculdade da linguagem articulada, disponível em primeira instância pela anatomia humana. Entretanto esta faculdade somente pode ser exercida na presença de algo que é dado ao indivíduo de fora: a língua.

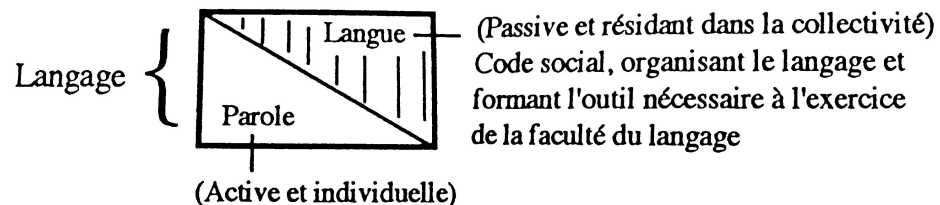
Neste momento da aula Saussure (KOMATSU; HARRIS, 1993, p.7) estabelece a definição de língua e de linguagem. A língua é necessariamente social, a linguagem não é especificamente, assim pode ser referida ao indivíduo, é algo abstrato e requer a existência humana para a sua realização. “Quando se separou a língua da faculdade da linguagem, separou-se o que é social do que é individual; o que é essencial do que é mais ou menos accidental.”

De acordo com Arrivé (2010) todos os ouvintes do curso daquela aula anotaram o termo faculdade da linguagem, exceto Francis Joseph que, menos atento, ouviu o termo *linguagem*, mas mesmo assim a falta de atenção do aluno é suficiente para mostrar que a palavra *fala* não aparece na passagem. Uma leitura da aula do dia 4 de novembro revela que Saussure não utiliza o termo *parole* em nenhum momento, a língua é definida em oposição à faculdade da linguagem.

É possível observar que, embora na citação acima apareça a palavra *separar*, não significa que língua e linguagem estejam em terrenos distintos. Lembremos que no começo da mesma aula a questão do objeto é convocada sem a distinção dos termos língua e linguagem. Em outra passagem de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) da mesma aula, Saussure coloca que a linguagem se manifesta sempre por meio da língua, não existe sem ela.

A mesma posição é sentida na aula do dia 25 de abril de 1911, cujo tema é a língua. De acordo com as anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) Saussure afirma que, ao opor a língua à linguagem, coloca-se a língua como sendo uma parte essencial, principal, mas apenas como uma parte da linguagem. Logo em seguida destaca que a língua é um produto social cuja existência permite ao indivíduo o exercício da faculdade da linguagem.

Vejamos então a aula dia 28 de abril de 1911 ainda em Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) e a figura trazida como uma exemplificação para melhor explicar a definição de língua.

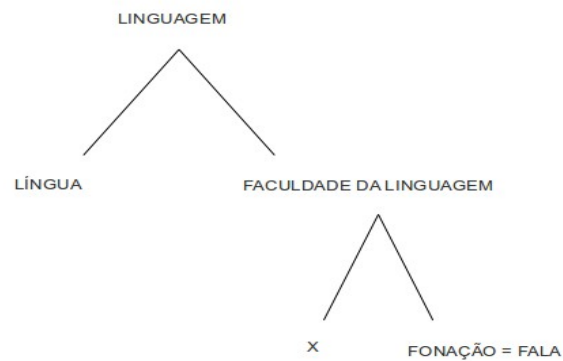
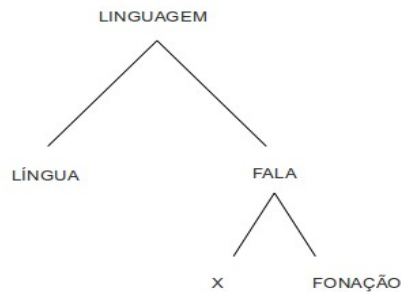


À primeira vista, as anotações sugerem pensar que Saussure distingue no seio da linguagem dois fenômenos: a língua e a fala. A língua seria a linguagem menos a fala. Entretanto é preciso destacar também que, na figura ao lado do termo *língua*, há uma observação em que a define como passiva, residente na coletividade, código social, organização da linguagem e formando a ferramenta necessária ao exercício da faculdade da linguagem. Existem quatro termos distintos recorrentes na exposição de Saussure, são eles: *linguagem, língua, fala e faculdade da linguagem*.

E ainda tomando as anotações de Constantin e a edição padrão temos em um momento a língua em oposição à faculdade da linguagem e em outro momento a língua em oposição à fala. Não há como negar, como coloca Arrivé (2010), que a oposição da língua à fala é recapitulada várias vezes no CLG. Podemos ver, por exemplo, na citação abaixo:

Evitando definições estereis de termos, inicialmente distinguimos, no seio do fenômeno total que a linguagem representa dois fatores: a língua e a fala. A língua é, para nós, a linguagem menos a fala. Ela é o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a um sujeito entender e fazer se entender. (SAUSSURE, 1975, p. 85)

E para complicar mais ainda, Arrivé (2010) chama atenção para a inconstância do emprego do termo *faculdade da linguagem*. É possível observar em algumas passagens o termo *fala* substituir sem a mínima diferença o termo *faculdade da linguagem*. Sendo assim, a oscilação leva a impressão que Saussure hesitou entre dois aparatos terminológicos que Arrivé (2010) representa em dois esquemas.



Arrivé (2010) explica que nos dois esquemas, permanece um termo X que não recebe denominação específica. De acordo com Arrivé (2010) o primeiro ponto a ressaltar é que a língua está integrada à linguagem. Sendo assim,

no quadro dessa faculdade que é a linguagem, apta a apreender aspectos “multiformes e heteróclitos” que não lhe permitem ser delimitada com precisão, a língua é um todo. Falta, evidentemente, identificar o objeto que, acrescentado ao todo da língua, vai constituir o não todo (permitam-me, mais uma vez, lançar mão dessa expressão lacaniana) da linguagem saussuriana (ARRIVÉ, 2010, p. 50).

Esse objeto no CLG recebe o nome de *fala*. Então seria a faculdade da linguagem apenas outro nome para a fala? Para Arrivé (2010) isso seria simples demais. O autor é bem enfático ao dizer que no pensamento saussuriano o termo faculdade da linguagem não significa nem fala e nem discurso.

A faculdade da linguagem é mais extensiva que a fala.

Ela claramente engloba os atos de fala para os quais a língua, estabelecida

como instituição social, abre caminho. Mas ela abarca ainda o processo de constituição da língua. Para retomar, assumindo todos os riscos e perigos, a metáfora geográfica, tão cara a Saussure, do riacho e de sua fonte, a faculdade da linguagem intervém ao mesmo tempo a montante e a jusante da língua. A montante para constituí-la enquanto instituição social. A jusante para abrir espaço para os atos de linguagem que ela autoriza, isto é, para a produção do discurso. (ARRIVÉ, 2010, p.125)

Na citação acima podemos observar que Arrivé elabora que aquilo que se refere à montante é exatamente o processo de constituição da língua propriamente dito, e à jusante é exatamente o processo que coloca em funcionamento a língua ao fazer com que o sujeito falante produza o discurso. A partir daí, conforme Arrivé a língua em Saussure, definida em relação à faculdade da linguagem, pode ser pensada como uma língua que é ao mesmo tempo instituição social, produção, atos de linguagem e reprodução.

É possível observar que a noção dos dois processos colocados por Arrivé (2010) é corroborada por uma passagem dos Escritos (2004, p.115) em que Saussure coloca:

Hoje, vê-se que há reciprocidade permanente e que, no ato de linguagem, a língua tem, ao mesmo tempo, sua aplicação e sua fonte única e contínua, e que a linguagem é, ao mesmo tempo, sua aplicação e sua fonte única e contínua, e que a linguagem é, ao mesmo tempo, aplicação e o gerador contínuo da língua [...] a reprodução e a produção.

Podemos observar que a definição da língua, em relação à faculdade da linguagem, aponta para a ideia de uma língua aberta à ação. Sendo assim a colocação de Arrivé (2010) nos mostra que é pertinente ao pensamento saussuriano à concepção de uma língua dinâmica aberta à ação, ação também de um sujeito.

Pensar a língua em Saussure (1975-2004) como um fenômeno aberto à ação de um sujeito não nos coloca de maneira alguma fora do terreno da língua ao qual o mestre genebrino tanto ressaltou, pelo contrário, pensar em uma língua aberta à ação é voltar incessantemente para o seu interior. Por quê? Porque somente podemos pensar em uma língua aberta à ação em detrimento das propriedades que lhe são intrínsecas, isto é, pelo caráter arbitrário e o pelo valor.

Diante das considerações feitas anteriormente no primeiro capítulo é possível conceber em Saussure uma noção de arbitrariedade da língua. Mais uma vez, temos como mostra Arrivé (2010) que pensar na coexistência dos contrários. Não concordamos com o pensamento que coloca a noção de arbitrariedade como uma dicotomia, isto é, absoluto de um

lado, relacionado ao signo isolado e relativo de outro, relacionado ao signo no sistema.

É o próprio Saussure (GODEL, 1969) que nos mostra a fragilidade da separação quando coloca que a questão da arbitrariedade não é decidida pela distinção entre os signos que são relativamente motivados e os signos que são totalmente arbitrários, uma vez que não temos o direito de inferir que os totalmente arbitrários estão fora do sistema. Saussure (GODEL, 1969) indica que devemos pensar em graus de arbitrariedade.

Como podemos observar a ideia de uma arbitrariedade da língua torna a aparecer nas anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) e de Dégallier (GODEL, 1969) quando Saussure se refere à noção de arbitrariedade relativa como um fenômeno que presentifica duas relações: uma relação interna ao signo entre imagem acústica e o conceito e uma outra relação entre signos. Sendo assim a noção de arbitrariedade relativa concebida apenas pela relação entre signos não se sustenta, porque envolve também uma relação interna no signo.

A noção da arbitrariedade é o ponto de partida para conceber uma língua em que as unidades linguísticas não possuem características próprias, sendo apenas definidas pelo lugar e pelas relações recíprocas que mantêm com outros termos no interior do sistema. O valor de uma unidade *a* não está relacionado à sua substância, mas ao fato de ela ser não-*b*.

Passemos então a compreender porque a noção de valor é a mola propulsora dos sentidos, o mecanismo que permite o movimento em que o sujeito em sua interlocução com um outro produza sentidos.

3 Do mecanismo aos sentidos

Como vimos, a noção de arbitrariedade do signo não era novidade na época em que Saussure ministrava os cursos. O debate entre a relação realidade e língua vem desde a Grécia antiga. Saussure retoma a discussão se contrapondo a gramática racionalista de Port-Royal. Ao defender que o signo é arbitrário, Saussure coloca signo e realidade como pertencentes a ordens distintas.

Como explica Milner (2002 apud PAVEAU, 2006, p. 72), Saussure faz com que a concepção do signo passe da assimetria à reciprocidade.

A doutrina port-royalista do signo se fundava na relação de representação. Essa revelação é assimétrica: A representa B não implica que B represente A. Ora é notável que Saussure não apenas fale de representação. O termo decisivo na doutrina saussuriana é aquele da associação; ora, a relação de associação é recíproca: A estar associado a B implica que B esteja associado a A. O significante não representa o significado; ele lhe é associado e, da mesma maneira, o significado, por sua vez, está associado ao significante. Se alguma coisa representasse, isso poderia ser não mais que o signo no seu conjunto, mas nota-se, que essa relação do signo com a coisa significada, não importa de maneira alguma a Saussure. Assiste-se, portanto, a um deslocamento decisivo, Saussure constrói um modelo do signo que se separa de toda teoria da representação.

Ao separar o signo da teoria da representação, a noção de arbitrariedade institui uma ordem própria da língua e este é o princípio que conduz às relações entre os termos. Os signos são pela propriedade diferencial que os constituem e pela relação de diferença que mantêm com os outros termos, ou seja, ser o que os outros não são. É por isso que arbitrário e valor são correlativos, constituem o eixo de funcionamento do sistema da língua.

Saussure (2004) explica que se as palavras fossem encarregadas de representar previamente os conceitos, cada uma delas possuiria, de uma língua para a outra, correspondentes exatos, mas isto não acontece. Para Saussure (2004) aquilo que emana do sistema da língua não são ideias dadas de antemão, mas sim valores.

Sendo assim, Saussure (2004) inaugura a ideia de que as unidades linguísticas não possuem características próprias, sendo apenas definidas pelo lugar e pelas relações recíprocas que mantêm com outros termos no interior do sistema. O valor de uma unidade A não está relacionado à sua substância, mas ao fato de ela ser não-B. Daí a concepção saussuriana de que a língua é uma forma e não uma substância, uma forma que vale pela diferença.

Saussure (2004, p. 36) define então que:

forma= não uma certa entidade positiva de uma ordem qualquer e de uma ordem simples, mas uma entidade ao mesmo tempo negativa e complexa que resulta (sem espécie de base material) da diferença com outras formas, combinadas à diferença de significação de outras formas.

O princípio da diferença segundo o autor (1975) é tão essencial que pode ser aplicado a todos os outros elementos materiais da língua, inclusive aos fonemas. Saussure (1975) explica que cada idioma compõe suas palavras baseado em um sistema de elementos sonoros. Cada um destes elementos forma unidades que são delimitadas. No entanto, aquilo que

caracteriza os fonemas não é a sua qualidade própria e positiva, mas sim o fato de não se confundirem entre si, assim, “os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas”. (SAUSSURE, 1975, p. 138)

Vemos que segundo Saussure (2004) o valor exprime melhor do que qualquer outra palavra, a essência da língua, o fato de que uma forma não significa, mas vale, e se ela vale, ela implica na existência de outros valores. Sendo assim, aquilo que faz a identidade de uma rua demolida e reconstruída novamente não é o seu aspecto material, mas sim o seu valor.

A noção de valor linguístico nos faz compreender a língua enquanto sistema completamente desprovido de substância, funcionando apenas como formas que se definem pela pura diferença. Entretanto, podemos observar que a noção da língua que funciona pela diferença é marcada em Saussure por uma certa positividade.

No CLG (1975, p. 139), Saussure considera que na língua existem apenas diferenças sem termos positivos. “Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema”.

No entanto, Saussure (1975, p. 139) alerta que o signo tomado em sua totalidade é considerado um fato positivo, “dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideramos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem.” De Mauro (1995) observa que esta passagem é de grande importância teórica, pois ao dizer que o signo é uma entidade positiva, Saussure o coloca como uma entidade concreta.

Saussure (1975) acrescenta ainda que quando se compara os signos entre si (termos positivos) não se pode mais falar de diferença, mas sim de oposição. Observa-se que ao distinguir diferença de oposição, Saussure (1975) considera que a relação existente entre significado e significante acontece por diferença e a relação entre um signo e outro acontece por oposição.

Silveira (2003, p. 56) referindo-se a estas passagens do CLG observa que:

é preciso notar que em determinado momento, a diferença é dada como propriedade dos elementos linguísticos, embora a diferença só se constitua em uma relação, já no outro momento, trata-se da diferença unicamente enquanto relação e na possibilidade de haver distinção. Ou seja, pode ser uma relação de diferença ou de oposição sem com isso alterar a propriedade do que está em um ou outro tipo de relação.

Milner (2002 apud SILVEIRA, 2003, p. 58) chama a atenção para o fato de que a “relação do signo a si mesmo é da mesma natureza que a relação do signo com os outros signos. O interno é atravessado de novo pelo externo”.

O signo considerado em sua totalidade é uma coisa positiva, fruto da combinação da relação de diferença entre o significante e o significado. Tomado no sistema da língua, o signo mantém com os outros signos uma relação de oposição. Diferença e oposição não são da mesma natureza, mas constituem o signo, “a primeira se sustenta no princípio da negatividade (ser o que os outros não são), a segunda requer alguma positividade para que haja oposição” (SILVEIRA, 2003, p.57).

No entanto, embora constituam relações distintas, percebe-se que a relação de oposição entre os signos conserva a propriedade da negatividade. Tal concepção se torna clara quando Saussure (2004, p. 68) analisando a questão da negatividade da sinonímia dá o seguinte exemplo:

O sol parece representar uma ideia perfeitamente positiva, precisa e determinada, assim como a palavra lua: entretanto, quando Diógenes diz a Alexandre “Sai da frente do meu sol!”, não há mais, em sol, nada de sol a não ser a oposição com a ideia de sombra, e a própria ideia de sombra é apenas a negação combinada da ideia de luz, de noite fechada, de penumbra, etc. acrescentada à negação da coisa iluminada com relação ao espaço obscurecido. Retomando a palavra lua, pode-se dizer a lua aparece, a lua cresce, a lua decresce, a lua se renova, semearmos na lua nova (...).

Saussure observa que (2004, p. 68-69) tudo o que “pomos em lua é absolutamente negativo, vindo apenas da ausência de um outro termo”. Não é a ideia positiva contida em lua ou sol, em água, ar ou árvore, mas o fato de que todas essas denominações são “igualmente negativas, significam apenas com relação às ideias inseridas em outros termos (igualmente negativos), não tem, em nenhum momento, a pretensão de se aplicar a um objeto definido em si”. Há então na língua uma tensão que se estabelece entre o UM e o NÃO-UM. A negatividade faz como que haja sempre na língua uma ausência e, portanto uma possibilidade de acontecimento.

Portanto, nenhum signo é “limitado no total de ideias positivas que ele é no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo, ele só é limitado negativamente pela presença simultânea de outros signos, e é, portanto, inútil procurar qual é o total de significações de uma palavra” (SAUSSURE, 2004, p.72).

Como podemos ver o valor linguístico consiste, na teoria saussuriana, em uma das

noções mais complexas de se compreender. Em diversas passagens das notas de aula e dos escritos de linguística geral o conceito de valor aparece relacionado tanto ao termo significação quanto ao termo sentido. Valor, sentido e significação se alternam ora enquanto distintos, ora enquanto sinônimos, consistindo em noções difíceis de definir em Saussure.

No CLG, a noção de valor aparece significativamente distinta da de significação. O CLG traz uma oposição entre valor e significação, deixando bem claro que a significação não é o valor. O conceito de uma palavra, diz Saussure (1975, p. 134), somente é determinado pelo “curso do que existe fora dela”. Sendo parte de um sistema, a palavra “está revestida de uma significação e de um valor e isso é coisa muito diferente”.

Saussure (1975) explica que a significação constitui a contraparte da imagem acústica, assim dizer que um conceito julgar está unido à imagem acústica julgar simboliza uma significação. A significação está portanto na instância da relação interna do signo. No entanto, Saussure coloca que na língua todos os termos são solidários, então o signo, resultante da união entre significado e significante, será de igual modo a contraparte de outros signos da língua, o valor então resulta da relação entre signos, emana da presença simultânea de outros signos. O valor então não será fixado por significação alguma.

Saussure (1975, p. 135) coloca que o “valor de um termo está determinado por aquilo que o rodeia, nem sequer da palavra que significa sol se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor, línguas há em que é impossível dizer ‘sentar-se ao sol’”. O valor de um termo então pode se modificar sem que se altere a significação, apenas pelo fato de um outro termo com quem se relacione tenha sofrido alguma modificação.

Entretanto podemos perceber que esta oposição trazida pelo CLG não aparece definida nos textos originais. Nos textos manuscritos a noção de valor, sentido e significação ora se aproximam ora se distanciam.

Conforme as anotações de Riedlinger (GODEL, 1969), Saussure coloca que o valor não é a significação. O valor é dado além da significação, pela relação que mantém com os outros termos, pela situação recíproca entre os termos. O valor de uma palavra apenas é determinado por aquilo que a rodeia. A noção de valor então aparece distinta da noção de significação.

Contudo, conforme as anotações de Dégallier (GODEL, 1969), Saussure retomando a figura do signo linguístico, indica que a significação é a contraparte da imagem acústica. Entretanto, logo em seguida, observa que a significação que aparece no primeiro momento

como a contraparte da imagem acústica é ao mesmo tempo a contraparte dos termos coexistentes. O valor de uma palavra resulta somente da coexistência de diferentes termos, então pergunta Saussure (GODEL, 1969): poderia o valor se confundir com a contraparte da imagem acústica? Ou seja, com a significação. Saussure (GODEL, 1969) coloca que as duas relações são muito difíceis de distinguir.

A mesma preocupação é demonstrada por Saussure nas anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) ao afirmar que a significação como a contraparte da imagem acústica e a significação como contraparte de termos coexistentes se confundem e que é muito difícil em quaisquer domínios dizer em que consiste o valor.

Saussure conforme Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) delimita que o valor é determinado por um princípio paradoxal: 1) por uma coisa dessemelhante que podemos trocar; 2) por uma coisa semelhante que podemos comparar. Estes dois elementos são essenciais na noção de valor. Tomando o exemplo da moeda de 20 francos, explica que seu valor está numa coisa dessemelhante que pode ser trocada, como por exemplo, pão; e uma coisa semelhante que pode ser comparada, como por exemplo, com outras moedas de um franco, dois francos. O valor seria a contraparte de uma ao mesmo tempo em que seria a contraparte da outra. Da mesma maneira, continua Saussure, não é possível determinar a significação de uma palavra se considerarmos somente a coisa cambiável, mas temos que comparar uma série semelhante de palavras comparáveis. Vemos que valor e significação assumem as mesmas características e aparecem enquanto sinônimos.

Conforme Bouquet (2000), quando Saussure coloca a significação enquanto contraparte da imagem acústica, a significação deve ser entendida enquanto valor interno do signo, uma relação entre significante e significado; quando Saussure coloca a significação enquanto contraparte dos termos coexistentes a significação deve ser entendida como um valor que engloba tanto a noção de valor interno quanto a noção de valor sistêmico.

De acordo com Godel (1969), em Saussure a complexidade da noção de valor linguístico consiste no fato de que o valor depende de três tipos de relações: uma relação interna do signo; uma relação dos termos *in absentia* e uma relação dos termos *in praesentia*. As duas primeiras relações são consequências da arbitrariedade e acontecem no eixo paradigmático e a última é consequência do caráter linear da língua e acontece no eixo sintagmático.

Conforme Godel (1969), Saussure não faz a separação entre as relações *in absentia* e

in praesentia, ambas são essenciais ao sistema, o valor existe e é determinado de acordo com os dois eixos concomitantemente, o valor de uma palavra resultará sempre do agrupamento por família e do agrupamento sintagmático. Saussure (GODEL, 1969, p.72) assim coloca:

unidades de associação e unidades discursivas
(grupos no sentido de famílias) (grupos no sentido de sintagmas)

Na unidade de um grupo de associação (dominus, domino, désireux, malheureux, chanceux...) há sempre um elemento variável e um elemento constante. [...] um sintagma, ao contrário, comporta uma ordem, um sequência linear, qualquer que seja sua grandeza (palavra analisável, composta, frase). O mecanismo consiste em empregar tipos de sintagmas que temos em mente, pondo em jogo os grupos de associação para aportar a diferença desejada. [...] Todo valor resulta desse duplo agrupamento. (tradução nossa)¹⁴

Podemos perceber então que o valor de uma palavra é determinado por uma relação paradigmática, mas também, e ao mesmo tempo, por uma relação sintagmática, o valor então seria fruto da interseção destes dois eixos. Segundo Saussure (GODEL, 1969, p. 232), “cada unidade não vale e não realiza sua função senão pela combinação que lhe é dada [...] cada elemento não dispõe livremente do seu sentido, mas somente por combinação”. (tradução nossa)¹⁵

Vemos então os termos sentido e valor relacionados. Nas anotações de aulas podemos perceber que a noção de sentido aparece em Saussure como uma noção complexa de se definir. Conforme as anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993, p.134), Saussure indica que há uma grande dificuldade para a linguística em distinguir sentido e valor.

Quando falamos de valor, sentimos que aqui isso se torna sinônimo de sentido (significação) e isso indica outro terreno de confusão [...] o valor é um elemento do sentido. Essa é talvez um das operações mais delicadas a serem feitas em linguística, ver como o sentido depende e ao mesmo tempo permanece distinto do valor.¹⁶

De acordo com as anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), Saussure

14 des unités d’association (groupes au sens de familles) et des unités discursives (groupes au sens de syntagmes). Dans l’unité d’un groupe d’association (dominus, domino; désireux, malheureux, chanceux), il y a toujours un élément variable et un élément constant. [...] Un syntagme, au contraire, comporte un ordre, une suite linéaire, quelle qu’en soit l’ampleur (mot analysable, composé, phrase). Le mécanisme consiste à employer des types de syntagmes que nous avons en tête, en faisant jouer les groupes d’association pour amener la différence voulue [...] Toute valeur résulte de ce double groupement.

15 Chaque unité ne vaut et ne réalise sa fonction que par la combinaison qui leur est donnée[...] Chaque élément ne jouit pas librement de son sens, mais seulement par combinaison.

explica que se tomarmos a palavra *Soleil* não poderemos determinar seu valor imediatamente sem considerarmos os termos vizinhos, uma vez que há línguas em que se pode dizer, por exemplo, *Mettez-vous au soleil* e outras em que não se tem a mesma significação para a palavra *Soleil*. Saussure (KOMATSU; HARRIS, 1993) completa que o sentido de um termo depende da presença ou ausência do termo vizinho. Poderíamos então pensar como Lopes (1997) que Saussure vê o valor como o sentido local produzido na interseção dos dois eixos do discurso, o sintagmático e o paradigmático.

Conforme as anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), Saussure coloca que o sistema ao qual os termos pertence é uma das fontes de valor.

Então se o sistema é uma das fontes de valor, existiria outra fonte de valor? No CLG (1975), vemos Saussure colocar que a coletividade é necessária para estabelecer os valores, cuja razão de ser está no consenso e no uso. A mesma posição é também reafirmada nos Escritos de Linguística Geral (2004) quando Saussure explica que a coletividade deve ser considerada um dos elementos internos e não externos. É a coletividade que gera o valor, o que significa pensar que o valor não existe nem antes nem fora da coletividade, o valor não pode ser estabelecido isoladamente. Para Saussure (2004) o sistema de signos é feito para a coletividade, assim como o barco é feito para o mar.

De acordo com Godel (1969), Saussure coloca que de um lado as unidades têm valor que são recíprocos, resultado do jogo de relações. Por outro lado o valor é outorgado pela força social que o sanciona, o valor resulta também da consagração social. Godel (1969) explica então que o valor resulta do sistema e da consagração social. A coletividade seria então outra fonte de valor. Godel (1969) sugere que se poderia pensar em duas ordens de valor: valor recíproco e valor em si. O valor recíproco seria resultado do jogo das relações dos termos e o valor em si seria resultado da fixação da coletividade.

Entendemos que a noção de valor em si não deve estar relacionada à ideia de signo isolado, esta concepção iria contra a essência do próprio princípio de valor que é resultado tão e somente da coexistência de termos. Saussure tanto no CLG (1975), quanto nos Escritos de Linguística Geral (2004), e também nas anotações de aulas, é bastante enfático ao dizer que o valor de uma palavra resulta da relação que mantém com os outros termos e afirma várias vezes que não existe signo isolado, a existência do signo está no sistema, e isto resulta do fato da língua não ser uma nomenclatura e sim um sistema de diferença e oposição.

Tomamos então o exemplo da palavra sol. O valor da palavra sol resulta do jogo de

relações de diferenças e oposição entre os termos, mantido na língua, o seu valor é outorgado pela força social que o sanciona, assim uma parte do valor da palavra sol é fixado pela coletividade (o valor em si), mas ao mesmo tempo, em estando na língua, a palavra sol permanece em relação recíproca com os outros termos, a relação recíproca entre os termos possibilitará que o seu valor (o valor em si) nunca esteja totalmente determinado.

Partindo da noção de que em parte o valor é fixado pela coletividade (valor em si) pensamos que haveria tanto no eixo paradigmático quanto no sintagmático um grau de fixidez, portanto de previsibilidade. Existiria um grau de previsibilidade no paradigma na medida em que o paradigma abarca tudo aquilo que seria a memória virtual da língua, enquanto fruto da coletividade. E existiria um grau de previsibilidade no sintagma na medida em que a maneira como as palavras vão se agrupar no sintagma é determinada pela coletividade, uma vez que há em cada língua uma ordem lógica estabelecida pela própria sintaxe, por exemplo, as palavras em português são dispostas em linearidade diferente da ordem em inglês. Então, haveria uma certa determinação no eixo sintagmático pela particularidade linear de cada língua.

Entretanto, partindo da noção de que em parte o valor (valor recíproco) é resultado da relação recíproca entre os termos no sistema da língua, podemos pensar que haveria tanto no paradigma quanto no sintagma um grau de imprevisibilidade permitida pela própria articulação entre os termos. Se a existência do signo está em seu caráter diferencial, em ser o que os outros não são, então o seu valor nunca está totalmente determinado, nunca será absoluto, por mais fixado que esteja devido à coletividade. O princípio da reciprocidade entre os termos, princípio este fruto da arbitrariedade, permite à língua uma capacidade de articulação em que o signo em dependendo da relação com outro signo poderá vir a ser outro daquilo que é, diferente de si mesmo.

Vimos que Godel (1969) coloca que há em Saussure a ideia de duas ordens de valor, o valor em si e o valor recíproco. O corte arbitrário possibilita gerar valor em si que é outorgado pela coletividade, mas ao mesmo tempo gerar valor recíproco que emana da relação entre os signos, que poderá vir a ser ou não sancionado pelo social.

A noção de valor recíproco pode ser entendida como um valor que em função do jogo da relação arbitrária entre os signos emana do sistema escapando a uma determinação. Há um momento em que as relações arbitrárias entre os signos induzem a formação de palavra cujo valor é desvinculado da elaboração antes socialmente determinada, é como se a palavra fosse

deslocada de qualquer norma fixada a priori, pela coletividade, pelo social, para derivar uma outra, das relações da língua resultaria outro valor, um valor estranho à lógica, estranho as coisas sabidas, mas que existe produzindo efeitos.

Na pergunta Chapéu existe? Chaméu existe? Por exemplo, haveria uma ordem de valor, um valor em si que é aquele fixado pela coletividade e uma possibilidade de outra ordem de valor (valor recíproco) que surgiria da relação recíproca mantida com os outros termos coexistentes. Embora tenha uma ordem de valor fixado pela coletividade, o valor do termo *chapéu* nunca estaria totalmente determinado, pois no sistema da língua o termo *chapéu* estaria sempre mantendo relações com os outros termos. Pensamos que há na língua uma implicação mútua entre as duas ordens de valor. A palavra *chapéu* em virtude da arbitrariedade resultou da coletividade. Entretanto a noção de valor recíproco permite a possibilidade de surgimento, em um momento qualquer, de uma relação entre signos que resulte em um termo que não esteja a priori fixado, que não esteja socialmente aceito, como por exemplo, a palavra *chaméu*.

Tomando como ponto de partida os dois eixos do discurso: o associativo e o sintagmático, Saussure (Godel, 1969) coloca que o valor resulta do duplo agrupamento, na interseção do eixo sintagmático e do eixo associativo. Como vimos, a noção de valor em Saussure segundo Godel (1969) resulta de três tipos de relações, uma relação interna, uma relação *in absentia* e uma relação *in praesentia*.

No eixo associativo do discurso o paradigma comporta as duas primeiras relações - relação interna e relação *in absentia*. A relação interna e relação *in absentia* derivam do princípio da arbitrariedade da língua. Referindo-se a noção de arbitrariedade relativa, Saussure, nas anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993), indica que a relação entre os termos pressupõe uma relação interna. Saussure coloca que a relação entre dois termos não pode existir sem a recíproca intervenção das duas relações internas.

A partir das fontes de valor colocadas por Godel (1969) podemos observar que há na língua a possibilidade de pensarmos em duas dimensões que se relacionam, se implicam e se complementam. Uma dimensão do valor em si representada naquilo que está exposto e uma dimensão do valor recíproco representado pela possibilidade de uma palavra que emana independente de qualquer fixidez social.

É justamente a partir da possibilidade de uma “imprevisibilidade” permitida pelo valor que o sujeito é convocado a por a língua em ação, a dizer em direção a um outro, se chapéu

existe ou não, se *chaméu* existe ou não. É em virtude do valor que o sujeito partilha a possibilidade de sentidos.

Para que os termos *chapéu* ou *chaméu* existam, isto é, sejam entidades reais é preciso de alguém que os tome. E alguém somente os toma em virtude da possibilidade apresentada pelo valor. O valor mostra ao sujeito sobre a possibilidade de existência do sentido em sua condição infinita, por exemplo, a existência de *chapéu*, *chaméu*.... Mas é somente o sujeito quem irá dizer *sim*, *chapéu existe* ou *não*, *chaméu não existe*. Pela propriedade do valor não se trata mais de significar, mas de constituir sentidos em movimento com uma língua em ação, ação posta por um sujeito no jogo de intersubjetividade.

O valor permite a possibilidade do nascimento de *chapéu* e de *chaméu*, mas *chapéu* e *chaméu* somente existem para um sujeito. É por isso que pensarmos ser a noção de valor a mola propulsora dos sentidos, pois o valor, nas dimensões que discutimos em nossa tese, parece ser o mecanismo cujo movimento está a todo tempo alinhando a língua no sujeito.

Esta costura é perceptível na noção de sujeito em Benveniste (1989), porque em Benveniste, pela noção de (inter)subjetividade, existe a ideia de que há um sujeito sendo chamado a todo instante a um posicionamento diante da língua, convocado a dizer se *chaméu* existe ou não.

Vejamos que a relação entre o homem e a linguagem em Benveniste (1976) não é uma relação instrumental, mas sim uma relação constitutiva, como pode ser claramente observado quando vemos o linguista (1976, p.285) afirmar que “a linguagem ensina a própria definição de homem” ou ainda que “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca a inventando.” De acordo com Dessons (2006) em Benveniste existe a ideia de que é pelo exercício da linguagem que o homem se constitui um indivíduo pensante, capaz de experimentar sua própria consciência e sua identidade.

A subjetividade em Benveniste (1976, p.286) é entendida como uma faculdade da linguagem: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ego”. Podemos observar com Dessons (2006) que em Benveniste a experiência subjetiva aparece inerente a linguagem, além das diferenças formais das línguas.

Toda a língua tem em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem estas categorias são registradas e inventoriadas nas descrições, as suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e

na produção do discurso. São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem. (BENVENISTE, 1989, p. 68)

As categorias elementares e fundamentais da subjetividade a que Benveniste (1989) se refere são as categorias de pessoa e de tempo. Estas categorias são inseparáveis da ideia de linguagem, não é somente como um fato de língua que Benveniste (1989) irá estudar os índices de pessoa. De acordo com Dessons (2006) é sob o prisma de uma teoria da linguagem que Benveniste irá abordar a questão dos pronomes pessoais. As primeiras pessoas, *eu*, *tu* e *ele*, habitam o terreno da subjetividade, cuja organização se dá a partir da relação entre *eu* e *tu* e *ele*. Vejamos que Benveniste (1989, p.68) afirma “que todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*”.

Em Benveniste (1989) podemos compreender que quando a língua é posta em ação há sistema que é posto em jogo, o sistema dos pronomes¹⁶. “Quando um sujeito fala, ele diz *eu* a um *tu*, a propósito d’*ele*” e instantaneamente o sistema é posto em ação. Funcionando como um dispositivo no interior da língua, o conjunto *eu*, *tu*, *ele* inscreve os alocutários em seus lugares. Formam uma espécie de “língua prévia, uma língua de acesso à língua, uma língua na língua”, como coloca Dufour (2000).

A reflexão de Benveniste, na leitura¹⁷ de Dufour (2000), tem como alicerce duas fórmulas as quais se constituem a cartografia de sua análise: “*eu* é quem diz *eu*” e “*eu* não é nem *tu* nem *ele*”. Entretanto, não há, por parte de Benveniste uma elaboração sobre a forma particular desses axiomas de análise, quanto à primeira relação, uma ou duas menções sobre o termo autorreferência, a propósito do dêitico e do *eu*, e quanto à segunda relação, não há nenhuma referência à respeito da forma trinitária. O silêncio de Benveniste se mostra a Dufour (2000) como uma evidência, a ponto de tão óbvias, não despertar a necessidade de serem mencionadas.

“*Eu* é quem diz *eu*” e “*Eu*, não é nem *tu* nem *ele*,” que tipo de relação se configura aqui? A primeira relação define o *eu* por si mesmo, enquanto que na segunda, é pela via negativa que o *eu* é definido, nem é *tu*, nem é *ele*. Não há, portanto, indícios nem de uma relação binária nem de uma relação causal, o conjunto se apresenta fechado, diz Dufour (2000, p.71-72) em acordo com Benveniste (1976, p. 248) há sempre três pessoas e não há

16 Dufour (2000) insiste no termo sistema para definir a dinâmica pronominal

17 Dufour (2000) se detém na leitura da quinta parte dos Problemas de Linguística Geral I e II.

senão três. Outra consequência da estrutura de três termos, é que, como um termo só pode ser evocado caso os outros dois também sejam, não há entre eles uma relação de positividade, mas apenas de negatividade, isto é, “um termo não faz surgir positivamente o outro, mas um - qualquer um - implica negativamente os dois outros, de modo que três termos são o total necessário para definir, aqui, uma relação”.

Em Benveniste (1976) podemos observar que uma das características é que *eu* e *tu* são inversíveis. *Eu* especifica somente aquele que diz *eu*, uma vez proferido imediatamente será tomado pelo *tu*. “O que o *eu* define como *tu* se pensa e pode inverte-se em *eu* e *eu* se torna um *tu*”, diz Benveniste (1976, p. 253). Se há uma inversão, algo se troca nesta inversão. Mas, o que exatamente? Pergunta Dufour (2000). Aquilo que se troca nesta inversão é a qualidade específica do *eu*, que é imediatamente transferida ao *tu*, algo logicamente impossível, singular e infinitamente importante, “a temporalidade que é *minha* quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como *sua* por *meu* interlocutor”, diz Benveniste (1989, p. 77). Neste ponto, Dufour (2000) lembra que além dos indicadores de tempo, o interlocutor aceita também todos os índices dêiticos e reflexivos, sejam de tempo, espaço ou pessoa.

Este ato prodigioso e absolutamente trivial, só é possível porque o *eu* e *tu* são signos vazios, não-referências com relação à realidade. São conchas vazias que se tornam cheias, são uma espécie de autentificação e atualização da capacidade do homem colocar a língua em ação. Sem estas conchas não haveria comunicação intersubjetiva.

Se o *tu* torna *eu* dizendo *eu*, porque não sou ele? É pela unicidade, outra característica imanente ao *eu* e *tu*, que o sujeito define o lugar de interlocução. Benveniste (1976) coloca que *eu* e *tu* são únicos. Mas, únicos cada vez que são proferidos. Portanto, sua referência só tem existência num tempo de discurso dado, está limitada a uma só alocação¹⁸, ultrapassado este limite, diz Dufour (2000), a passagem do *eu* não é mais válida, quanto o outro diz *eu*, não se trata mais do *eu*. Sendo assim, aquilo que alicerça a comunicação intersubjetiva é a astúcia de ceder ao *tu*, enquanto *eu*, o lugar do *eu*.

É numa rivalidade fundamental, numa luta de morte primeira e essencial, que se produz a constituição do mundo humano. [...] O ato de fala mais insignificante comporta assim, sempre a possibilidade de que eu seja intimado a anular o outro, do mesmo modo, há um momento em que posso ser posto na situação de ser eu mesmo anulado porque o outro não está de acordo. (DUFOUR, 2000, p.79)

18 Locução se refere ao tempo durante o qual um alocutário assume a forma eu diante de um tu. (DUFOUR, p.75)

A relação *eu-tu* também é marcado por uma relação de transcendência. Vimos em Benveniste (1976), que *eu* é sempre transcendente em relação ao *tu*. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o *eu* é transcendente ao *tu*, *eu* sustenta *tu*. Vejamos que este *eu* é o *eu* da forma unária. *Eu* é quem diz *eu*. É um *eu* autossuficiente. Mas a autossuficiência coloca o *eu* em uma encruzilhada: “se o eu é eu, então a questão de saber quem é permanece intocada. Eu desvanece em sua evidência mesma, deixando em aberto a questão de sua própria existência.” coloca Dufour (2000, p. 84). O eu só tem uma definição: “ele falta a si mesmo na sua presença mesma”, isto é, *eu* é autossuficiente, sob a condição de ser auto insuficiente. O *tu* então, que acaba de falar, é sustentado pelo *eu*. Se o *eu* fracassar, não há relação intersubjetiva.

Quando o homem fala, participa inevitavelmente desta relação de troca, trocando o tempo todo garante o arrimo no presente momento do aqui e agora, à medida que se fala, se fala sempre em presente.

A relação *eu-tu* é constituída pela inclusão do *ele*, assim temos de um lado *eu-tu* e de outro *ele*. *Eu* e *tu*, co-presentes, falam d'*ele*, o ausente, formula Dufour (2000). Ao mesmo tempo em que Benveniste (1976) indica que *eu* e *tu* são categorias de pessoa, questiona a legitimidade da forma *ele* enquanto pessoa. O *ele* não requer como o *eu* e *tu* presença física, podendo ser uma infinidade de sujeito ou nenhum e, além disto, é o único apto a predicar uma coisa. O *ele* irá marcar a ausência daquilo que qualifica *eu* e *tu*, *ele* é uma não pessoa, é o ausente dos gramáticos árabes. Dufour (2000) então coloca que *ele* não é nem *tu* nem *eu*, *ele* é ninguém, *ele* faz ver aquilo que não está presente: *ele* re-presenta o que está ausente, isto é, ele torna possível a cena da representação. Vimos em Benveniste (1976) que *ele* tem a função de representação.

O *ele* introduz uma heterogeneidade na relação de inversibilidade constitutiva do *eu* e *tu*. Enquanto *eu* e *tu* estabelecem uma relação inclusiva própria do campo da presença, *ele* se manifesta em outra relação, a disjuntiva. A relação disjuntiva, como o próprio termo diz, provoca uma disjunção, não evoca a conexão e da relação de oposição entre eu e tu, mas sim uma oposição inscrita na ordem da presença ou ausência, como mostra Dufour (2000). Vejamos que a relação inclusiva é da ordem da presença, *eu* e *tu*, *aqui* e *agora*, no presente da alocação, entretanto esta relação só é possível, em virtude de um outra relação, a disjuntiva, isto é, na medida em que os dois protagonistas expulsarem a ausência de seu campo e a delimitarem. A interioridade apenas é estabelecida com relação à exterioridade, ou seja, para

que *eu e tu* estejam *aqui e agora* co-presentes é preciso que *ele* esteja lá, ausente, e é esta a condição para que haja interlocução, como mostra Dufour (2000, p. 91).

O presente do sujeito só pode ser construído por referência à ausência. Pode-se então dizer que a comunicação - se entendermos por ela o ato de que "eu" diga alguma coisa a "tu"- se institui por uma ex-comunicação marcada, demarcada, construída no valor ele. Eu (e tu) adquire (adquirem) a certeza da sua presença quando ele (eles) expulsou (expulsaram) a ausência do lugar onde está (estão). O terceiro pronome-aquele que significa o ausente da instância do discurso- é, pois, igualmente, o da presença dos outros.

O *ele* precisa estar ausente para que *eu e tu* estejam co-presentes. *Ele* é aquele que não está aqui e agora quando *eu e tu* falam. Refere-se à ausência re-presentada no campo da presença, é uma presentificação da ausência. Dufour (2000) pergunta, então, se *ele* não poderia ir além de uma ausência não-representável.

Dufour (2000) entende que Benveniste (2000) não faz menção a isto, mas observa incidentalmente dois valores atribuídos a ele. Lembremos o trecho de Benveniste (1976, p. 254).

Ele pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtraí-lo à esfera pessoal do tu (vos). De um lado a maneira de reverência [...] que eleva o interlocutor acima da condição de pessoa e da relação de homem a homem. De outro lado, em testemunho de menosprezo, para rebaixar aquele que não merece nem mesmo que se dirija a "pessoalmente" a ele. Da sua função de forma não pessoal, a terceira pessoa tira essa capacidade de se tornar igualmente bem uma forma de respeito que faz de um ser muito mais que uma pessoa e uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa.

A partir de Benveniste, Dufour (2000) sugere que há um desdobramento do terceiro termo, o *ele* porta dois valores opostos, isto é duas formas de ausência: teríamos então uma ausência positivamente representada no campo da presença e por trás dela outra, uma ausência irrepresentável no campo da presença, uma ausência radical, inferida na obra de Benveniste a partir dos termos "anulação" ou "nenhum". Esse *ele*, Dufour (2000) escreve como *ete* barrado.

O *ele* e o *ete* correspondente a dois valores que são inversos: promoção e minorização, isto é, *ele* de todos os sujeitos e *ete* de nenhum sujeito, ausência re-presentada e a ausência radical.

Para captar uma ausência mais radical que a ausência re-representada,

escrevo “~~ele~~”: barro o “ele” de maneira a descontaminá-lo de toda forma de presença. Dessa maneira, torno a ausentificar a ausência que se tornara presente. Escrevo “~~ele~~” - digo, mesmo, “escrever”: escrever e calar-se, diz Dufour (2000, p. 110.).

Sendo assim, quando tentamos captura nada, ~~ele~~, somente capturamos *ele*. Nada escapa e, para que nada não escape, é preciso recusar-se a participar do jogo enunciativo. *Ele*, entre a ausência a re-presentada e a ausência radical, *ele* apresenta-se ao mesmo tempo como um substituto, um eco ensurdecido do não-representável, um simulacro uma vez que nomeia o não-representável, sendo assim, “ele porta em si uma negação que não pode assumir totalmente”, eis a contradição que *ele* traz consigo, diz Dufour (2000, p. 112).

Então se há dois *ele*, podemos pensar com Dufour (2000) que aquilo que está em jogo na cena da representação é re-presentar o não-representável.

A partir de Dufour (2006), compreendemos que o status particular das formas *eu e tu e ele*, disponível a cada locutor no engajamento do processo de apropriação da língua, é a condição da comunicação (inter)subjetividade.

Como bem colocar Dessons (2006) a (inter)subjetividade fundamental da linguagem torna indissociável indivíduo e sociedade.

A forma do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua por sua vez revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora. Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe da enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo. A partir da função linguística, e em virtude da polaridade eu: tu, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares. De fato é dentro da e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. (BENVENISTE, 1976, p.27)

Portanto, pensamos que na articulação entre língua e sujeito, existe o mecanismo em que se de um lado temos a noção de valor linguístico enquanto mola propulsora dos sentidos porque coloca diante do sujeito a possibilidade de escutas, de outro, o sujeito é convocado a um posicionamento diante da língua, pelos índices de intersubjetividade. Os sentidos são constituídos pelo jogo em que o sujeito atendendo ao chamado da língua, possibilidade somente permitida pela noção de valor linguístico, assume a forma linguística *eu* e em oposição a um *tu* irá responder: Sim, chapéu existe! Não, chapéu não existe!

À GUIZA DE UMA CONCLUSÃO

Qualquer tentativa de conclusão quando o assunto é a produção de sentidos seria falha. Como podemos observar, a nossa tese surge como continuação da nossa pesquisa de mestrado. Diante das questões postas em nossa defesa de mestrado, surgiram inquietações. Na tentativa de resposta partimos então de duas hipóteses: a primeira, o princípio de arbitrariedade da língua, e não somente do signo, seria o alicerce de uma produção de sentidos, porque sustenta o valor, e a segunda o valor seria a mola propulsora dos sentidos, o mecanismo que na articulação entre língua e sujeito permite a constituição de sentidos.

No primeiro capítulo retornamos à noção de arbitrariedade. Diante das considerações feitas ali, pensamos ser possível conceber em Saussure uma noção de arbitrariedade da língua. Não concordamos com o pensamento que coloca a noção de arbitrariedade como uma dicotomia, isto é, absoluto de um lado, relacionado ao signo isolado e relativo de outro, relacionado ao signo no sistema.

É o próprio Saussure (GODEL, 1969) que nos mostra a fragilidade desta separação quando coloca que a questão da arbitrariedade não é decidida pela distinção entre os signos que são relativamente motivados e os signos que são totalmente arbitrários, uma vez que não temos o direito de inferir que os totalmente arbitrários estão fora do sistema. Saussure (GODEL, 1969) indica que devemos pensar em graus de arbitrariedade.

É possível observar que a ideia de uma arbitrariedade da língua torna a aparecer nas anotações de Constantin (KOMATSU; HARRIS, 1993) e de Dégallier (GODEL, 1969) quando Saussure se refere à noção de arbitrariedade relativa como um fenômeno que presentifica duas relações: uma relação interna ao signo, entre imagem acústica e conceito, e uma outra relação, entre signos. Sendo assim, a noção de arbitrariedade relativa concebida apenas pela relação entre signos não se sustenta, porque envolve também uma relação interna no signo.

Partindo da noção de arbitrariedade da língua, pensamos que não é o sistema, e sim o princípio do arbitrário, o alicerce de uma produção de sentidos. O sistema é a consequência do princípio. A noção da arbitrariedade é o ponto de partida para conceber uma língua em que as unidades linguísticas não possuem características próprias, sendo apenas definidas pelo lugar e pelas relações recíprocas que mantêm com outros termos no interior do sistema. O valor de uma unidade *a* não está relacionado à sua substância, mas ao fato de ela ser não-*b*.

No segundo capítulo tentamos compreender a noção de sujeito tendo em vista um sujeito constituído no terreno da língua(gem), para não correr o risco de cair no psicologismo, na ideologia ou no inconsciente. Encontramos este sujeito na leitura de Benveniste sobre a língua.

Como vimos em Normand (1996), o sujeito não era especificamente a preocupação de Benveniste. Para a autora, Benveniste buscava explicar a significação e, tendo a significação como problema, ele encontra o sujeito que fala e produz sentidos.

Benveniste (1976) define a subjetividade como a capacidade do locutor se propor como sujeito. “É a emergência do ser em uma propriedade fundamental da linguagem. É ego que diz ego”. Como vimos, retomando o trecho citado, Flores (2009a) sugere que o locutor e sujeito assumem estatutos diferentes. Diferente do locutor, o sujeito não existe a priori, mas emana do discurso. Entendemos, então, que a subjetividade é um momento a posteriori, que emerge no processo de transformação da língua em discurso.

De acordo com Lahud (1979), os vinte e cinco anos dedicados ao estudo sobre a subjetividade na linguagem, a teoria dos pronomes, mais exatamente a definição de pessoa, representa em Benveniste a pedra de toque, a peça principal à qual se prendem todas as outras. O sistema pronominal é fundamental na compreensão da (inter)subjetividade na linguagem.

De acordo com Benveniste (1989), ao se apropriar da língua, o locutor enuncia a sua posição enquanto sujeito e, ao enunciar a sua posição enquanto sujeito, instaura um outro diante de si a quem diz algo. Benveniste entende que toda enunciação é uma alocação e, portanto, postula um alocutário, por isso seja qual for o grau de presença, outro será sempre postulado, aquele que sendo exterior ao *eu* se torna o *seu* eco.

No terceiro capítulo, então, diante de uma noção de língua sustentada por uma arbitrariedade e de uma noção de sujeito centrada na língua, procuramos responder a pergunta que norteou a nossa tese: tendo em vista a articulação entre língua e sujeito, que mecanismo então permite a produção de sentidos?

É interessante observar que a reflexão Saussuriana parece priorizar uma linguística fundada em dualidades: língua e fala, sincronia e diacronia, paradigma e sintagma, significante e significado. Embora seja revelada a priori pelas dicotomias, não é apenas pelas dicotomias que devemos pensar a língua. Há sempre um Saussure inquieto ao falar da língua. Como observamos a definição da língua, em relação à faculdade da linguagem, aponta para a

ideia de uma língua aberta à ação. Sendo assim a colocação de Arrivé (2010) nos mostra que é pertinente ao pensamento saussuriano à concepção de uma língua dinâmica aberta à ação, ação também de um sujeito.

Pensar a língua em Saussure (1975-2004) como um fenômeno aberto à ação de um sujeito não nos coloca de maneira alguma fora do terreno da língua ao qual o mestre genebrino tanto ressaltou, pelo contrário, pensar em uma língua aberta à ação é voltar incessantemente para o seu interior. Porque somente podemos pensar em uma língua aberta à ação em detrimento das propriedades que lhe são intrínsecas, isto é, pelo caráter arbitrário e o pelo valor.

Retornando ao CLG observamos que Saussure compara a língua a uma partida de xadrez. Saussure observa que tanto na língua quanto na partida estamos diante de um sistema de valores. Na partida o valor respectivo das peças depende de sua posição no tabuleiro, da mesma maneira na língua, cada termo tem seu valor pela posição que estabelece como os outros.

Em outra passagem, nos Escritos de Linguística Geral (2004, p.68), vimos Saussure dizer que a palavra *sol* assim como a palavra *lua* parece representar uma ideia perfeitamente determinada, precisa, positiva, entretanto, “quando Diógenes diz a Alexandre ‘Sai da frente do meu sol!’, não há mais, em *sol*, a não ser a oposição com a ideia de sombra, e a própria ideia de sombra é apenas a negação combinada da ideia de luz, de noite fechada, de penumbra etc.”. O termo então não seria definido pelo seu conteúdo, mas sim negativamente pela relação com outros termos, puramente diferenciais a sua característica é ser o que os outros não, como coloca Saussure (2004).

De acordo com Normand (2009) o conceito de valor e sua ligação com o de diferença mostra que na língua a unidade não tem existência enquanto elemento positivo, isolável e diretamente observável, aquilo que significa não é uma forma particular, mas uma relação de formas, a significação não é ligada a uma forma em si, mas a diferença entre formas.

Sendo assim, como na partida de xadrez é impossível prever com exatidão o efeito da jogada, na língua é impossível prever a exatidão dos efeitos de sentidos. Como o próprio Saussure (2004) diz é inútil procurar qual é o total de significações de uma palavra. Por quê? Porque os signos não significam, mas valem e se eles valem, implicam na existência de outros valores. Portanto o fato de que as unidades linguísticas não são em si, mas pela sua relação negativa e diferencial nos leva a pensar o valor enquanto condição essencial, a mola

propulsora da constituição de sentidos.

A discussão sobre a noção de valor indica que o valor é o mecanismo pelo qual língua e sujeito são articulados e na articulação o sujeito é convocado pelo valor a produzir sentidos quando participa do jogo intersubjetivo proposto pelos lugares do eu, do tu, do ele. O valor sustentado pela arbitrariedade da língua permite a produção de sentidos na articulação entre língua e sujeito. É o próprio Saussure quem nos ensina (2004, p.30) quando o vemos colocar que: “não há o menor limite definível entre o que as formas valem em virtude de sua diferença recíproca e material, e aquilo que elas valem em virtude do sentido que nós atribuímos a essas diferenças”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto. *A pesquisa norte-americana*. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINHO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga, (Orgs). **Teorias da Comunicação**. Conceitos, escolas e tendências. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p.119-130.
- ARRIVÉ, Michel. **Linguagem e Psicanálise, linguística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ARRIVÉ, Michel. **Linguística e Psicanálise. Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros**. Tradução Mário Laranjeira e Alain Mouzart. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- ARRIVÉ, Michel. **Em busca de Ferdinand de Saussure**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BEIVIDAS, Waldir, **O significante em psicanálise e a preterição do significado**. Versão em português de artigo publicado sob o título “The signifier in psychoanalysis and preterition of the signified” *Bacab-working papers 2ª série, nº 1, vol. 1*, São Paulo, Centro de Estudos Semióticos, 1994. Disponível em: < <http://www.nucleosephora.com/>>. Acesso em 01 jun. 2006
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campina, São Paulo: Fontes, 1989.
- BERLO, David Kenneth. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOUQUET, Simon. **Introduction à la lecture de Saussure**. Paris: Payot & Rivages, 1997
- BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Tradução Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000.

BOUQUET, Simon. **Benveniste et la représentation du sens: de l'arbitraire du signe à l'objetextra linguistique**. Texto! dez. 2004 [on- line]. Disponível em: http://www.reveutexto.net/Sausurre/Sur_Saussure/Bouquet_Benveniste.html>. Acesso em: 04 abr. 2006.

CALVET, Louis Jean. **Saussure: pró e contra para uma linguística social**. São Paulo: Cultrix, 1977.

COELHO NETO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DE MAURO, Tullio, Ferdinand Saussure. **Cours de Linguistique Générale**. 4. ed. Paris: Payot, 1995.

DESSONS, Gerard. **Émile Beveniste: L'invention du discours**. Paris: In Press.2006.

DOSSE, François. O corte saussuriano. In: DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Vol. I, Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DUFOUR, Dany Robert. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. **A escrita enunciativa e os rastros de singularidade**. Porto Alegre, 2006 (tese de doutorado em Letras) Universidade do Rio Grande do Sul. UFRGS.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIN, F; BENTES, A.C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Livro 3. São Paulo: Cortez, 2004.

FEHR, Jonhannes. **Saussure entre linguistique et sémiologie**. Paris: PUF, 2000.

FINK, Bruce. **O sujeito Lacaniano entre a linguagem e o gozo**. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FLORES, Valdir. **Por gosto de Benveniste?** In: Letras de Hoje. V 39, n. 4. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir, et al. **Enunciação e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, Valdir, et al. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir, et al. **Enunciação e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FREUD, S. **A interpretação de sonhos**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 4 e 5. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987a. (Original publicado em 1900).

FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 8. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987c. (Original publicado em 1905).

FREUD, S. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 6. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987b. (Original publicado em 1901).

GARCIA-ROZA, Luis Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana**, v. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GARCIA-ROZA, Luis Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana**, v. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GADET, Françoise. **Saussure une science de la langue**. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

GODEL, Robert. **Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure**. 2. ed. Geneva: Librairie Droz S.A, 1969.

HOHLFELDT, Antônio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINHO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga, (Orgs). **Teorias da**

Comunicação. Conceitos, escolas e tendências. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

JAKOBSON, Roman, **Essais de linguistique générale.** Paris.1963.

KOMATSU, Eisuke; HARRIS, Roy. (Eds.). **Saussure's third course of lectures on general linguistics** (1910-1911): from the notebooks of Emile Constantin. Oxford: Pergamon Press, 1993.

KOMATSU, Eisuke; WOLF, George. (Eds.). **Saussure's first course of lectures on general linguistics** (1907): from the notebooks of Albert Riedlinger. Oxford: Pergamon Press, 1996.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud". Tradução Inês Oseki. In: LACAN, Jacques. **Escritos.** São Paulo: Perspectiva, 1978a.

LACAN, Jacques. A metáfora do sujeito. In: LACAN, Jacques. **Escritos.** Tradução Inês Oseki-Depré São Paulo: Perspectiva, 1978b.

LACAN, Jacques. **O Seminário:** livro 20: mais, ainda. Tradução M.D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. A função criativa da palavra. In: LACAN, Jacques. **O Seminário:** livro 1: os escritos técnicos de Freud. São Paulo: Jorge Zahar, 1987.

LACAN, Jacques. **O Seminário:** livro 3: as psicoses. Tradução Aluísio Mendes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: LACAN, Jacques. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval (1960, retomado em 1964). In: LACAN, Jacques. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

LACAN, Jacques. **O seminário:** livro 5: as formações do inconsciente. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. Radiofonia. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 2003.

LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

LEMAIRE, Anika. **Jacques Lacan uma introdução**. Tradução Durval Checchinato. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LOPES, Edward. **A identidade e a diferença**. São Paulo: Edusp, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Até que ponto de fato nos comunicamos?** 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

NASIO, Juan-David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

NÓBREGA, Mônica. **O mesmo e o outro: a constituição dos sentidos na articulação entre linguística e psicanálise**. Porto Alegre: 2002. Tese (Doutorado em Linguística e Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

NORMAND, Claudine, et al. **Le sujet entre langue et parole(s)**. Langages n. 77. Paris. 1985.

NORMAND, Claudine. **La quadrature du sens**. Paris: PUF, 1990.

NORMAND, Claudine. **Os termos da enunciação em Benveniste**. In OLIVEIRA, S.L; PARLATTO, E. M; RABELLO, S. (Orgs) O falar da linguagem. São Paulo: Lovise, 1996.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo Calil de. **Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas**. Londrina: Eduel, 2004.

PAVEAU, Marie-Anne. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução M.R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

REGNAULT, François. O nome-do-pai. In. FELDSTEIN Richards; FINK Bruce; JAANUS Maire. (Orgs). **Para ler o seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de Linguística Geral**. Org. Bouquet Simon; Engler Rudolf. São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVEIRA, Eliane Mara. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

STAROBINSKI, Jean. **As palavras sob as palavras**: os anagramas de Ferdinand Saussure. Trad. Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1971.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUC, 2000.

TEIXEIRA, Marlene. **Benveniste: um terceiro gesto?** In: Letras de Hoje. V 39, n 4. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

XAVIER, Maria Angélica Zamora. **A inscrição do sujeito na segunda língua: um estudo enunciativo de narrativas de emigrantes**. Porto Alegre, 2008 (tese de doutorado em Letras) Universidade do Rio Grande do Sul. UFRGS.